

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**A EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA:
A AÇÃO PEDAGÓGICA DO *CORREIO BRAZILIENSE* NO
PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

FERNANDA REGINA CINQUE

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

**A EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: A AÇÃO
PEDAGÓGICA DO *CORREIO BRAZILIENSE* NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Dissertação apresentada por Fernanda Regina Cinque, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof.^a. Dr.^a. Marcília Rosa Periotto

MARINGÁ

2007

FERNANDA REGINA CINQUE

**A EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: A AÇÃO
PEDAGÓGICA DO *CORREIO BRAZILIENSE* NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Marcília Rosa Periotto (Orientadora) – UEM

**Prof.^a. Dr.^a. Maria Elisabeth Blanck Miguel – PUC –
Curitiba**

Prof.^a. Dr.^a. Celina Midori Murasse – UEM

Maringá, 30 de março de 2007

“O problema último do historiador é em verdade dar, na tessitura do relato, consciência social aos acontecimentos inconsciente e organicamente evoluídos”.

Vicente Licínio Cardoso, À margem
da História do Brasil

CINQUE, Fernanda Regina. **A educação no pensamento de Hipólito José da Costa: a ação pedagógica do *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil.** Maringá, 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Marcília Rosa Periotto. Maringá – PR. 2007

RESUMO

Este estudo analisa o pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823) exposto no jornal *Correio Braziliense*, publicado em Londres no período de 1808 a 1822. Tem por objetivo relacionar suas idéias com a educação a fim de demonstrar o caráter educativo que a imprensa, no século XIX, desempenhou no processo de independência do Brasil, instruindo os homens no sentido de consubstanciar as práticas burguesas em território brasileiro, até então Colônia. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, que utiliza, como fontes primárias, os escritos de Hipólito da Costa proclamados no *Correio Braziliense* e, como fontes secundária, os escritos de autores da época e da contemporaneidade que contribuem para a elucidação das questões formuladas no período estudado. É uma pesquisa conduzida pelos fundamentos da análise histórica, eixo teórico-metodológico que toma como ponto de partida os embates humanos realizados em favor da construção e da reprodução das condições de vida, neste caso específico, a contribuição das idéias defendidas por Hipólito da Costa no processo de independência do Brasil, bem como a amplitude do debate travado contra as forças conservadoras representadas pelo domínio português. Defensor do liberalismo nos moldes ingleses, encontrou no exílio em Londres as condições propícias para elaborar idéias e propostas que poderiam levar Portugal e Brasil ao estabelecimento de práticas mais concatenadas ao grau de desenvolvimento material já existente. Lutou pelo fim da condição colonial e de todo sistema de monopólio insistentemente mantido pelos portugueses. Para isso, foi incessante na defesa da liberdade de imprensa, instrumento que possibilitaria, a seu ver, a apreensão dos conhecimentos considerados “úteis” e necessários à implantação das práticas burguesas já predominantes. Suas propostas, ao abordarem diretamente os aspectos conflitantes entre os interesses políticos e econômicos dos portugueses em relação à Colônia, apresentavam forte sentido educativo na medida em que as mudanças que indicava exigiam a educação da elite brasileira e, conseqüentemente, a sua instrução no que havia de mais moderno no mundo burguês. Este propósito indica a ação pedagógica realizada pelo *Correio Braziliense* ao longo dos 14 anos em que se dirigiu aos brasileiros, evidenciando o esforço de uma época histórica em abrir caminho ao desenvolvimento material nas nações distanciadas do eixo civilizado, como o era a burguesia européia.

Palavras-chave: Hipólito José da Costa; *Correio Braziliense*; História da Educação; Século XIX.

CINQUE, Fernanda Regina. **Education in Hipólito José da Costa's works: pedagogical intervention of the *Correio Braziliense* in the Brazilian Independence Process.** Maringá, 2007. 138 f. Master's Dissertation in Education. Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR Brazil, 2007. Supervisor: Marcília Rosa Periotto

ABSTRACT

Current research analyzes the philosophical thought of Hipólito José da Costa (1774-1823) which was published in the London edited journal *Correio Braziliense* during 1808-1822. The relationship between his ideas and education demonstrates the educational stance that the 19th century press took during the Brazilian Independence process, or rather, the manner Brazilian citizens were instructed by the press to appropriate bourgeoisie practices in colonial Brazil. Research may be characterized as a bibliographical investigation featuring Hipólito da Costa's writings in the *Correio Braziliense* as primary sources. Secondary sources comprise the writings of contemporary authors who shed light on the problems raised during the period under analysis. The historical analysis, theoretical and methodological mode, underpins current research whose starting point is made up of the struggles in favor of the construction and the reproduction of conditions of life. Hipólito da Costa's ideas within the Brazilian Independence process and the debate against conservative forces represented by Portuguese domination are provided. Propounding English-style liberalism he encountered in his London exile the right conditions to construct his ideas and suggestions that would lead Portugal and Brazil towards the establishment of policies linked to existing material development. Hipólito da Silva struggled to end the colonial condition and the entire monopolistic system stubbornly maintained by the Portuguese. Consequently he defended the freedom of the press which he considered a tool that would make one understand the useful and necessary knowledge for the establishment of already dominant bourgeoisie practices. Since his suggestions dealt directly with conflicting aspects involving Portugal's political and economical interests with regard to the colony, they had a strong educational significance since the changes required the education of the Brazilian elites and the apprehension of everything that was most updated in the bourgeoisie world. The pedagogical activity undertaken by the *Correio Braziliense* during fourteen years testifies to the effort done during a particular historical period to open the way to material development in countries outside bourgeoisie Europe and which lay outside the civilization axis

Key words: Hipólito José da Costa; *Correio Braziliense*; history of Education; 19th century.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. HIPÓLITO DA COSTA E A FUNDAÇÃO DO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i>	15
2.1. Considerações Preliminares.....	15
2.2. A Origem e a Formação de Hipólito da Costa.....	16
2.3. A Universidade de Coimbra e a Ilustração Portuguesa na Formação de Hipólito da Costa.....	17
3. O CENÁRIO MUNDIAL NO ALVORECER DO SÉCULO XIX.....	37
3.1. As Relações entre Portugal e Inglaterra no Contexto do Desenvolvimento do.....	
Capitalismo Mundial: A visão de Hipólito da Costa.....	37
3.2. As Condições Sociais do Brasil no Século da Independência.....	51
4. A AÇÃO EDUCATIVA DO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	63
4.1. A Imprensa e a Propagação das Idéias Burguesas.....	63
4.2. A Liberação da Imprensa no Brasil e a Censura.....	72
4.3. O <i>Correio Braziliense</i> e a Educação no Processo de Independência do Brasil.....	80
4.3.1. A ação da imprensa no contexto de mudanças políticas no Brasil.....	94
4.3.2. As idéias e a influência do <i>Correio Braziliense</i> no processo de independência.....	101
4.3.3. A Revolução do Porto e o <i>Correio Braziliense</i>	107
5. CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS.....	129

1. INTRODUÇÃO

Este estudo faz uma análise do pensamento de Hipólito José da Costa, divulgado no jornal *Correio Braziliense*, impresso em Londres entre os anos de 1808 a 1822. Tem por objetivo relacioná-lo com a educação por meio das idéias veiculadas no debate que travou com a sociedade brasileira e com os portugueses nas duas primeiras décadas do século XIX. A ação exercida pela imprensa brasileira naquele período revela, no caso do jornal *Correio Braziliense*, o papel educativo exercido pelas idéias liberais ali defendidas e que, ao serem incorporadas à consciência nacional, contribuíram para que o processo de independência ganhasse envergadura, culminando na separação política entre Brasil e Portugal.

A pesquisa histórico-educacional brasileira, desde que passou a ser realizada como área de conhecimento específico, vem sendo escrita por meio de objetos e metodologias que fogem, corriqueiramente, ao procedimento teórico-metodológico adotado por este estudo. Aqueles privilegiam, quase sempre, temáticas circunscritas aos fazeres educacionais, tais como escolas, personagens diretamente envolvidos com a educação, estabelecimentos escolares, leis, documentos, atos oficiais, entre outros. Priorizam-se estudos voltados ao universo escolar propriamente dito, como pesquisas acerca dos cadernos escolares, livros administrativos, boletins, mobiliários, etc., em que se busca descortinar o processo educacional com base nos muros escolares ou nas realidades particulares de quem ensina ou recebe os conhecimentos.

Embora a historiografia nacional confirme a importância do *Correio Braziliense* e de seu redator no processo de independência do Brasil, fato que os tornam merecedores de um estudo sucinto, esta análise não pretende restringir-se ao relato da pessoa de Hipólito da Costa e nem ver seus escritos como obra de um cérebro privilegiado, mas de compreendê-los como frutos de um momento histórico de extrema importância para a vida nacional, cujos interesses econômicos, sociais e políticos se chocavam continuamente com o domínio da metrópole portuguesa.

O papel desempenhado por sua gazeta expressou as necessidades de uma época exigente de divulgação dos saberes mais avançados produzidos pela classe burguesa. O editor do *Correio Braziliense* entendia que o desenvolvimento econômico e social do

Brasil, ainda que Colônia, não podia prescindir dos saberes que faziam de algumas nações européias as mais avançadas materialmente.

Esse parece ter sido um dos mais louváveis desempenhos dos jornais da época, considerados, em muitos momentos, os detentores das verdades que cabiam aos homens seguir e responsáveis em esclarecer o público para que este fosse capaz de operacionalizar as mudanças à luz do seu tempo. O *Correio Braziliense*, por exemplo, era destinado, sobretudo, à população letrada do reino português, todavia não deixou de mencionar a importância da adoção de medidas incentivadoras da instrução pública no Brasil.

No entanto, a preocupação em instruir as camadas populares da sociedade brasileira não seria questão primordial ao debate produzido por Hipólito, na medida em que não considerava o povo capaz de exercer o poder político, seja por falta de instrução, seja porque entendia que essa parcela da população deveria ser guiada pelos representantes da elite, que falariam em seu nome na Constituinte.

Os acontecimentos produzidos pelo capitalismo durante o século XIX em parte da Europa e, por conseguinte, as idéias ali produzidas, são de vital importância ao desenvolvimento deste estudo, especialmente por ter sido o nascedouro do pensamento de Hipólito, que encontrou ali, naquele espaço, os elementos que deram constituição ao debate com o qual fustigou os interesses coloniais, ao mesmo tempo em que esteve diretamente ligado movimento das nações mais ricas, no caso, a Inglaterra, preferencialmente.

Entende-se, outrossim, que as primeiras décadas do século XIX correspondem a um período de grande valia para a história nacional. A formação da idéia de nação e depois sua confirmação se configuraram no contexto não apenas local, mas, também, mundial, fato que vinha a exigir a promoção de urgentes mudanças políticas, de forma que a antiga Colônia pudesse acompanhar o desenvolvimento burguês e se consolidar, de fato, como nação. As alterações na sociedade brasileira não ocorreriam aleatoriamente, ao gosto dos interesses políticos dos grupos constituídos. Precisariam, antes de mais nada, que fossem estabelecidos novos fundamentos, uma outra maneira de se pensar a vida, idéias completamente diferentes das seguidas pela Coroa portuguesa, insistente defensora do concerto colonial.

O cenário econômico e político do final do século XVIII e início do século XIX sinalizavam a disputa pelo mercado mundial entre as nações mais desenvolvidas e que

atingia boa parte do continente europeu. Portugal, nesse quadro, condicionava, de certa forma, o equilíbrio necessário para os principais países agirem mundialmente. Seu apoio era estrategicamente fundamental para as nações desejosas do domínio mundial. No entanto, frente ao desenvolvimento das forças produtivas na Europa, o reino lusitano insistia em permanecer preso ao passado, reproduzindo as instituições da sociedade feudal. Romper com a velha sociedade causaria conseqüências de grande magnitude, perigo que atingiria, forçosamente, todas as suas possessões.

Mesmo não defendendo a ruptura entre Brasil e Portugal, para Hipólito, era inadmissível a sustentação da velha ordem social. O jornal *Correio Braziliense* nasce, então, do propósito de instruir os coloniais e portugueses sobre a necessidade de adoção de práticas mais semelhantes ao que o novo mundo produzia. O desejo de ver o Brasil transformado num grande Império, unido à Metrópole, deu causa ao combate de quatorze anos contra as velhas forças, teimosamente mantendo o mundo lusitano preso ao regime em decomposição.

Em meio a esse conflito, Hipólito da Costa, fugitivo da Inquisição portuguesa, engajou-se em difícil tarefa: escrever para o Brasil num momento em que as condições eram pouco favoráveis para a utilização da imprensa na disseminação de idéias liberais num território submetido ao mando colonial.

Formado pela Ilustração portuguesa e nutrindo-se das idéias inglesas sobre liberdade, propugnou a aplicação das leis inerentes às relações burguesas para viabilizar a prosperidade na Colônia. Os empecilhos que, de alguma forma, dificultavam a felicidade do Brasil, na sua visão, poderiam ser solucionados se os homens da época entendessem o significado da prática liberal no comércio, indústria e, em particular, nas ações políticas dos governantes.

A adoção de novas medidas, respaldadas nas idéias liberais, precisava trilhar o caminho da educação, ou seja, promover o debate do pensamento mais avançado entre os portugueses e coloniais. Não seria tarefa fácil, haja vista os obstáculos do conservadorismo da Coroa lusitana, que rejeitava qualquer manifestação de caráter mais liberal. Neste sentido, Hipólito, ao escrever para o Brasil, pôs em evidência os principais problemas a serem enfrentados naquele início de século caso o propósito realmente passasse pelo terreno das modificações materiais profundas. Assim fazendo, expressou as condições de

uma época histórica que não mais podia admitir as práticas produtivas retrógradas, tomadas sob o ponto de vista burguês.

Em meio às mudanças preconizadas e que visavam o melhoramento material da Colônia, apontou algumas questões tidas por primordiais à formação do Estado Nacional brasileiro, quais sejam: a substituição da monarquia absolutista por um sistema de governo constitucional na sua forma representativa, porque a intervenção do Estado absolutista nos negócios econômicos impedia o pleno desenvolvimento das relações burguesas e dificultava a extinção da escravidão, em favor da mão-de-obra livre e estrangeira.

A aristocracia rural brasileira tinha na manutenção do trabalho escravo associado à agricultura a fonte de sua riqueza. Entendia que a inserção de braços livres certamente levaria a produção econômica à ruína, porém, no cenário mundial, a manutenção do trabalho escravo era visto como entrave à concretização dos interesses capitalistas das grandes nações européias. Outra questão diretamente relacionada ao fim da escravidão era a idéia de favorecer a imigração de homens livres, europeus já dissociados do mercado de trabalho nos países de origem, pensando-se em formar a camada de trabalhadores que a agricultura exigia, os quais contribuiriam com o uso de técnicas avançadas de cultivo que dominavam, além de que poderiam partilhar com os nacionais os saberes culturalmente mais aperfeiçoados trazidos das diversas regiões da Europa.

Para colocar em debate os problemas referentes ao Brasil, Hipólito encontrou na imprensa livre da Inglaterra o meio mais eficaz para iluminar os brasileiros com aquilo que se tinha de mais desenvolvido na Europa. Essa pretensão, depois levada a efeito, fez dele um aguerrido defensor da liberdade de pensamento e expressão. Tão crucial era a liberdade de imprensa ao seu pensamento que, neste estudo, foi delimitada para nortear o desenvolvimento das questões que porventura explicitem a relação entre o papel do *Correio Braziliense* no debate sobre a independência do Brasil.

Hipólito atribuía à imprensa um meio de excelência para educar a elite brasileira. Se essa absorvesse os saberes do mundo civilizado, os homens, bem instruídos, saberiam adotar as medidas pertinentes às mudanças da época. Devido ao estado político do reino português, era previsível que vários obstáculos seriam apostos à publicação de periódicos tanto em Portugal como no Brasil, em especial os editados em países estrangeiros, como o *Correio Braziliense*, já que, a esses, o governo português não podia opor censura sobre os

temas e assuntos temidos e que colocavam em risco o interesse de manter intacto o antigo regime e, por imediato, a submissão do Brasil ao regime colonial.

Ao desejar para o Brasil o desfrute das mesmas conquistas obtidas pela Inglaterra, serviu-se desse país como fonte de inspiração e modelo de desenvolvimento, além de ali ter colhido e alimentado as idéias que defendeu, sem pestanejar, até o fim de sua breve vida. À primeira vista, seus escritos expressam apenas os acontecimentos políticos e econômicos do tão agitado período, contudo, uma leitura um pouco mais conscienciosa dos mesmos aponta para pretensões maiores e resultados positivos ao movimento separatista, enfrentado pelos brasileiros no final da segunda década do século XIX.

As suas principais propostas apontavam para a modernização do Brasil e se compuseram em admirável conteúdo educativo na medida em que forneceu elementos teóricos preciosos no momento de inculcar na elite e no governo atuante, em parte aliados do debate burguês, a oportunidade de partilharem dos avanços do mundo moderno.

Participar desse mundo exigia um indivíduo compatível com o grau de desenvolvimento existente à época, livre de todo obscurantismo imposto pelas relações coloniais fundadas nos velhos preceitos do mundo feudal. Portanto, a questão passava, basicamente, pela formação dos nacionais brasileiros, de instruí-los com as idéias liberalizantes que predominavam no começo do século XIX.

A análise sobre o pensamento de Hipólito também pretende demonstrar que a dedicação à causa do Brasil afirmava a importância de se adotar práticas econômicas e políticas mais próprias ao desenvolvimento da produção burguesa. Com extraordinária competência, lutou pela instauração de um regime de governo que sustentasse uma forma inovadora de produzir riqueza no território brasileiro. Ao assim fazer, cumpriu o desafio que se impôs, anunciado no primeiro número do *Correio*, de “aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis e literários da Europa [...]. Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião pública nos fatos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das Ciências, das artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil à sociedade em geral” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 4).

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro, que tem por título **Hipólito da Costa e a fundação do Correio Braziliense**, discute a influência da ilustração portuguesa na formação política e intelectual de Hipólito, ressaltando que os limites das idéias

propagadas na Universidade de Coimbra traduziam o pensamento predominante em Portugal, e foram, em certa medida, os limites de seu pensamento. Idéias compartilhadas por uma geração de intelectuais que pretendia modernizar o reino luso com base em um plano de reformas, administrativas e educacionais, rejeitando propostas inspiradas no liberalismo inglês, bem como no modelo revolucionário francês.

No segundo capítulo, intitulado **O cenário mundial no alvorecer do século XIX**, busca-se apresentar o contexto histórico que circundava e, ao mesmo tempo, envolvia o Brasil naquele início de século. Considera-se que as mudanças proclamadas expressavam o debate mundial da época, o que torna fundamental a compreensão da dinâmica da sociedade capitalista, sobretudo quando as nações desenvolvidas voltavam seus olhos para os promissores mercados e riquezas do Novo Mundo. Privilegiam-se, para a melhor compreensão do objeto, as condições da Inglaterra e Portugal. A Metrópole portuguesa, bem como as colônias espanholas, no dizer de Caio Prado Júnior (1985, p. 123), no princípio do século XIX, “ainda formavam os maiores impérios coloniais. Corpos imensos de cabeças pequenas [...]”.

A Inglaterra viu no Brasil, particularmente depois de 1808, a possibilidade de expandir o mercado consumidor para seus produtos manufaturados. Articulada à nova fase da produção capitalista, o seu maior interesse era fazer chegar a todos os cantos do globo as suas mercadorias: “Para o industrial – naturalmente o industrial dessa primeira fase em que os mercados não faltam e quando o único problema é chegar a eles –, só pode haver um ideal: é um comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível, seja por quem for, nacional ou estrangeiro, entre sua produção e os mercados” (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 124). Destaca-se, neste capítulo, a influência dos ingleses, tendo em vista as condições sociais do país que inspiraram Hipólito a discutir os problemas que envolviam Portugal e Brasil nas décadas primeira do século XIX.

O terceiro capítulo, **A ação educativa do Correio Braziliense no processo de independência do Brasil**, pretende apresentar o papel educativo da imprensa no debate realizado por Hipólito ao expor os problemas os quais o Brasil carecia solucionar para estar em conformidade com o movimento do capital mundial. Discute-se, primeiramente, a imprensa na Europa, contrastando com as condições da tipografia no Brasil, ou seja, como, nos países mais avançados, verificaram-se melhores condições para a circulação das idéias da época, por exemplo, a Inglaterra, que desde os primórdios do século XVIII contava com

a circulação de periódicos. A França, sobretudo no período revolucionário, identificou na imprensa um dos instrumentos para formar a opinião pública, situação que não se aproximava em nada da realidade lusitana.

A Conclusão aborda, especificamente, a função pedagógica do *Correio Braziliense* como veículo para a exposição das idéias liberais no processo de independência da Colônia, contribuindo para a formulação dessa corrente de pensamento no Brasil. Nesta parte final do trabalho, busca-se ressaltar a relação das idéias de Hipólito com a educação ao utilizar a imprensa como uma poderosa arma no combate às restrições impostas pelo absolutismo na Colônia, notadamente no movimento da independência.

Demonstra-se, ainda, a situação da educação colonial no período correspondente ao governo de D. João VI, destacando que a precariedade do ensino daquela fase, apesar dos incentivos do Príncipe Regente, não proporcionaria a formação de indivíduos capazes de colocar em prática as mudanças exigidas pelo sistema de produção burguesa.

A variedade de assuntos abordados no *Correio Braziliense* não permite a este estudo, em função da delimitação do seu objeto, discuti-los amplamente e na sua totalidade. Não significa, no entanto, que não tiveram sua importância no contexto do debate que Hipólito teve com sua época e que foram acrescentados no presente estudo na medida em que se colocavam como necessários para maior esclarecimento das questões apresentadas.

Como se trata de escritos do século XIX, optou-se por atualizar as citações do *Correio Braziliense* para a linguagem atual. Do mesmo modo, utiliza-se, no decorrer do trabalho, a terminologia *brasileiro* para designar os nascidos no Brasil. Hipólito se referia a *braziliense* como o natural do Brasil; *brazileiro*, o português europeu ou o estrangeiro, que negociava ou se estabelecia no Brasil e, *braziliano*, o natural da terra, o indígena.

2. HIPÓLITO DA COSTA E A FUNDAÇÃO DO *CORREIO BRAZILIENSE*

2.1. Considerações Preliminares

O debate político realizado no Brasil durante as duas primeiras décadas do século XIX aponta para o entendimento de que a colônia ultramarina portuguesa expressava os rumos necessários ao desenvolvimento da produção burguesa, localmente realizada, até então, na forma de trabalho escravo. Em face desta afirmação, a análise a ser desenvolvida sobre o objeto proposto exige que se privilegiem não só as figuras históricas envolvidas naquele fazer, mas, fundamentalmente, as condições históricas que ensejaram mudanças substanciais na forma de ser da sociedade brasileira.

No bojo das modificações apregoadas, encontrava-se a preocupação em traçar orientações mais precisas para a prática política e econômica no sentido de que pudessem, depois de definidos e seguindo um projeto formador de nação, inaugurar condições que consentissem um maior desenvolvimento material ao Brasil. Para tanto, à educação atribuíam-se papel essencial no envolvimento de portugueses e brasileiros para a compreensão e, após, incorporação dos saberes produzidos sob a égide da produção burguesa, devendo, portanto, proporcionar-lhes o acesso às luzes do desenvolvimento.

Nesse momento, a imprensa surgia com enorme capacidade de espalhar as idéias avançadas que há muito proliferavam na Europa, em particular porque o maior obstáculo a impedir sua atuação fora erradicado pelo decreto assinado por D. João VI assim que chegou ao Brasil, permitindo que finalmente se instalasse em solo colonial.

A análise sobre o pensamento de Hipólito da Costa, realizada pelo ângulo educacional, sugere um indivíduo que, frente às condições de sua época, expressou, com excelência, as questões com as quais esta se debatia e resulta na possibilidade de se traçar, de forma mais conclusiva, o movimento iniciado com a chegada da realeza e da aristocracia portuguesa ao Brasil em 1808 e que acabou, por força dos embates e disposição dos nacionais brasileiros, na separação política entre a Colônia e a Metrópole.

No contexto dessa luta, Hipólito nem sempre se manteve concomitante com as reais condições da sociedade brasileira da época, no entanto, as idéias que, durante 14 anos, endereçou aos brasileiros por intermédio do jornal *Correio Braziliense* contribuíram de

maneira inquestionável para a independência na medida em que vinham eivadas de novidades que aos nacionais não eram permitidas até então conhecer.

Suas propostas e idéias, para se realizarem – muitas delas inovadoras para a realidade existente no Brasil –, precisavam encontrar suporte em condições materiais mais desenvolvidas, exatamente a sua maior carência –, e mesmo quando não puderam ser incorporadas como fato corrente, ainda assim, marcaram a percepção de que haveria formas de governo mais progressistas do que a maneira portuguesa de governar.

Para o entendimento desse processo de ruptura e ao mesmo tempo de construção da nação, faz-se necessário ultrapassar a descrição da figura histórica escolhida ou do relato sistêmico dos acontecimentos do período enfocado. É preciso que se compreenda a natureza histórica do esforço realizado por Hipólito ao tomar por objetivo de vida a instrução dos brasileiros com vistas à possibilidade de virem a produzir por meio de práticas materiais mais avançadas, vinculando esse desenvolvimento a um regime político diametralmente oposto ao desempenhado pela monarquia portuguesa.

2.2. A Origem e a Formação de Hipólito da Costa

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823) nasceu na Colônia do Sacramento próxima às margens do rio da Prata, atualmente região do Uruguai, lugar onde passou parte de sua infância. Filho de Félix da Costa Furtado de Mendonça, que trabalhou no serviço militar, e Ana Josefa Pereira. O casal ainda contava com mais dois filhos ¹. A sua família residiu na Colônia até 1777, quando, então, se transferiu para o Rio Grande durante a ocupação espanhola. De acordo com as regras da capitulação, os oficiais poderiam se retirar para o Rio de Janeiro, já que os soldados eram levados como prisioneiros para Buenos Aires (DOURADO, 1957, p. 19).

Félix da Costa, no entanto, preferiu o Rio Grande, chegando ali em situação financeira não muito favorável, típica de quem era obrigado a buscar refúgio em outras localidades sem ao menos levar consigo os bens que possuía. Em Porto Alegre, abandonou o serviço militar e adquiriu terras na região de Pelotas, tornando-se fazendeiro e

¹ Felício Joaquim nasceu em 1777 em Buenos Aires e seguiu a carreira sacerdotal, falecendo em 1819. José Sartunino, nascido em 1778, era formado em Matemática e foi professor da Academia Militar, senador e ministro da Guerra na Regência de Feijó, falecendo em 1852 (RIZZINI, 1957, p. 12).

latifundiário, o que rendeu à família melhores meios de sobrevivência, permitindo, mais tarde, a Hipólito estudar na Europa.

Carlos Rizzini (1957, p. 3), Mecenas Dourado (1957, p. 32)² e Sérgio Góes de Paula (2001, p. 13) acreditam que Hipólito recebeu os primeiros estudos em Porto Alegre no contato que teve com o tio, o padre Mesquita, considerado um homem ilustrado³, iniciando aos nove anos o estudo de latim, destacando-se nesse aprendizado.

Existem indícios de que cursou no Rio de Janeiro, o ensino elementar, dirigindo-se, após a conclusão deste para Portugal, onde se matricularia, no ano de 1793, na Universidade de Coimbra, formando-se em leis e filosofia. Foi, também, em 1793 que passou a freqüentar a Faculdade de Matemática⁴. “Hipólito passara sua infância entre gente do campo: criadores e lavradores. Da antiga profissão militar do pai ficara apenas a lembrança dos dias heróicos e tumultuosos da Colônia, finalmente perdida por Portugal” (DOURADO, 1957, p. 29).

Naquele momento, a Universidade de Coimbra era referência para os brasileiros que queriam e tinham condições para prosseguir com seus estudos, sendo a formadora, por excelência, da elite brasileira. Hipólito a freqüentou quando esta acabara de passar por alterações no sistema de ensino, cuja reforma, promovida por Pombal, desejou levar à educação portuguesa os mesmos ventos inovadores que circulavam nos países europeus em que as relações burguesas promoviam acentuada produção de riqueza.

2.3. A Universidade de Coimbra e a Ilustração Portuguesa na Formação de Hipólito da Costa

O período passado na Universidade de Coimbra representou importante fase na formação política e intelectual de Hipólito da Costa. A Europa, na passagem do século XVIII para o XIX, presenciava a consolidação das profundas mudanças iniciadas nos séculos anteriores. Portugal, objeto de disputa entre franceses e ingleses, cujas nações eram

² Carlos Rizzini (1898-1972) e Mecenas Pereira Dourado (1893-1967) são os dois principais biógrafos de Hipólito da Costa. Ambos publicaram seus trabalhos referentes à vida do jornalista em 1957.

³ Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, doutor em cânones, foi vigário da Vara da Colônia do Sacramento até 1758 e depois em 1777 acompanhou a família de Hipólito para o Rio Grande.

⁴ Barbosa Lima Sobrinho (1977, p. 641) atesta que Hipólito prestou exames de bacharel em Direito em 10 de junho de 1797, formando-se em leis em 5 de junho de 1798. Em 1796, bacharelou-se em Filosofia.

as mais influentes naquele período, não podia nem ignorar e nem se abster do debate da época que exigia a implementação de novas medidas no governo dos interesses lusitanos, inclusive na educação.

A burguesia, na Europa Ocidental, embora heterogênea, já se colocava como classe poderosa e direcionava não apenas a vida dos que a integrava, mas influenciava, radicalmente, a forma de ser da sociedade daquele período. As explicações dadas às relações vigentes se respaldavam no ideário de progresso, na centralidade do homem, na luta para pôr em prática as descobertas do século anterior. Sendo o progresso material decorrente do progresso intelectual, conforme a visão burguesa, o principal meio para se atingir uma sociedade perfeita era promover mudanças na mentalidade humana.

Esse pensamento, formulado pela classe em ascensão, não atingiu todas as nações no mesmo movimento, sendo desigual no caso das colônias ultramarinas em razão da forma de implementação das relações burguesas nesses territórios, dadas pelo grau de desenvolvimento existente nas metrópoles.

Em terras lusitanas, esse pensamento não gerou um espírito revolucionário tal como encontrado na França, mas mostrou, ao contrário, uma face conservadora, de caráter nacionalista e humanista. As idéias propaladas em Portugal se assemelhavam nesse sentido muito mais ao modelo do iluminismo italiano, do que ao francês. (CARVALHO, 1996, p. 58). Este era combatido, porque se ancorava na liberdade e igualdade que a aristocracia portuguesa teimosamente insistia em não reconhecer. O reformismo ilustrado português norteou o pensamento de vários homens que exerceram cargo político de importância no reino lusitano, como o marquês de Pombal (1699- 1782) e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812)⁵.

O reformismo da Ilustração predominante em Portugal no século XVIII privilegiou a discussão sobre as reformas educacionais e administrativas, apontando-as como meio para superar os problemas do sistema vigente. Rejeitava, no entanto, tudo que estivesse correlacionado à liberdade, à representatividade e, especialmente, afastava o debate que envolvia o direito à igualdade como fundamento da nova sociedade:

⁵ Além de Portugal, outros países europeus desenvolveram a prática reformista da Ilustração. A Prússia com Frederico II, a Rússia com Catarina II, o Reino de Nápoles com o ministro Bernardo Tanucci e a Espanha com os ministros Aranda e Florida-Blanca (LYRA, 1994, p. 33-34).

Se de um lado, na França e Inglaterra, assim como nas colônias americanas as idéias iluministas iam assumindo um caráter revolucionário, culminado na própria independência norte-americana e, posteriormente, na Revolução Francesa, de outro, nos países católicos e de regimes absolutistas, marcadamente defasados em relação a este processo de modernização, aquelas idéias convertiam-se num certo reformismo ilustrado. (SILVA, 1999, p. 70).

Em alguns países, o desenvolvimento pretendido por Portugal já era prática corrente, fruto das revoluções ocorridas na base da vida material. Esses, ao buscarem aprimorar as novas descobertas, visavam obter informações nos mais variados ramos do conhecimento. A celeridade adquirida pelas novas forças sociais permitiu que, em pouco tempo, fossem produzidos, sob as expensas da produção burguesa, muito mais conhecimentos e resultados materiais do que a humanidade desde os seus primórdios sonhara em alcançar.

Portugal, no entanto, imerso no conservantismo, não enxergava a nova forma de ser dos homens e nem o próprio homem transformado. A aristocracia iletrada e ociosa não se interessava em promover o desenvolvimento social, em acompanhar as mudanças que sacudiam os países anglo-saxão e francês, em criar condições para que o espírito inovador derrotasse os obstáculos existentes e se propagasse com vigor em meio às condições materiais até então apequenadas. Quando as novas idéias começaram timidamente a florescer em Portugal, a Europa, em desenvolvimento há muito tempo, adotava-as.

Nesse quadro, a burguesia portuguesa, diminuta e sem forças diante da predominância política da aristocracia, não deu o salto que a burguesia inglesa havia conquistado em épocas recentes. Não teve outro caminho senão sucumbir à aliança com as velhas forças tradicionais na única intenção de manter-se viva e ao menos relativamente próxima do poder:

A fragilidade dessa classe, por imposição da correlação de forças desfavorável, tornou-se conciliadora. Logo, no plano das idéias, tendencialmente não poderia realizar produções que ombreassem às dos grandes pensadores burgueses como Locke, Adam Smith, Quesnay, Voltaire e Diderot. A produção teórica em Portugal, nessa fase, esteve irremediavelmente estigmatizada pelas limitações de sua base material. (ALVES, 1993, p. 18).

A adoção dos estudos que continham idéias contrárias aos interesses da aristocracia portuguesa se tornava praticamente impossível sem que se fizesse um movimento radical no interior do próprio governo. Era fundamental que se promovessem reformas políticas e sociais das quais o reino português não poderia mais prescindir se quisesse ombrear em condições um pouco mais vantajosas diante das nações avançadas, inclusive nas suas possessões. Conhecidos como estrangeirados, os que defendiam inovações enfrentavam grande dificuldade para difundir as idéias iluministas em Portugal.

Luis Antônio Verney, filósofo influente na elaboração do pensamento iluminista português, compartilhava da visão de que a entrada de Portugal e Espanha na rota do desenvolvimento exigia que se mirassem no exemplo das nações francamente progressistas, além de apoiarem-se na herança deixada pelas civilizações anteriores. Sua proposta de civilização caminhava no sentido de ultrapassar os limites impostos por uma aristocracia envelhecida e titubeante⁶:

Os franceses mandam muita gente a Roma para aperfeiçoarem na Arquitetura, Escultura, Pintura, e em tudo o que pertence às Antiguidades Romanas. Sabem que estas artes se conservaram sempre em Roma com distinção; reconhecem que os Romanos possuem o melhor que neste gênero nos deixou a Antigüidade e pode fugir à barbaridade dos incêndios de Roma; e assim mandam lá os homens moços e inteligentes, para beberem o bom gosto da Antigüidade. Muitos Senhores Ingleses, Holandeses, Franceses, Alemães, que correm o mundo para formarem os costumes, demoram-se tempo bastante em Roma e nas principais cidades da Itália, para observarem escrupulosamente todas as antiguidades romanas, e verem com os seus próprios olhos aquilo que estão cheios os livros [...] mas observo também que este método é ignorado nas Espanhas, e mui principalmente em Portugal, onde vejo desprezar todos os estudos estrangeiros, e com tal empenho, como se fossem maus costumes ou coisas muito nocivas. (VERNEY, 1950, p. 16-18).

Verney considerava essencial alterar o sistema de ensino vigente tomando-se por base uma formação amparada em novos parâmetros do conhecimento. Dines (2002, p. 446) destaca que esse filósofo “identificou no modelo educacional retrógrado a origem das mazelas nacionais”. Entretanto não somente ele pensava assim: vários intelectuais compartilhavam da mesma idéia e pregavam o conhecimento destituído de dogmas e de

⁶ Além de Verney e antes de Pombal e D. Rodrigo de Souza Coutinho, outros intelectuais já haviam tentado promover a renovação intelectual em Portugal. Entre eles pode-se destacar Luís da Cunha (1662-1749), Antônio Sanches (1699-1783), considerados também precursores do processo de modernização portuguesa.

teorias já ultrapassadas, discutindo a reforma universitária como instrumento inovador na mentalidade portuguesa.

O homem que deveria emergir dessa nova forma de educação teria de ultrapassar os limites dados pelos conhecimentos das doutrinas antigas: “Buscavam-se novas formas para substituir as tradições e o peso morto da herança ancestral” afirma Maria da Silva Dias (1974, p. 26). No novo cenário privilegiar-se-ia o uso da razão na explicação do mundo e do homem e desse em relação à natureza. Portanto, o ponto de partida seria investir na formação do indivíduo através dos novos saberes que, incorporados, certamente contribuiriam para a destruição das idéias obscurantistas eternizadas em solo português.

Na reforma geral do ensino proposta por Verney a transformação da mentalidade ora predominante exigia a mudança nos métodos pedagógicos, dos compêndios, dos programas, da preparação dos mestres, sem o que se tornaria inútil qualquer projeto de promoção material de Portugal (Cf. CARVALHO, 2001, p. 408). Na tentativa de mostrar que os métodos educativos utilizados eram inadequados, dedicou-se à elaboração de um estudo considerado o trabalho mais importante de sua autoria, intitulado *Verdadeiro Método de Estudar para Ser Útil à República e a Igreja*, impresso na Itália em 1747⁷.

Nesse estudo, fez uma feroz crítica aos procedimentos pedagógicos dos jesuítas, marcando oposição ao que seria um dos desafios da política pombalina, ou seja, minar o domínio da Companhia de Jesus na educação portuguesa⁸. Entre os vários obstáculos que enfrentou, talvez, um dos mais significativos seja a ação dos jesuítas, cuja ordem tinha

⁷ Este trabalho foi publicado no anonimato devido a uma possível perseguição que sofreu por ser um estudo que contradizia os fundamentos da Companhia de Jesus, mesmo já enfraquecida no seu poder. Quando os primeiros exemplares do *Verdadeiro Método* chegaram a Lisboa, foram avaliados pelos censores, como era costume se fazer com qualquer obra. O resultado não surpreendeu. Pelo teor agressivo da obra não foi permitida sua divulgação em Portugal, ficando os exemplares retidos no Santo Ofício. Somente depois de cinco anos é que se tem notícia da circulação clandestina do trabalho de Verney (CARVALHO, 2001, p. 411). Para burlar a censura, escreveu sua obra com pouca erudição e na forma de Cartas, 16 no total. Eram cartas “de um Barbadinho da Congregação da Itália a um jesuíta doutor na Universidade de Coimbra” (RIZZINI, 1957, p. 53).

⁸ A importância da obra de Verney foi ilustrada em periódico francês em outubro de 1760. O *Journal Étranger* (1754-1762) ressaltava a contribuição do seu método para o ensino. A insistência na abordagem empírica e na crítica à escolástica poderia resultar no melhoramento dos métodos de ensino em toda Europa, diziam os redatores. Esse jornal tinha por objetivo despertar o interesse francês pela literatura estrangeira na tentativa de alterar o conceito negativo em relação ao estrangeiro, entendido naquele momento como inimigo. (PALLARES-BURKE, 1996, p. 51-58).

alcançado grande domínio no campo educacional, por mais de dois séculos, monopolizando o ensino no território português⁹.

Pombal foi um déspota esclarecido e não mediu esforços para concretizar projetos que fariam do reino uma grande nação¹⁰. Enquanto ministro no governo de D. José, período de 1750 a 1777, previa “o fortalecimento do Estado monárquico absolutista através de um programa geral de reorganização da estrutura administrativa e buscava, por meio de uma centralização racional das funções e atribuições dos órgãos competentes, torná-la mais eficaz” (LYRA, 1994, p. 35).

Pouco tempo depois, Pombal, que “não queria saber do Iluminismo francês, pois este continha elementos capazes de pôr em perigo a autoridade em geral e a autoridade real em particular” (CARVALHO, 1996, p. 58), inspirou-se nos estudos de Verney para dar andamento ao seu projeto de modernização de Portugal por meio de reformas incluindo, nele, a educacional.

O governo de Pombal representou, em certa medida, a tentativa de dar consequência aos pleitos de setores da burguesia portuguesa, que via seus interesses econômicos estrangulados frente ao protecionismo praticado pela nobreza. A influência de suas ações foi limitada, exercida durante o período em que esteve no poder não conseguindo, portanto, modificar as condições concretas do reino, já que mudanças radicais não se concretizam apenas como fruto da vontade humana, nesse caso, o esforço de Pombal em ver seu país se elevar materialmente. Se assim fosse, poderia – ao ocupar alto cargo no reino – ter solucionado os problemas que afligiam Portugal.

A reforma universitária portuguesa data de 1772. A reestruturação do ensino superior pretendia reformar a intelectualidade portuguesa além de mudanças circunscritas apenas aos procedimentos pedagógicos. Ela reivindicava, entre tantas outras prioridades, a urgência de se promover um tipo de conhecimento mais adequado às novas condições de

⁹ Os jesuítas também influenciaram decididamente a vida política, econômica e social, trazendo prejuízos aos interesses seculares. O conflito instalado entre os padres e o governo girava em torno do presumido domínio alcançado pelos mesmos, o qual a Coroa entendia pertencer exclusivamente a si. A solução foi expulsar a Companhia de Jesus de todo território português em 1759, lembrando que a primeira medida tomada pelo governo português após esse ato, visava incorporar os bens dos jesuítas aos cofres e propriedades da coroa (CALMON, 1959, p. 1156).

¹⁰ Sebastião José de Carvalho nasceu em Soure (1699), Portugal. De origem simples, não desfrutava de títulos de nobreza que lhe possibilitassem ocupar o cargo político que exerceu mais tarde no reinado de D. José I.

vida propiciadas pelo desenvolvimento da ciência, cuja aplicação na indústria faziam ricas e poderosas as nações próximas ao território lusitano.

Nesse processo de reforma, os ensinamentos calcados nos velhos métodos não poderiam permanecer intocados. A intelectualidade portuguesa, arraigada às velhas tradições, resistente à adoção de novas idéias e novos métodos, inclusive os educativos, não permitia o contato dos indivíduos com os pensadores da modernidade. Muitos não sabiam da existência de Bacon, Descartes, Newton e os poucos que os conheciam e liam seus estudos não os compreendiam com exatidão.

A reestruturação do ensino português influenciou, ainda que indiretamente, o Brasil, já que os filhos da elite brasileira freqüentavam a Universidade de Coimbra. Boa parte desses estudantes comporia, em diversos momentos, o grupo que o comandaria politicamente. Homens que deixariam marcas na sua história política e administrativa: “os fundadores da nossa nacionalidade tiveram precisamente essa formação intelectual [...] A reforma do ensino de Pombal – 1772 – com todas as suas limitações, iria criar uma geração brilhante de naturalistas, cientistas e homens públicos com as limitações que a própria filosofia da reforma impunha” (BARRETO, 1973, p. 44; 57). Dentre eles, pode-se destacar José Bonifácio de Andrada, José da Silva Lisboa, Arruda Câmara e Hipólito da Costa¹¹.

A reforma, na realidade, “abriu para os alunos um mundo novo. Formaram-se na universidade nova, ou universidade restaurada, como o Marquês preferia que fosse chamada, alunos mais preocupados com a realidade concreta do que com a erudição livresca e abstrata” (BARRETO, 1973, p. 43), ou seja, o iluminismo pombalino, mesmo se distanciando do pensamento reinante na Inglaterra e na França, contribuiu, tempos depois, para a germinação do pensamento liberal em Portugal e no Brasil.

Hélio Vianna (1961, p. 331-333) salienta que a política de Pombal para o Brasil extinguiu as capitanias hereditárias; instalou a capitania de Mato Grosso; criou o tribunal da Relação no Rio de Janeiro e as Juntas de Justiça nas capitanias e fundou as Companhias Gerais de Comércio, uma no Grão-Pará e Maranhão e outra em Pernambuco e Paraíba.

O propósito, aqui, ao se mencionar as medidas de Pombal, é o de contextualizá-las em meio a um período de profunda crise social, política e econômica pelo qual Portugal

¹¹ Hipólito da Costa foi favorecido quando ingressou na Universidade de Coimbra devido à reforma curricular nos cursos os quais freqüentou. O de Filosofia apresentava nova orientação científico-naturalista. Os alunos passaram a estudar as novas disciplinas introduzidas na Faculdade: Agricultura, Zoologia, Mineralogia, Física, Química e Metalurgia (DOURADO, 1957, p. 45).

passava¹². As medidas pombalinas não devem ser entendidas por si mesmas, sem que se faça a necessária conexão com o debate vigente na sociedade, o que significa afirmar, por exemplo, que Pombal, ao expulsar os jesuítas, não o fez pela antipatia que parecia devotar aos jesuítas e nem pelo sentimento de ódio. Em resumo, seu governo ultrapassou as questões puramente políticas e econômicas, foi um projeto majoritário no sentido de que procurou atacar os sintomas do atraso em todas as frentes e, ao mesmo tempo, preparar caminhos para um possível surto de modernização.

Pombal deixou em evidência sua luta contra a supremacia da Igreja Católica ao opor-se ao ensino dos jesuítas. Apesar de suas medidas serem vistas como drásticas e injustas, foram necessárias frente às exigências de uma época que não podia mais manter o domínio político e, sobretudo, o econômico nas mãos da Igreja.

Apesar da reestruturação do ensino em Portugal, o reino não se desligaria tão facilmente do pensamento antigo, especialmente porque não possuía os aparatos materiais necessários para fazer frutificar as relações burguesas ora em expansão aceleradas. Muitos obstáculos interpostos ao estabelecimento de condições benignas a um certo desenvolvimento material ficaram sem solução, pois tiveram, quando aplicadas, o objetivo único de distanciar as discussões de cunho liberal consideradas ameaçadoras aos interesses da velha nobreza.

Por isso, o iluminismo reformista que se estendeu por Portugal no século XVIII, propagando-se por parte da intelectualidade lusitana, não alçou altos vãos. Ao se constituir desvinculado da prática material, só pôde ser reformista. As grandes mudanças na estrutura da sociedade, o fim do antigo sistema colonial, a substituição da forma de governo eram questões que se colocavam como impraticáveis ainda naquele século.

A formação de Hipólito se deu no interior da Ilustração Portuguesa. Os limites dessa definiriam os limites presentes em seu pensamento. No debate enfrentado no *Correio Braziliense* sobre a possibilidade de se fazer do Brasil um Estado material e politicamente semelhante à Inglaterra, acreditava que bastava iluminar o público com os saberes da

¹² Além de todas as dificuldades já mencionadas, é importante acrescentar que, no ano de 1755, um forte terremoto abalou Lisboa, causando grande destruição e milhares de mortes. Com este desastre, a situação portuguesa se complicou ainda mais, atingindo até mesmo o Brasil, que, segundo Soares (1961, p. 137), precisou oferecer o “subsídio voluntário”. Se bem observado, não foi uma ação voluntária, porque o Brasil foi obrigado a enviar determinada quantia em dinheiro para auxiliar na reconstrução de Lisboa, ajuda que se prorrogou por mais de vinte anos (1757 a 1779).

ciência burguesa ou *conhecimentos úteis*, como defendia, para que os brasileiros percebessem a urgência de se alterar a estrutura colonial.

À luz da Ilustração, intelectuais da geração de Hipólito acreditavam no importante papel que deveriam cumprir na sociedade ao possibilitarem aos indivíduos, apartados do mais elementar conhecimento político, que conquistassem um pouco de consciência a respeito das suas condições de vida e, depois, interferissem em seu meio social. Ao lançar o *Correio Braziliense*, queria esclarecer o público com suas idéias, acreditando na contribuição de seu jornal para a identificação dos graves problemas sociais e políticos que a Colônia precisava enfrentar.

Antônio Cândido (1975, p. 235) explica que os intelectuais daquele período, sobretudo os filósofos, eram vistos como detentores das luzes, capazes, portanto, de conduzir os homens ao progresso. No Brasil, esse ideário ganhou expressão no movimento da independência, em que “o intelectual considerado como artista cede lugar ao intelectual considerado como pensador e mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das idéias” (CÂNDIDO, 1975, p. 238). Para o autor, Hipólito expressava os ideais da Ilustração ao discutir temas característicos: “ânsia de instrução, crença na educação intelectual, desejo de reformas políticas, patriotismo, confiança na razão para impor as normas do progresso” (CÂNDIDO, 1975, p. 240).

Por outro lado, os seus escritos levam a pensar um pouco mais sobre o indivíduo que foi, no sentido de apontar que a forma como discutiu as questões de sua época, compondo uma visão e um entendimento do Brasil sem estar na Colônia, não era empresa que qualquer um realizaria com êxito. Os conhecimentos que possuía ultrapassaram os ensinamentos adquiridos na Universidade de Coimbra. Além de entendido em leis e filosofia, Hipólito, também, era conhecedor de “ciências naturais; meio médico e meio músico, literato e jornalista, maçom de tope; sujeito viajado; réu do Santo Ofício e herói de novelesca fuga” (RIZZINI, 1957, p. 26).

Na Universidade de Coimbra, encerrou seus estudos aos 24 anos e, logo em seguida recebeu uma tarefa oficial, iniciando aí sua carreira pública. A pedido do então Ministro de Guerra e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, foi enviado, em outubro de 1798, ao México e aos Estados Unidos para que

pesquisasse os progressos agrícola e industrial desses países, levando dois anos aproximadamente para concluir a tarefa¹³.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho era membro tradicional da nobreza lusa¹⁴. Propunha a modernização da administração das colônias como meio para assegurar a monarquia portuguesa. Para concretizar seus projetos, previa a formação de um grande império com base na idéia de desenvolver uma política que visasse a unidade entre Portugal e Brasil, ou seja, a constituição de um império luso-brasileiro. Essa idéia Hipólito iria defender, mais tarde, no *Correio Braziliense*. Porém, D. Rodrigo de Sousa Coutinho falava somente em unidade política, mantendo-se Portugal na condição de predominância, portanto, eternizando-se o combalido pacto colonial¹⁵.

O projeto de reorganização do reino lusitano indicava novo trajeto nas relações entre Metrópole e Colônia: privilegiar-se-ia a reciprocidade com o objetivo de garantir os interesses comuns de todas as partes da monarquia portuguesa (LYRA, 1994, p. 118). Reciprocidade que não foi de fato exercida. Lyra complementa que, em virtude da

¹³ Hipólito da Costa estudou, no México e Estados Unidos, “a cultura do cânhamo, do tabaco, do algodão, da cana, do índigo, do arroz e, principalmente, da cochonilha, devendo conhecer também as técnicas relativas a construção de pontes, moinhos e engenhos d’água, a pesca da baleia etc”, conhecimentos que visavam ser aplicados no Brasil (PAULA, 2001, p. 13). Em 8 de fevereiro de 1799, Hipólito enviou uma caixa de 192 espécies de sementes, mas não havia ainda adquirido exemplares da cochonilha devido às dificuldades de comunicação com o México e, mesmo depois de adquiri-la, não conseguiu enviá-las ao destino programado. Devido à demora de transporte, do longo percurso e falta de recursos, o inseto e as plantas que conseguira morreram. De Vera Cruz, as plantas e os insetos deveriam passar por Filadélfia ou Nova York, depois para Lisboa e de lá para o Brasil (COSTA, 2004, p. 165-166). Em julho de 1809, no *Correio Braziliense*, Hipólito comunicava que os Estados Unidos haviam estabelecido, na Carolina do Sul, plantações de cochonilha com sementes que obtiveram do México e recordava de seu esforço em conseguir as sementes da planta: “O governo português mandou, em 1798, um sujeito a buscar este inseto e planta [...], mas deixaram morrer; porque o homem empregado nesta diligência foi mandado guardar nas prisões da Inquisição, por ser framaçom, perdendo-se assim este importante ramo de comércio, antes do que ter cochonilha infestada pela maçonaria” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 105).

¹⁴ Além da nomeação para a função de Ministro da Marinha e Ultramar em 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi chefe do Erário Público (1801) e, no Brasil, Ministro dos Negócios da Guerra e Estrangeiros. Recebeu o título de Conde de Linhares em 1808 e faleceu em 1812, com fortes indícios de envenenamento.

¹⁵ Maria de Lourdes Viana Lyra (1994, p. 81) chama a atenção de que o projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho traduzia o pensamento do reformismo ilustrado português: “[...] promover reformas eficientes na máquina administrativa para desentruar o sistema, estimular a atividade produtiva e interdependente de todas as partes do império” (LYRA, 1994, p. 81). Com essas medidas, estaria mantendo a unidade da monarquia lusitana e afastando um eventual processo revolucionário. Para Marco Morel (2002, p. 272) D. Rodrigo de Sousa Coutinho influenciou com suas idéias a formação política de Hipólito da Costa, na medida em que este se integraria ao projeto proposto pelo Ministro. Mesmo Hipólito aderindo ao projeto do Ministro, não deixou de criticá-lo quando este negociou o Tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra. Em janeiro de 1811, Hipólito fez o seguinte comentário: “O conde de Linhares, de quem fizemos em outro tempo algum conceito, mas que de dia em dia nos dá novas provas de sua incapacidade para os negócios públicos, por mais que queiramos respeitar as suas boas qualidades, consentiu que passasse para o tratado de comércio como estipulação, a legislação inglesa sobre os vasos portugueses, a que a ignorância em matérias comerciais de seu irmão tinha dado uma sanção, mui pouco digna de um advogado dos direitos dos portugueses” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 44).

transferência da família Real e da Corte para o Brasil, foi preciso reformular o projeto, já que a Colônia passara a sede da monarquia.

Foi com esse propósito que o governo português incentivou, em fins do século XVIII, o conhecimento das produções científicas mais avançadas. Exemplo disso foi a missão de Hipólito para os Estados Unidos e México e de outros brasileiros também envolvidos no propósito de melhorar cientificamente a produção na Colônia. Segundo Lyra, o governo português passou a reconhecer e a utilizar os conhecimentos dos brasileiros que porventura aumentassem a produção da riqueza:

[...] a execução da nova estratégia da metrópole no campo das relações coloniais, ou seja, as escolhas de Ferreira Câmara e José Bonifácio para encargos de monta [...]. O plano de converter o antigo e debilitado império colonial num novo Estado imperial onde as partes apareceriam em posições iguais e os coloniais como membros natos da nação portuguesa ia se configurando através da participação ativa dos ilustrados nascidos no Brasil, na tarefa de pensar a crise e planejar, conjuntamente com a metrópole, o desenvolvimento pleno e integrado do novo império português (LYRA, 1994, p. 49).

No país norte-americano, Hipólito visitou vários estados e uma diversidade de lugares. Lá, obteve bons contatos, teve a oportunidade de conviver com botânicos, agricultores, cientistas e personagens americanas e estrangeiras da época, aprimorando seus conhecimentos nos mais variados campos do saber. Devido ao seu interesse científico, chegou a manter contato com alguns naturalistas por meio de correspondências. Dourado (1957, p. 59-65) cita os nomes de William Hamilton, que, sabendo dos conhecimentos botânicos de Hipólito, pediu-lhes algumas informações; John Bartram, conhecedor de plantas americanas, ofereceu-lhe explicações sobre o bicho-da-seda; Humphrey Marshall; Charles Wilson Peale e outros.

Freqüentou, também, a casa de Elias Boudinot, de quem obteve importantes ensinamentos sobre a fitologia e zoologia americana. Assistiu ao curso de física e o de medicina prática do professor Benjamin Rush, considerado o físico mais famoso do seu tempo. Teve contato com o presidente dos Estados Unidos: “hoje [1 de janeiro de 1799], fui apresentado pelo nosso Ministro ao presidente dos Estados Unidos, John Adams” (COSTA, 2004, p. 54). Além do dever oficial ainda se dedicava à música.

Para Paulo Roberto de Almeida (2002, p. 328) a missão de Hipólito nos Estados Unidos constituiu a base do conhecimento empírico e teórico sobre as questões econômicas e comerciais. Foi também ali que passou admirar a liberdade conquistada pelos americanos do norte, inclusive a liberdade de imprensa: “Vi também, aqui, a casa do correio [...] e pelas paredes, muitos editais impressos para coisa de bagatela, porque, aqui, como a imprensa é livre, tudo se imprime para maior comodidade” (COSTA, 2004, p. 49)¹⁶.

Durante o período que esteve nos Estados Unidos, lia os jornais que lá circulavam para conhecer sobre a vida política e costumes do país o qual visitava e assinou o jornal *Aurora*, periódico que sempre mencionava em suas anotações. A imprensa, naquele momento, passou a ser para ele “[...] mediadora entre o leitor e a sociedade e pode-se dizer que algumas vezes Hipólito vai enxergar a ‘realidade’ do país em que se achava, como estrangeiro, através dessa janela” (MOREL, 2002, p. 281).

Nos Estados Unidos, interessado em assuntos políticos, particularmente nas idéias liberais que se consolidavam, passou a freqüentar uma loja maçônica na Filadélfia. Embora tenha se interessado pela forma de governo estabelecido no país que visitava, filiou-se à Maçonaria Azul em 1799, loja simpatizante do governo monárquico, mas não absoluto. Esse posicionamento iria nortear todo o pensamento político do precursor da imprensa brasileira na medida em que defenderia, até em seus últimos escritos, o fim da monarquia absolutista, todavia não recomendava ao Brasil a instalação da República.

Segundo Dourado (1957, p.48), Hipólito deixou dessa viagem à América do Norte três documentos fundamentais: *Copiador e Registro das Cartas de Ofício*, dirigidas a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, *Diário da Minha Viagem para a Filadélfia* e *Memórias sobre a Viagem aos Estados Unidos*. Em 1800, já em Lisboa, publicou uma *Descrição da Árvore Açucareira e de sua Utilidade e Cultura* e *Descrição de uma Máquina para Tocar a Bomba a Bordo dos Navios sem o Trabalho do Homem* (LIMA SOBRINHO, 1977, p. 642).

Ao regressar a Portugal e com o interesse de mais tarde voltar ao Brasil, o que não veio a acontecer, assumiu o cargo de diretor literário da *Impressão Régia* em dezembro de

¹⁶ Hipólito da Costa não fez somente elogios aos Estados Unidos. Em algumas localidades observou “[...] que as leis [...] que dão liberdade aos escravos, depois de servirem certo número de anos, são mais contra o escravo que a seu favor; porque o senhor aproveita o trabalho do escravo enquanto é moço e o despreza depois que é velho, vindo o escravo a ficar sem nenhum amparo [...] e, com efeito, depois destas leis se vêem muitos pretos a pedir esmolas pelas ruas, porque não podendo trabalhar, e não tendo senhor, não há ninguém que seja obrigado a sustentá-los” (COSTA, 2004, p. 70).

1801¹⁷. A *Impressão Régia* substituiu a *Casa Literária ou Oficina Calcográfica, Tipoplática e Literária do Arco do Cego* fundada em final do século XVIII. Serviu como arregimentação de homens e idéias e de divulgação de práticas inovadoras, cujo objetivo era promover a modernização de Portugal. Em 1801, foi extinta por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (LYRA, 1994, p. 87).

Hipólito recebeu a incumbência de adquirir materiais gráficos para a Imprensa Régia de Lisboa. Para isso, dirigiu-se à Inglaterra em março ou abril de 1802. Além da missão oficial, tinha como objetivo pessoal “[...] a filiação das incipientes lojas maçônicas portuguesas – Amor e Razão, Virtude, Concórdia e União – ao Grande Oriente de Londres” (PAULA, 2001, p.14).

Seu interesse pelas lojas maçônicas impôs-lhe sérios transtornos. Ao retornar a Lisboa em julho de 1802, foi surpreendido pela visita do juiz José Anastácio Lopes Cardoso, que portava ordem de revistar o seu apartamento à procura de provas que comprovassem sua participação em lojas secretas: “Destruído o pretexto, surgiu o motivo real: fora preso por ser maçom e ter ido à Inglaterra tratar de negócios maçônicos relacionados com as lojas portuguesas” (DOURADO, 1957, p. 84).

A acusação de integrar a maçonaria era considerada de extrema gravidade. Encontrando escritos que indicavam seu envolvimento, foi levado para a prisão do Limoeiro, e permaneceu ali por seis meses e depois mais dois anos e meio – aproximadamente – na prisão do Santo Ofício do Rossio¹⁸.

Após esse período, conseguiu fugir com ajuda de amigos que também freqüentavam a maçonaria, inclusive do duque de Sussex¹⁹. Como atesta Dourado (1957, p. 101), “achava-se o duque de Sussex em Lisboa na ocasião em que Hipólito foi preso e

¹⁷ Em correspondência com a família, Hipólito expressou o desejo de voltar ao Brasil e se dedicar à agricultura. Esse desejo expressou logo que chegou aos Estados Unidos, como se observa no seu diário, 22 de novembro de 1798: “Hoje, reli o maço de cartas de minha casa (o que muitas vezes faço), e à vista das expressões de meus pais e tio, protesto (o que há muito era tenção) pela minha honra dar-lhe o gosto de me apresentar no Rio Grande o mais breve que me for possível” (COSTA, 2004, p. 42).

¹⁸ Na prisão do Limoeiro, Hipólito passou por vários interrogatórios a fim de denunciar a organização da maçonaria e seus participantes, sobretudo daqueles que exerciam cargo político de importância. Apesar de várias ameaças de tortura, prática normal na prisão do Limoeiro, não colaborou com a Inquisição.

¹⁹ Alguns autores, como Rizzini (1988), explicam que Hipólito conseguiu fugir da prisão aproveitando um dia em que o carcereiro estava sozinho. Nesta ocasião, simulou uma forte dor, pediu para o funcionário que lhe pegasse um pouco de água. Enquanto este foi até a cozinha, Hipólito, sabendo onde estavam guardadas as chaves, delas se apoderou abrindo a porta da prisão. Em se tratando verdadeiro esse episódio, a historiografia considera que há fortes indícios de que sua fuga foi facilitada. Augustus Frederiche (1773-1843), o duque de Sussex, sexto filho do rei George III, passou a chefiar as sociedades secretas na Inglaterra a partir de 1811. Antes dessa data era já um membro ativo.

processado”. Dessa situação, nasceu uma estreita amizade entre o duque e Hipólito, sobretudo quando este buscou exílio na Inglaterra em 1805. O amigo “[...] possibilitou a Hipólito condições de viver e escrever na Inglaterra sem que a mão da Justiça portuguesa conseguisse alcançá-lo” (LUSTOSA, 2000, p. 16).

A Igreja Católica perseguia duramente com as leis da Inquisição aqueles que defendiam princípios diferentes do clero e idéias políticas que se afastavam dos interesses da monarquia lusitana: “Proibia-a o Santo Ofício, como ponto de disciplina eclesiástica, alheio ao foro secular” (RIZZINI, 1957, p. 12). A maçonaria foi uma das associações mais violentamente combatida pelos eclesiásticos e pelos remanescentes da aristocracia, tida como centro de irradiação das novas idéias já espalhadas na Europa mais desenvolvida materialmente²⁰.

Em Portugal, mesmo não sendo proibida a participação nas lojas secretas, o Santo Ofício perseguia os seus adeptos, chegando até as últimas conseqüências, tais como condená-los à prisão e, em alguns casos, à morte:

Por sua identificação com as idéias da Revolução Francesa e pela presença de seus membros em quase todos os movimentos revolucionários que

²⁰ A maçonaria surgiu na Inglaterra no final do século XVII. A Loja conhecida como “Azul” defendia a monarquia constitucional. Dessa maçonaria, iniciou a maçonaria “Vermelha” na França. Ambas tinham por objetivo comum acabar com o absolutismo, porém apresentavam cada qual suas particularidades. Enquanto os filiados da maçonaria “Azul” defendiam a forma parlamentar, os integrantes da maçonaria “Vermelha” almejavam a emancipação completa, ou seja, desejavam derrubar o absolutismo e instaurar a República. Havia uma divisão na esfera social. A maioria dos nobres e burgueses pertencia à maçonaria “Azul”. Já os intelectuais e burgueses extremados defendiam os ideais apregoados pela maçonaria “Vermelha”. (FERREIRA; FERREIRA, 1968, p. 23; 64-66;). José Honório Rodrigues (1975, v.1, p. 18) afirma que a maçonaria sempre esteve relacionada à inteligência, à minoria dirigente política, econômica e militar e que “pelo seu caráter secreto, misterioso, beneficente, de auxílio-mútuo, a maçonaria representou, no começo do século XIX, uma força associativa e combativa sem igual, defendendo a Independência e as liberdades públicas”, aspecto que tanto incomodava o governo e clero português. Em Portugal, surgiu entre 1735 e 1740. Sobre a maçonaria em Portugal, Holanda (1982, p. 194) escreve que “a Igreja, conservadora e mantenedora do *statu quo*, não via com bons olhos a sociedade secreta que expandia e criava forças, adquirindo poder”, mas mesmo assim não deixou de exercer sua influência, em particular nos movimentos que eclodiram insuflados pela revolução Constitucionalista do Porto em 1820. No Brasil a notícia de existência da maçonaria data do final do século XVIII, coincidindo com os movimentos reivindicatórios. Seu funcionamento foi proibido por D. João VI pelo alvará de 30 de março de 1818, porém não foi totalmente extinta. As lojas maçônicas brasileiras se distinguiam das européias. Lá, a maçonaria ganhou força com a ascensão da burguesia. Aqui, como não havia a consolidação dessa classe social, os princípios iluministas chegaram por meio dos filhos de senhores que tiveram formação européia e da imprensa luso-brasileira, com destaque para o *Correio Braziliense*. Rizzini (1957, p. 95) considera que, até 1801, não havia sinais de instalação de lojas secretas no Brasil. Apenas em 1802, tem-se notícia da primeira sociedade brasileira e, no ano seguinte, inaugurava-se a *Virtude e Razão* na Bahia, e a *Constância*, a *Filadélfia* e a *Emancipação* no Rio de Janeiro. O autor defende a hipótese de que os envolvidos na inconfidência mineira em 1789 bem como na Conjuração baiana em 1798 apenas tiveram contato com as idéias libertadoras na Europa, não estabelecendo nenhuma loja na colônia.

eclodiram no mundo desde então, ela foi identificada como a grande inimiga do Trono e do Altar e se tornou o alvo preferencial da Santa Aliança. (LUSTOSA, 2000, p. 58).

Hipólito via nessa perseguição contra os maçons a política de um governo arbitrário e carente de conhecimentos concatenados ao desenvolvimento da nova sociedade:

As acusações e perseguições contra os Framaçons têm seguido estes passos de todas as outras; porque sendo fundadas na ignorância, acabaram já em Inglaterra, e em todos os países, onde as ciências têm feito progressos. [...] As nações mais civilizadas da Europa são também as que mais abundam em associações particulares; e por isso se vê, na Inglaterra, por exemplo, raro é o homem que não esteja unido a uma ou mais sociedades particulares; principalmente falando da classe mais bem educada da nação. [...] Donde se segue que proibir ou desanimar as sociedades particulares é pôr obstáculos aos progressos da civilização, e destruir diretamente os fundamentos da sociabilidade. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 146-49).

Leiam-se os moralistas, e se achará que não há nada de mais natural ao homem do que a propensão para as associações, desde a de família, que é a primeira, até a de cidade, ou nacional, que é a última. Leia-se a história de todas as nações e principalmente a moderna de Inglaterra, e se achará, que das diversas associações voluntárias e livres dos indivíduos, procedeu sempre a energia pública, a que se atribuem os maiores benefícios nacionais. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 26, p. 362).

Após a fuga, chegou em Londres no final de 1805 em busca de exílio. Lá, publicou *Narrativa da Perseguição* e, em 1811, escreveu uma gramática inglesa. A ele atribuem-se as *Cartas sobre a Franco-Maçonaria* e um *Catecismo Maçônico*. Editou, em inglês, uma *História de Portugal Composta por uma Sociedade de Literatos*. Traduziu e fez publicar textos variados de economia, política, medicina – *História Breve e Autêntica do Banco de Inglaterra*, *Ensaio Político, Econômico e Filosófico*, de Benjamin Rumford, *Memória sobre a Broncocele ou Papo*, de Benjamin Barton.

Escreveu, ainda, uma peça teatral, *Amor de Estranja* (PAULA, 2001, p. 15). Na Inglaterra, conviveu com Simon Bolívar, Francisco de Miranda, Matias Irigoyen e José de San Martín, atuantes na emancipação latino-americana e com alguns emigrados portugueses, entre eles o dicionarista nascido no Rio de Janeiro, Antônio Morais Silva (DINES, 2001, p. 30-31).

No ano de 1808 fundou o jornal *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*²¹. Impresso na oficina de W. Lewis, em formato in-oitavo o *Correio* era em brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escura (SODRÉ, 1966, p. 26:28). O jornal contava com quatro seções: *Política*, com a reprodução de documentos oficiais, os quais analisava, incluindo documentação de vários países; *Comércio e Artes*; *Literatura e Ciências*, notícias, transcrições, críticas sobre obras científicas; *Miscelânea*, matérias diversas, polêmicas, novidades sobre o Brasil e Portugal (PAULA, 2001, p. 18). Quando necessário, acrescentava alguns escritos intitulados *Pos Scriptum* e, ainda, reservava espaço para a publicação de cartas de leitores, inclusive aquelas que chegavam com críticas ao jornal. Hipólito argumentava que, ao assim fazer, colocava em prática a verdadeira liberdade de imprensa, por permitir que as idéias opositoras tivessem espaço junto ao leitor.

Enfim, o *Correio Braziliense* foi projetado para ser um periódico político, todavia, apresentava informações de natureza científica, de artes e literatura, sobretudo na divulgação de fatos, notícias e descobertas gerados na Europa, considerados pelo jornalista relevantes para o Brasil. O jornal trazia no seu frontispício os versos de Camões: *Na quarta parte nova os campos ara. E se mais mundo houvera lá chegara*²².

No século XVIII e, pode-se dizer, no início do século XIX, o jornal era considerado fragmento do livro. O *Correio Braziliense*, por exemplo, apresentava formato e conteúdo semelhante ao de um livro. Mais tarde, com a maior necessidade dos negociantes anunciarem seus negócios, o jornal ampliou em tamanho. Lustosa (2000, p. 29) informa que, além do *Correio Braziliense*, outros jornais, como o *Revérbero Constitucional Fluminense* de Gonçalves Ledo e *Januário da Cunha*, representavam esse tipo de jornalismo. Para a autora,

Ambos adotavam uma numeração de páginas que continuava nos números seguintes, indicativa de que se tratava de uma seqüência, uma obra fechada. Eram impressos em formato in-oitavo (o tamanho tradicional dos livros),

²¹ O *Correio Braziliense* foi editado entre 2001-2003 pela Imprensa Oficial do Estado, compõe-se de 29 volumes de textos do jornal, o de número 30 traz artigos de estudiosos da obra de Hipólito e volume 31, tomo I e II, traz os índices dos artigos do jornal.

²² A epígrafe que dava início a cada número do *Correio Braziliense* correspondia, como relata Antônio Costella (2002, p. 62), aos dois últimos versos da estrofe XIV do canto VII de *Os Lusíadas*. Nesses versos, Camões exalta os portugueses pela expansão por outros continentes, inclusive a América, denominada por ele “a quarta parte nova”. Neste sentido, o autor afirma que no caso do *Correio Braziliense* a “quarta parte nova” é referência ao Brasil. O fato de privilegiar tanto, no título do jornal como na epígrafe, o Brasil não significa que se restringia às notícias de sua terra natal, mas de tudo o que poderia estar a ela relacionada.

vendiam-se nos mesmos lugares em que se vendiam livros e, tanto na forma quanto no conteúdo, não tinham o caráter ligeiro e descartável que vieram a adquirir depois. (LUSTOSA, 2000, p. 29).

A intenção de Hipólito era fazer do *Correio Braziliense* uma obra para ser colecionada. Sua apresentação indicava esse objetivo: “Nada sugere a descartabilidade ou a fragmentação. Tudo induz à perenidade. Seja no tocante ao teor, seja nos recursos voltados para a consulta e a referência. Exemplo da ênfase na continuidade são as capas rigorosamente uniformes, como frontispícios de livro. Servem para marcar as edições que iniciam os volumes” (DINES, 2001, p. 29). A mesma opinião tem Pallares-Burke (1996) ao salientar que era comum a transformação das folhas avulsas dos periódicos em livros:

[...] vendidos inicialmente em edições avulsas (diárias, semanais, quinzenais, mensais, etc.), diretamente ou por subscrição, os periódicos muitas vezes eram disponíveis posteriormente em volumes encadernados, o que indubitavelmente conferia maior respeitabilidade e durabilidade ao novo gênero (PALLARES-BURKE, 1996, p. 14).

Jeremy Popkin (1996) afirma que a formatação dos periódicos na Inglaterra, em fins do século XVIII, já não mais se assemelhava ao livro. Os jornais contavam com nova apresentação ao público: manchetes em letras maiores, anúncios, imagens, etc. Nessa época,

Os jornais ingleses bem-sucedidos tais como o *Morning Chronicle* já tinham há muito deixado de parecer livros. Impressos em grandes fólhos, faziam uso extensivo de fios e de cabeçalho em vermelho para separar itens e, em alguns casos, empregavam títulos em tipo maior para identificar o assunto das matérias para que os leitores pudessem escolher os itens que lhes interessavam. (POPKIN, 1996, p. 207).

O mesmo procedimento não foi adotado, por exemplo, pelos redatores do período revolucionário francês, já que esses não queriam saber do modelo inglês. O *Gazette Nationale*, ou *Lê Moniteur Universel*, único jornal de destaque no período da revolução não tinha nada de inglês: “Não trazia anúncios, logo abandonou sua promessa original de imprimir controvérsias políticas ao estilo inglês, e acabou aos poucos se tornando o diário semi-oficial da Revolução” (POPKIN, 1996, p. 208).

Apesar do sentido radical dos conteúdos expostos nos jornais franceses, esses permaneceram, na sua aparência, conservadores, ou seja, “os jornalistas revolucionários continuaram a seguir tradições tipográficas de longa data” (POPKIN, 1996, p. 212). A maior inovação acontecida se deu em relação à seleção das notícias.

Além disso, o custo dos livros era elevado, portanto, reservado a pequeno número de leitores. A imprensa periódica passou a ser uma alternativa para levar ao público as discussões da época, de forma mais rápida e mais acessível financeiramente, o que não significa que todos tivessem acesso aos jornais da época²³.

Frente às condições da época, pode-se dizer que o *Correio Braziliense* deu início a uma forma não muito comum de discutir os acontecimentos entre portugueses e brasileiros que não desfrutavam, ainda, da liberdade de imprensa.

Propunha-se o *Braziliense* a ajudar, por um modo até então desconhecido entre os portugueses – o do livre exame dos fatos livremente publicados – a atualização da política, o ajustamento administrativo e a compassada renúncia a anacrônicos prejuízos, impedindo, por oportunas concessões do Poder, a sua capitulação, ou destruição, diante do avanço da opinião pública e das reclamações coletivas propelidas pelo revolucionarismo da época. (RIZZINI, 1957, p. 144).

A contribuição do *Correio Braziliense* deve ser vista muito além da comprovada importância que teve na formação da intelectualidade brasileira. É notório e vários autores concordam com o papel desempenhado pelo primeiro jornal brasileiro na formação do Estado Nacional e da elite brasileira²⁴. Para Cândido (1993, p. 233-234) Hipólito cumpriu um papel sobejamente maior e tem de ser considerado

[...] como prosador de raça, como o primeiro brasileiro que usou uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de

²³ Em relação ao *Correio Braziliense*, “sabe-se que cada tiragem de 500 exemplares com 128 páginas custaria 51 libras (a 60 *pence* por mil réis teríamos 204 mil réis em 1808) e seriam necessários 300 subscritores apenas para a manutenção material do periódico; somando 150 libras de alugueres e as despesas com o correio, empregados e despesas gerais, e considerando que o redator, para viver decentemente em Londres, precisaria então de 450 libras anuais, conclui-se que Hipólito necessitaria de 1212 libras, ou seja, o valor de mais de 600 assinaturas, número excessivamente elevado” (TENGARRINHA, 2002, p. 241).

²⁴ Sodré (1966, p. 24) não atribui ao *Correio Braziliense* o mérito de ser o primeiro jornal brasileiro. Justifica sua ideia ao apontar que: primeiro o jornal surgiu e se manteve por forças de condições externas; segundo, o mais importante, para Sodré, o *Correio* se fundamentava na perspectiva externa para ver o Brasil, ou seja, Hipólito tratou dos problemas nacionais a partir das condições internacionais e não das nacionais. No entanto, pergunta-se, seria possível discutir as condições as quais vivenciava considerando apenas os limites da própria Colônia?

elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela, mais atual que a maioria da que nos legou o século XIX e o primeiro quarto deste. Com ser o maior jornalista que o Brasil teve, o único cuja obra se lê toda hoje com interesse e proveito, foi um escritor e um homem de pensamento, exprimindo melhor que ninguém os temas centrais da nossa época das luzes.

Wilson Martins (1977-78, p. 33) concorda com a importância do *Correio Braziliense*: “[...] pode-se dizer com segurança, que a educação política da geração, que no Brasil preparou e realizou a independência, foi feita pelo *Correio Braziliense*”. Em estudo posterior, o autor acrescenta que “a folha de Hipólito José da Costa, batalhando pela independência política do país de que fez a sua finalidade precípua [...] não era, porém, exclusivamente, o jornal de oposição, perseguido e caçado pelas autoridades” (2002, p. 313).

Rolando Monteiro (1979, p. 12-13) afirma que Hipólito, “fundador do jornalismo brasileiro, mesmo em terra estrangeira, é hoje consagrado como patrono de nossa imprensa: [...] O *Correio Braziliense* é a grande tribuna de defesa dos interesses de sua pátria”. Já Carlos Guilherme Mota (1972, p. 39), ao apontar que no início do século XIX a Inglaterra se transformava em ponto central das idéias do século, destaca que era em Londres que atuava o jornalista Hipólito da Costa com o seu *Correio Braziliense*, “provavelmente o periódico mais importante do mundo luso-brasileiro àquela época”.

Varnhagem (1975, p. 226) também atribuiu relevância ao jornal de Hipólito: “Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um espírito constitucional, do que o ilustre redator do *Correio Braziliense*”. Rizzini (1988, p. 348) complementa que Hipólito “[...] fez do *Correio*, único luso-brasileiro da Colônia”.

No primeiro exemplar, na Exposição de Princípios, encontram-se definidos os objetivos que o levariam a escrever para sua terra natal: “Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião pública nos fatos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, das artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil à sociedade em geral” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 4).

Dessa forma, sua preocupação se pautava em apresentar aos nascidos no Brasil os conhecimentos que seriam úteis à sua realidade não somente em termos de aplicabilidade local, mas saberes que se faziam urgentes frente à dinâmica do capitalismo mundial. Surpreende pela audácia do projeto elaborado, haja vista as condições materiais e sociais daquela época tão avessas ao ideário de um indivíduo defensor de práticas liberalizantes e

que se opunham sobejamente ao estado de coisas implantado por Portugal na Colônia. Essa sua coragem confirmava a fé que nutria na força da palavra impressa.

3. O CENÁRIO MUNDIAL NO ALVORECER DO SÉCULO XIX

3.1. As Relações entre Portugal e Inglaterra no Contexto do Desenvolvimento do Capitalismo Mundial: A Visão de Hipólito da Costa

Embora localizado em solo europeu e relativamente próximo do berço clássico do capitalismo, Portugal não contou com as mesmas condições históricas que permitiram o desenvolvimento das relações burguesas na Inglaterra. Ao manter-se assentado no mercantilismo e promovendo larga expansão marítima, buscou novas rotas comerciais, fator que culminou na descoberta do Brasil, mas que obstou a alternativa de produzir riqueza fora do eixo da troca simplificada de matérias-primas e riquezas naturais.

No período em que os portugueses enriqueciam com as negociações marítimas, a burguesia inglesa “[...] foi alfobre de mercadores, administradores, empreendedores e estadistas” (SOARES, 1961, p. 8). Nos séculos XVI e XVII, Portugal e Espanha promoveram as grandes descobertas marítimas que dariam uma nova feição à Europa, possibilitando às duas potências da navegação além-mar alcançar reconhecimento entre as nações empreendedoras daquele período. Não obstante, as forças produtivas sociais internamente continuavam a exprimir o insignificante ritmo de desenvolvimento levado a efeito desde antes à aventura de atravessar os “mares nunca dantes navegados”, conforme a expressão universal de Luis de Camões.

O assim chamado “descobrimento” mostra o esforço realizado por uma época histórica para dar curso às transformações que assinalavam estar a sociedade feudal incapaz de manter-se operante, obrigando Portugal a expandir seus negócios comerciais e a procurar novos mercados, tanto fornecedores de materiais inexistentes em solo português e compradores de matérias primas próprias das terras conquistadas. Nesse momento, pode-se observar progressos na ciência, notadamente o da arte da navegação, inclusive maior conhecimento da física, matemática e astronomia, fato que consentiu não apenas a conquista de novas terras, como criou a possibilidade de ver-se o mundo sob parâmetros completamente diversos dos que vicejavam entre as velhas relações.

A forma de explicar o mundo se distanciava cada vez mais dos dogmas da Igreja Católica, substituindo a explicação religiosa pela razão. Esse processo não foi simples,

muito menos fácil, exigindo longos períodos de luta para que a nova ordem se configurasse como predominante. Até o século XV, os homens apenas contemplavam os astros, mas as transformações materiais em curso permitiram não somente admirá-los, mas revelá-los como frutos do saber racional.

Este fato é sintomático ao crescimento da sociedade burguesa: quando os homens se vêem no afã de abandonarem suas terras e de atravessarem o oceano por um caminho antes não percorrido, os astros que estiveram sempre no mesmo lugar passaram a ser pontos de referência para os neófitos navegantes. Isso significa que tais mudanças na forma de olhar para os astros e tantas outras coisas só aconteceram a partir de uma dada transformação material.

Enquanto os portugueses empreendiam o “arredondamento do mundo”, a Inglaterra intensificava o processo que a levaria, quase dois séculos depois, ao título de nação dominante entre as demais. Os processos de expropriação das terras comunais e de apropriação das terras da Igreja Católica foram ponta de lança para o adensamento das forças sociais de produção alastradas pela destruição gradativa do mundo feudal. Somente mais tarde os ingleses se envolveriam, com maior intensidade, nos negócios de ordem marítima, substituindo Portugal e Espanha no poderio naval.

Nesse ínterim, os ingleses, em concomitância ao adiantamento material e às rápidas transformações que alteravam significativamente as relações sociais internas, produziram um tipo de pensamento que, aos poucos, envolveu a nação em uma prática material frenética, cuja velocidade permitiu-lhes conduzir seus interesses em torno de uma política econômica em que a tônica era o máximo possível de liberdade de ação, particularmente quando esse era o alimento basilar para incrementar os negócios e, portanto, a riqueza individual.

As idéias trazidas por um pensamento adiantado reinavam quase que absolutas, firmes na qualidade de substrato teórico da nova prática material. Esse poderio pode ser explicado, também, em razão das condições materiais, as quais os ingleses possuíam porque haviam produzido todos os condicionantes necessários à expansão das relações burguesas. A instalação, no século XVII, de uma forma de governo em que o absolutismo deixara de ser o regime da hora, na medida em que o poder exercido única e exclusivamente pelo rei não atendia aos novos interesses da burguesia, ativou assombrosamente a ampliação das novas forças sociais.

A nova classe, para produzir riqueza e acumular lucros, lutou contra o Estado absoluto com tenacidade. Sua ação, destarte, era em prol da legitimação da propriedade privada, inclusive dos indivíduos em relação à capacidade de produzir riqueza pelo trabalho de seus próprios braços. Tiveram, então, que destrançar os nós urdidos quando deram legitimidade e apoio a um único senhor.

No século XVII, a burguesia inglesa havia conquistado amplo poder político e econômico, passando a Inglaterra a ser “o Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII” (HOBSEBAWM, 1981, p. 36), com a tarefa, ainda, de consolidar domínio diante das nações européias e além-mar. A necessidade de justificar o novo mundo e o novo homem e vencer, definitivamente, os obstáculos, que ainda persistiam e limitavam a expansão das forças produtivas burguesas, era questão a qual não poderia relegar a plano inferior.

A monarquia absolutista, destruída pela Inglaterra, foi uma das tantas barreiras vencidas na legitimação dessa jovem sociedade, mas, para alcançar essa dominância, precisou enfraquecer o poder clerical, que exercia forte influência nas decisões do Estado e interferia nos negócios do homem burguês²⁵.

No interior de intensas alterações materiais, o liberalismo ganhava forma e vigor. Nascido em meio ao processo transformador, expressão teórica das novas forças, justificando a iminência de um homem completamente oposto ao que predominara no mundo feudal, viu-se que “o liberalismo chegou, portanto, como uma nova ideologia para ajustar-se às necessidades de um novo mundo” (LASKI, 1973, p. 16).

Os novos princípios consolidaram a luta burguesa, que varria radicalmente o cenário das relações feudais a tal ponto que a estrutura política, aristocrática e a religiosa, desapareciam gradativamente no interior das nações em desenvolvimento. Nos locais onde a dominação feudal persistiu, muitas vezes em aliança com a burguesia, não se criou

²⁵Nas novas relações de produção no século XVIII, o conceito de sociedade não se alicerçava mais na questão puramente religiosa e de moralidade, privilegiar-se-ia a ciência natural, exemplificada nos estudos de Newton, de Halley e outros. Nesse momento: “A sociedade não é uma comunidade de classes com funções variáveis, unidas umas às outras por obrigações mútuas resultantes de sua relação com um fim comum. É uma companhia por ações em vez de um organismo, e as responsabilidades dos acionistas são estritamente limitadas. Entram nela a fim de assegurar os direitos que já lhes cabem pelas imutáveis leis da natureza. O Estado, uma questão de conveniência, não de sanções sobrenaturais, existe para a proteção daqueles direitos e preenche seu objetivo na medida em que, mantendo a liberdade contratual, garante plena extensão para seu exercício irrestrito” (TAWNEY, 1971, p. 182).

condições de progresso social, tampouco as tentativas constantes de mudança lograram sucesso em curto prazo.

O novo pensamento encontrou no filósofo inglês John Locke (1632-1704) a forma mais acabada de entendimento a respeito da existência das novas relações sociais. O estado de liberdade, do qual falou, foi fundamental para que os homens de negócio tivessem maior liberdade para agir livremente no mercado. Para tanto, a constituição de um governo civil era imprescindível: “[...] o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza” (LOCKE, 1999, p. 88), cujo modelo a prevalecer seria a forma parlamentar.

Nas páginas do *Correio Braziliense*, encontram-se várias alusões à importância da liberdade apregoada pelo liberalismo clássico, notadamente aquele centrado nas idéias de Locke: “[...] o benefício da liberdade consiste em cada um gozar do que é seu, sem que ninguém lhe faça violências” (2003, v. 26, p. 568), visto que “a liberdade individual do cidadão é o primeiro bem” (2002, v. 10, p. 533)²⁶. Compartilhava o *Correio* da idéia do governo absoluto ser incompatível com a sociedade civil, onde “[...] nenhum povo receberá tal forma de governo, com as vistas de que ele remedeie os inconvenientes do estado de natureza, nem do Estado de sociedade corrompido” (2003, v. 26, p. 536), tal qual o filósofo inglês defendeu no século XVII.

A exaltação do sistema de governo inglês objetivava afastar o espírito revolucionário francês antes que esse se propagasse na Colônia e ocasionasse sérios transtornos, tal como uma possível rebelião ou sedição popular em que o Rei fosse afastado do poder. O que o movia era o receio da implantação da República, já que entendia não ser esta a melhor forma de governo para o Brasil naquele momento. Além dessa preocupação não conseguia ver o povo assentado no poder, uma vez que o considerava incapaz de exercer outras funções na sociedade que não as laboriosas.

A idéia que prevaleceu e ainda se mantêm até os dias atuais é a de que os homens, sendo livres e dedicados ao trabalho podem enriquecer. Essa disposição não se constituía pecado, mas uma virtude, até porque para a sociedade burguesa o trabalho dignifica o homem, por meio dele, muito mais que acumular para si, acumula para a sociedade, ou

²⁶ Hipólito entendia que a liberdade civil consistia: “[...] na faculdade que tem o cidadão de obrar tudo o que não é proibido pelas leis, e por consequência o direito de ser protegido em sua pessoa, bens, e honra, sempre que se lhe não prove algum crime” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 10, p. 680).

melhor, o bem particular gera o bem público, princípio ordenado no período mercantilista, época em que a nascente burguesia teve que condenar o ócio e valorizar o trabalho braçal.

Na Inglaterra, assim como na França, a prática mercantilista predominava em meio ao quadro de disputa e concorrência pelos mercados. Nesse período – século XVII e início do século XVIII –, os ingleses haviam garantido para si o controle marítimo e comercial e pouco depois a supremacia industrial. Deyon (1973, p. 34) acrescenta que vários foram os fatores que permitiram a sistematização da teoria mercantilista na Inglaterra, já que se encontrava:

Liberta, no essencial, das antigas regulamentações corporativas, da proibição do empréstimo a juros e dos particularismos urbanos e regionais, a economia inglesa afirmava, numa conjuntura européia, embora bem difícil, seu dinamismo: manufaturas bem protegidas, mas livres de toda regulamentação autoritária das fabricações e das técnicas, uma marinha poderosa, uma agricultura próspera e lucrativa, instituições parlamentares e políticas favorecendo a consulta e o confronto dos interesses, a Inglaterra estava pronta para a grande aventura industrial. As duas revoluções políticas que ela atravessara no século XVII tinham liquidado as confrarias, as guildas, os privilégios, muitos vestígios, obstáculos e preconceitos herdados do passado, e contribuíram para fazer do mercantilismo um meio muito eficaz de poder e de progresso nacional.

O entendimento de que a liberdade, dada a todos os homens levá-los-ia, pelo esforço individual, ao enriquecimento, amparava-se na idéia de que aqueles que tinham boa disposição para o trabalho teriam a recompensa do enriquecimento individual, mas os que não labutassem com afinco estariam distanciados de uma vida rica e melhorada. Os que não conseguiam obter fortuna permaneciam em situação pouco animadora, sujeitando-se a realizar trabalho para outrem sem que, no entanto, tivessem para si a propriedade do que haviam produzido com suas mãos.

A produção da riqueza, no capitalismo, estava umbilicalmente ligada à vontade do indivíduo. Este fundamento do liberalismo, até hoje presente, precisou criar o artifício da lei de natureza para que os bens privados pudessem ser preservados, de forma que a consolidação da sociedade capitalista sob as expensas do trabalhador livre, mas alijado de bens outros que não a sua força de trabalho, estivesse garantida.

O entendimento sobre a relação entre liberdade e igualdade como coisas unas e bem supremo levou os homens da época a acreditar que, estendendo a liberdade a todos, conquistar-se-ia individualmente a igualdade e, por conseqüência, chegar-se-ia à sociedade

perfeita. Desconsideravam, nesse caso, as causas universais da desigualdade, ou melhor, ignoravam-se os motivos econômicos que produzem homens mais ou menos livres entre si, especialmente quando uma parte da humanidade precisou produzir, à custa do trabalho obrigatório, as condições de subsistência para os indivíduos destinados, por uma questão de classe, a viverem no ócio.

A nação inglesa, ao alcançar alto grau de crescimento material, produziu um pensamento compatível com seus interesses. A contribuição do liberalismo no século XVII expressou a luta pela propriedade privada, estabelecendo entre os homens um novo pacto social, tirando-a do domínio da Igreja e da nobreza. No entanto, a burguesia ciente de seus interesses, em outro momento, eternizaria essa idéia, apresentando-a como a ordem mais perfeita a que os homens haviam alcançado.

Entretanto o liberalismo inglês não se aplicava da mesma forma em outros países, nem mesmo no continente europeu como um todo, até porque, segundo Maria Ferraz Barbosa (1991, p. 49) “A Europa nem é e nunca foi um bloco homogêneo com interesses comuns entre as nações que a constitui”. A autora conclui que não se pode cogitar um único modelo de liberalismo europeu, mas o inglês, o francês, o alemão. No caso do Brasil, foi significativa a influência do tipo de liberalismo que vigorava na Inglaterra, comprovado quando se observa a formação do pensamento de Hipólito, de Silvestre Pinheiro Ferreira e até do Visconde de Cairu, entre outros.

A Inglaterra pôs-se ao mundo como exemplo das transformações econômicas, sociais e políticas que muitos povos desejavam ter, juntamente com uma política de governo favorável à satisfação do capital. Esse quadro permitiu a eclosão da Revolução Industrial, o grande incremento da ciência da produção, e reuniu milhares de homens dispersos produzindo sob as ordens de um mesmo senhor. As razões que permitiram aos ingleses conquistar o mundo foram lentamente forjadas sobre os escombros da velha ordem. Nas palavras de Hobsbawm (1981, p. 47):

Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática.

Portugal, ao contrário, manteve-se atrelado ao sistema de governo absolutista que, associado às arbitrariedades impostas pela Igreja, deixava-o em situação econômica e política pouco favorável ao estabelecimento de práticas sociais mais avançadas e capazes de promover mudanças substanciais na estrutura social lusitana.

No quadro das insuficiências materiais historicamente concebidas, é possível entender a existência de uma produção intelectual erigida sobre a égide do pensamento encanecido diante de práticas sociais inovadoras. As idéias liberais, ao penetrarem finalmente em solo português, depararam-se com um inimigo de vulto, potente na ação e poderoso na reação: as barreiras impostas pela Igreja Católica à circulação de nova forma de vida e ao novo pensamento estavam ligadas à luta pela sobrevivência de uma instituição religiosa até então dominante e que não se refizera, ainda, do revés de perder a primazia da riqueza em solo inglês.

A velha hierarquia social em Portugal respaldava-se nos antigos valores de nobres e proprietários. A nobreza de então poderia ser comparada a uma “classe de parasitas” denunciava Almeida Garret (1830, p. 39) e que, para tentar manter o status social quase todo perdido, apoiava os abusos do governo absolutista, garantindo para si o privilégio de usufruir os mais importantes cargos públicos. Para mantê-los e atalhar a dispersão da nova ideologia irradiante nos lugares mais avançados, a monarquia absolutista achava-se

[...] preparada para fortalecer seu poderio político lançando uma propriedade, uma classe ou uma província contra a outra. Contudo, seus horizontes eram o de sua história, de sua função e de sua classe. Ela quase nunca desejou, e nunca foi capaz de atingir, a total transformação econômica e social que exigiam o progresso da economia e os grupos sociais ascendentes (HOBSEBAWM, 1981, p. 39).

Em meados do século XVIII, a burguesia portuguesa não exercia influência política e econômica que pudesse legitimar os interesses capitalistas como havia sucedido na Inglaterra. Esse segmento, ainda classe em ascensão, não predominava no território lusitano, nem tinha produzido ainda um tanto de forças que garantisse condições de existência desvinculada da esfera do poder tradicional.

A alta burguesia, concentrada em Lisboa e Porto, apenas representa a camada superior e bastante limitada da burguesia portuguesa. A maior parte da atividade industrial e comercial, e particularmente o comércio interno, estava em poder de pequenos artífices e de pequenos mercadores, quase

sempre necessitados de dinheiro e pouco sensíveis ao movimento intelectual dito das Luzes. (SILBERT, 1981, p. 46).

Os portugueses, ao enfrentarem os problemas causados em parte pelo próprio comodismo de alguns governantes, tinham à sua frente o ônus de colocar em prática medidas condizentes com o estado livre de outras nações. Assegurava Hipólito que o “[...] único meio de efetuar uma reforma necessária, é começar por conhecer a sua necessidade” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 7, p. 72), assim, conhecidas as causas do opróbrio restava empreender o conserto dos males, seja reformando-os ou mesmo transformando totalmente a sua forma de ser.

Se a Inglaterra já havia destruído a monarquia absolutista, no reino português, ela resistia a mudanças que a afetariam mortalmente. Assim, num mesmo continente e sob o mesmo sistema, encontravam-se duas realidades desiguais. Portugal, arraigado ao passado, lutava com afinco para conservar os privilégios conquistados em tempos tão remotos a ponto de aos homens do século XIX não restarem muitas lembranças a respeito dos feitos e glórias do passado.

As diferenças históricas, na ótica de Hipólito, exprimiam-se no impasse predominante na Europa, ou seja, uma parte das nações já havia destruído todos os laços feudais e a outra persistia nas velhas instituições, como o era o caso da Alemanha. Era a luta entre a nova realidade social e a forma envelhecida de existir, onde esta perdera espaço e voz entre os indivíduos que lutavam para implementar as relações sociais transformadas. Ele observava esse embate com acuidade, afirmando que “é esta contradição, que se tem chamado o espírito do tempo presente, mas que nós chamaríamos o espírito de instituições opostas entre si, que por isso necessitam e exigem reformas” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 26, p. 75).

Influenciado muito mais pelo pensamento inglês moderado do que pelas idéias revolucionárias francesas, Hipólito ressaltava, sobremaneira, as conquistas do povo inglês, comparando-as sempre que podia com as condições do reino luso. Para ele, a situação díspar entre as duas nações – inglesa e portuguesa – deveria ser explicada atentando-se para o processo de formação histórica das respectivas nações.

No *Correio Braziliense*, apresentou uma série de comentários sobre a formação histórica dos dois países, estabelecendo entre eles um paralelo. Explicava que, “[...]”

havendo eles (ingleses) recebido de seus antepassados uma constituição livre, livre a tem mantido para a transmitir não só pura, mas ainda melhorada, à sua posteridade; custando-lhes isto, muitas despesas, muito sangue, e muitos incômodos” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 176).

No seu entendimento a afirmação de uma Constituição liberal permitiu aos ingleses continuar a ser um povo livre. Contudo, os portugueses, acreditando numa constante tranqüilidade, “[...] deixaram anilar as instituições a que estava inerente à liberdade dos indivíduos, e a prosperidade da nação” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 177). Nesse sentido, acabaram perdendo o estado de paz, tendo com isso de recorrer a um governo arbitrário, dificultando todas as medidas que induzissem a tentativa de instalação de uma política liberal.

O mais leve conhecimento da história portuguesa será bastante para mostrar, que o espírito público e até o valor da nação se foram extinguindo à proporção que a ignorância e o despotismo solaparam a liberdade dos portugueses. O despotismo favorece sempre a ignorância; esta é o único apoio do despotismo; porque a força está da parte da multidão, e só as noções erradas, e prejuízos fomentados pelo mesmo despotismo, é que podem conter em sujeição abjeta essa multidão, que possui o poder físico. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 179).

Apesar do estado social desanimador, algumas iniciativas foram tomadas no sentido de tirar Portugal do atraso material latente, como as de Pombal que, na segunda metade do século XVIII, lutou para levá-lo ao desenvolvimento econômico. Um dos mais difíceis atos do seu governo – a expulsão dos padres jesuítas – não se afigurava suficiente para a implantação das reformas desenvolvimentistas, fato que o levou a tomar outras medidas com o objetivo de incentivar a indústria nacional e, por conseguinte, o melhoramento das condições materiais do reino.

Sua iniciativa encontrou na Inglaterra forte oposição: Pombal “encarnou, de maneira cada vez mais firme, a oposição contra o predomínio absoluto dos britânicos na economia lusitana” (WRIGHT, 1978, p. 24). Para Ferreira (1968, p. 78), “Apesar dos protestos dos ingleses, o estadista incentiva a indústria, tenta a emancipação econômica do país com a instalação de fábricas e manufaturas”.

Essas medidas foram insuficientes para sustentar o plano de Pombal. Seus projetos esbarraram nas condições concretas de uma época que se fortalecia em detrimento das

forças tradicionais, exatamente aquelas as quais Portugal como um todo insistia em manter. Soares (1961, p. 177) entende que:

O reinado pombalino será eminentemente um reinado mercantilista. Concepções novas de vida, de assuntos econômicos e administrativos. Espantaram-se os contemporâneos da dureza com que Pombal impôs suas reformas. E para impô-las, teve de contrariar velhos interesses entrelaçados, velhos preconceitos defendidos pela nobreza, superstições impostas pela bruxaria. Por isso, o primeiro-ministro reagiu contra situações, condições e pessoas.

Apesar da reforma universitária, os estudos em economia política estavam proibidos. Hipólito criticou a proibição desses escritos, em particular os de natureza econômica, ausência de um saber que, a seu ver, impedia uma formação política que viabilizasse com eficiência as mudanças necessárias: “os estudos de economia política são proibidos na Universidade de Coimbra e não sabemos que haja no Reino outras escolas, em que se aprendam” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 86). Nesse contexto, então, como pensar em expansão da riqueza quando a Metrópole negava aos homens os saberes imprescindíveis a uma feliz condução dos negócios?

Era notória, entre nós, a fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais no que respeita ao conhecimento de regras contabilísticas, e também relativamente à informação que possuíam sobre equivalências e conversões entre pesos e moedas de Portugal e de outros países. O comércio português com o exterior estava quase todo nas mãos dos comerciantes estrangeiros estabelecidos entre nós, alguns deles naturalizados portugueses, ou até já seus descendentes. O que se passava no comércio repetia-se na indústria. (CARVALHO, 2001, p. 458).

A ausência de estudos em economia política, assim como da educação pública, deixava os negociantes portugueses e, especialmente, os brasileiros, em total desvantagem com relação aos ingleses que, desde cedo, dedicavam-se aos estudos da arte do comércio e da produção. Essa constatação estimulou Hipólito a publicar em seu jornal parte da obra de J. C. L. Sismonde de Sismondi, *Princípios de Economia Política Aplicados à Legislação do Comércio* (abril de 1816 a dezembro de 1820). Muito bem instruídos, os estrangeiros sempre se beneficiavam nas negociações estabelecidas com os brasileiros, por isso se dispôs a traduzir a obra citada para ensinar a estes os motivos que distinguiam os europeus na arte dos negócios.

Para neste objeto ajudarmos as vistas do Governo e contribuirmos da nossa parte para o bem da nação a qual pertencemos, a melhor via nos parece divulgar, por meio do nosso jornal, os princípios da boa economia política, pela qual se tornam fortes e rica as nações, e, em direta proporção, respeitáveis e independentes. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 16, p. 338).

Naquela etapa do alargamento das relações burguesas, o alheamento dos conhecimentos úteis à sociedade, portanto dos interesses do capital, relegara Portugal a uma situação de “triste figura”, no dizer de Figueira (1995, p. 12), tal qual o herói de Cervantes ao acreditar que a destruição dos moinhos de vento afastaria o perigo das forças “malignas” que alteravam o velho mundo. Essa conduta era intensamente observada em Portugal. Todos os avanços que sacudiam os países mais adiantados eram solenemente ignorados, não apenas se temia o novo, mas principalmente fingia-se não percebê-los, pois que se contrapunham aos interesses da realza lusitana.

Além dessas dificuldades na passagem do século XVIII para o XIX, a Metrópole passou por vários conflitos que impôs rumos até então impensáveis ao futuro da sua relação com as possessões ultramarinas, atingindo, inclusive, o seu próprio território. A Europa esteve quase que ininterruptamente em guerra entre 1792 a 1815. (HOBSBAWM, 1981, p. 95). A luta entre as nações mais prósperas por novos mercados – França e Inglaterra –, tornou Portugal, em 1793, juntamente com a Espanha, aliado dos ingleses contra a França.

A tentativa de invasão do território francês foi mal sucedida, obrigando a retirada da Corte. Em 1796, os espanhóis e franceses findaram a aliança com os portugueses. Coligados, passaram, então, a pressioná-los com o objetivo maior de vencer a Inglaterra e conquistar o domínio do mercado mundial. Portugal, depois da Revolução Francesa, procurou manter uma política de neutralidade, mas, diante da união Espanha e França, não sustentou essa posição por tempo considerável.

Em 1801, mais precisamente no dia 22 de janeiro, os novos aliados deram quinze dias ao Príncipe Regente para decidir-se: “entregar-se-ia nos braços da primeira, ou seria coagido pelas armas” (CALMON, 1959, p. 1355). Imediatamente, os ingleses ofereceram auxílio aos portugueses, participando ativamente do plano de fuga e os escoltando com suas fragatas até os portos brasileiros. Agiu assim porque precisava defender seus

interesses, caso contrário correria o risco de perder o predomínio comercial dos territórios portugueses para a França.

As medidas adotadas pela Inglaterra evidenciavam as necessidades de uma época que começava a enfrentar problemas decorrentes da ampliação das forças produtivas, a partir daí, tornadas mundiais. Ocupar a posição de preponderância mundial exigiu-lhe que impusesse acordos que garantissem sua influência junto aos portugueses, de forma que o mercado brasileiro e a imensa riqueza natural do seu território continuassem a servir às indústrias inglesas.

O principal alvo de Napoleão Bonaparte era vencer a Inglaterra. Não atingindo esse objetivo num primeiro momento, mudou de planos e de tática. Em 1806, a França decretou o Bloqueio Continental, impedindo a importação de algodão e fios da Inglaterra: “Intimidou aos países continentais o rompimento com a Inglaterra; que lhe fechassem os portos; que nada mais lhe comprassem” (CALMON, 1959, p. 1361).

O objetivo era impossibilitar a distribuição das mercadorias inglesas. Segundo Aguiar (1960, p. 27), após esse ato, “Napoleão dominou a Prússia e a Dinamarca, fechando aos ingleses o Báltico”. O mar do Norte e a Mancha também estavam fechados para a Inglaterra, porém ainda faltava a interdição dos portos do Atlântico e do Mediterrâneo, o que poderia ser alcançado a partir da conquista de Portugal, “a ocupação de Portugal significaria a caída dos ingleses sobre o Brasil, onde comprariam e venderiam sem dificuldade” (SILBERT, 1981, p. 60).

O país lusitano encontrava-se numa complicada situação. De um lado, havia a crescente possibilidade de invasão pelos franceses, certamente insuportável a Portugal e, de outro, a pressão inglesa, interessada em mantê-lo como também a suas colônias: “Se atendesse Napoleão, perderia o Brasil; e o contrariasse, teria de defender-se na desabrigada fronteira” (CALMON, 1959, p. 1361-1362). Em fins de 1807, a decisão foi de fato efetivada. Protegida pela esquadra britânica, a família real, juntamente com a Corte, aportou no Brasil no início do seguinte ano²⁷.

²⁷ Segundo Calmon (1959, p. 1365), dias antes da invasão francesa, o governo português ainda ignorava a invasão do inimigo. Para o autor, somente ao perceber que a frota invasora se aproximava resolveram partir para a América: “a 25 de novembro de 1807 anunciou que embarcava; a 26, proclamou ao povo, despedindo-se; a 27 e 28, a nobreza, numerosa criadagem, alguns oficiais superiores, funcionalismo, quantas pessoas puderam encaixotar as alfaias e transportá-las – se atiraram para os navios portugueses e ingleses, ali *prontos para zarpa*”. A idéia de transferir a família real para o Brasil já era antiga. Aguiar (1960, p. 22) informa que Martim Afonso de Sousa, um dos primeiros organizadores da colonização sistemática no Brasil, teria

Aproximadamente 15 mil pessoas desembarcaram no Rio de Janeiro em março de 1808, afirma Oliveira Lima, (1945, p. 214), ocasionando grandes transtornos à população nativa, pois não havia acomodações suficientes para abrigar a todos. Calmon (1959, p. 1375) fala em dez mil almas. O problema foi resolvido da pior forma possível. De um dia para outro, muitas famílias viram-se obrigadas a desocupar suas casas para alojar a Corte.

Em artigo publicado no *Correio Braziliense* em outubro de 1808, Hipólito condenou a ação dos portugueses de tirar do povo o sagrado direito de propriedade “[...] qual é o de mandar sair um homem para fora de sua casa, para acomodar outro, que a ela não tem direito” (2001, v. 1, p. 420-421). A invasão de Bonaparte ao território lusitano firmou ainda mais a dependência dos portugueses em relação à Inglaterra, cujos tentáculos se dirigiram ao Brasil com maior e mais visível avidez.

Portugal, sem o príncipe regente e ocupado pelas tropas francesas, envolveu-se em profunda crise. Hipólito analisou a política napoleônica na Europa quando da fuga da família Real para o Brasil:

A invasão Francesa, que tem prostrado os Governos da Europa, e abalada até aos fundamentos a antiga ordem, e relação política dos Estados Europeus, toma de dia em dia mais horroroso aspecto. Um crime produz outro; e as perversas intenções dos invasores, não se podendo sustentar sem acumular males sobre males, tem reduzido o Continente a não ter esperanças algumas de gozar tão cedo a tranqüilidade, que em outros tempos, muitas vezes existiu por longos intervalos, e apesar da oposição de interesses das Potências da Europa. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 57).

A principal crítica feita à tentativa dos franceses de abolir a liberdade nos países europeus envolveu uma série de lutas, de tal forma que o Corso parecia querer retroceder na história, instalando no continente o horror do despotismo. E uma vez estabelecido o despotismo, dizia Hipólito, o povo certamente se rebelaria, originando a anarquia, capaz de destruir o sistema de governo. De um lado, criticava as arbitrariedades do poder público e, de outro, as camadas populares na tentativa de derrubar o regime, agindo quase ou sem nenhuma instrução política.

A formação de um governo popular era negada porque entendia como “[...] a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante; porque isso é o que

aconselhado D. João III a se mudar para o Brasil devido o valor das riquezas encontradas. O Marquês de Pombal também sugeriu o mesmo em 1762, prevenindo sobre o perigo que Portugal possivelmente viria a enfrentar, ou seja, a possibilidade de invasão de tropas inimigas.

consiste verdadeiramente a anarquia; e nesta se deve cair necessariamente todas às vezes, que o vigor e entusiasmo do povo, excede a energia e talentos do que governam” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 2, p. 175). Assim, afirmava, “Deve-se fazer tudo a bem do povo; mas nada deve ser feito pelo povo” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 382).

As palavras de Hipólito, cuidadosamente escritas, tinham endereço certo: dedicadas aos governantes, era um verdadeiro alerta sobre as iniquidades que praticavam em nome dos interesses de sua classe. Num segundo envio, dirigia-se à burguesia ainda incipiente para mostrar-lhe os erros dos dirigentes, exemplos que não deveriam ser repetidos e, também, o alívio que deveriam aplicar aos seus males, qual seja, a necessidade de participarem mais ativamente da administração geral, contudo com domínio dos saberes modernizadores fundamentais a tal exercício.

Os problemas enfrentados pelos portugueses se intensificaram a partir de 1815. Primeiro porque a guerra européia findara, segundo porque D. João VI estava reticente em voltar à antiga pátria. A crise alcançou o auge em 1820 quando eclodiu o movimento na cidade de Porto, maior centro comercial, em que se exigia a volta de D. João VI (1767-1826) para Lisboa. Em 1817, teve início a tentativa de mudança do governo estabelecido em Portugal, realizada por associados de lojas maçônicas, que visavam reformas administrativas.

Nessa ocasião, as reivindicações não surtiram o efeito desejado, os insurgentes foram acusados, presos e alguns mortos. Essa repressão não sufocou o movimento, visto que “[...] continuou a lavrar, em Portugal, a agitação política resultante da propagação das idéias liberais e do descontentamento ocasionado pela ausência da Família Real e interiorização, administrativa e econômica, da antiga sede da monarquia” (VIANNA, 1962, p. 43).

Esses acontecimentos intensificaram a discussão sobre a independência do Brasil, já que o principal objetivo da corte portuguesa era o de mantê-lo submisso às regras coloniais, idéia que não agradava à elite brasileira que reivindicava participação maior no poder. Nesse sentido, a revolta do Porto não foi profundamente liberal. Revelou, igualmente, uma face reacionária ao pretender re-colonizar o Brasil, propósito muito distante do ideal de liberdade apregoado quando da instalação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Como o próprio nome indicava, não

havia menção à parte ultramar. Novais e Mota (1996, p. 44) afirmam que “o liberalismo das Cortes implicava a reconquista da hegemonia perdida pela burguesia portuguesa junto aos mercados do Brasil, exclusivo até bem pouco tempo, e a re-colonização, nessa perspectiva, parecia inevitável”. Todavia a elite brasileira não cogitava perder seus interesses.

O pensamento liberal português “[...] se opôs a tudo, absolutamente tudo, ao que aspiravam os liberais brasileiros. No fundo, o liberalismo português era conservador, visando apenas reformar o que fosse possível reformar, respeitando as estruturas tradicionais” (RODRIGUES, 1975, p. 31). Portanto, a Revolta Constitucionalista, que em Portugal expressou o liberalismo em atraso, despertou nos brasileiros, pelo menos num primeiro momento, a possibilidade de estender ao Brasil o mesmo processo de formação de um governo liberal, idéia logo desfeita.

Esta expectativa, rapidamente derribada, impulsionou, por outro lado, o estímulo que levaria à separação entre Brasil e Portugal. “A Revolução do Porto e as Cortes Gerais seriam os acontecimentos que iriam colocar os liberais brasileiros no caminho da independência política” (BARRETO, 1973, p. 114).

3.2. As Condições Sociais do Brasil no Século da Independência

O amanhecer do século XIX foi marcado por profundas mudanças na sociedade brasileira que atingiram a estrutura política, social e econômica, notadamente depois da chegada da família real e da Corte, momento em que se intensificou o debate que levaria à separação entre a Metrópole e a Colônia. Alguns autores, como Caio Prado Júnior (1963) e Wilson Martins (1977-78), afirmam que a presença da corte portuguesa na América representou o primeiro passo para a libertação da colônia, fato que levou Hipólito da Costa a acreditar na possibilidade de se implantarem práticas políticas mais avançadas no Brasil, porém não concordava com a emancipação política de fato.²⁸

A perspectiva de progresso foi desprezada pelos ministros portugueses que queriam apenas manter os interesses lusos em proeminência, caso em que a preocupação com os

²⁸ Prado Júnior. (1963, p. 44) entende que: “nossa condição de sede provisória da monarquia foi a causa última e imediata da independência”. Da mesma opinião é Martins (1977-78, p. 75), “a inversão de perspectivas políticas resultante da instalação da Corte no Rio de Janeiro trazia consigo a independência inevitável e, por assim dizer, *natural*, da antiga colônia.

problemas referentes ao Brasil não se exprimia pela tentativa de melhorar as condições de vida dos coloniais. Essa realidade não passava despercebida ao *Correio Braziliense* ao denunciar que os “[...] europeus que foram para o Brasil, governar aquela vasta região, não tem olhado para os interesses daquele país, com a atenção, que eles mereciam” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 2, p. 641), situação que se agravava devido ao aumento das despesas do erário para sustentar a Corte e a família real no Brasil.

[...] além de pagar as pensões de dez ou doze mil vadios, e parasitas, que, quais outras tantas sanguessugas do Estado, foram de Portugal para o Brasil fazer no Rio de Janeiro o mesmo que faziam em Lisboa; isto é, comer à custa do Estado, e não fazer absolutamente coisa alguma para o bem da nação. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 83).

A falta de empenho e responsabilidade de parte dos deputados que aportaram na Colônia revela que a presença da família real não mudaria a situação do Brasil se esta residência não fosse acompanhada de medidas pertinentes ao estado social, de forma que se promovessem alterações profundas nas estruturas política e econômica.

Um dos maiores defeitos de administração interna, nas colônias Portuguesas, foi sempre a falta de responsabilidade eficaz, nas pessoas que exercitam autoridade; e isto procede não de que as leis, em teoria, os não façam responsáveis; mas pela distância das colônias à metrópole; por não haver liberdade de imprensa, que publique os abusos dos que governam pela falta de assembléias ou conselhos coloniais independentes da Coroa, que sirvam de contrabalançar o poder dos Governadores. [...] O povo do Brasil tinha seguramente o direito de esperar, que estes males se remediassem, com a mudança da Corte para ali; mas a infinidade de cartas que aqui chegam a Londres, todos os dias, dos diferentes portos do Brasil, com repetidas queixas, e narrando fatos particulares, provam que se não tem atendido a este ponto, com a reflexão que lhe requer. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 5, p. 123).

João Armitage, viajante inglês chegado ao Brasil em 1828, relatou em seus escritos os malefícios trazidos pela Corte à Colônia:

[...] alguns males sobrevieram: enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a família Real; foi necessário admiti-los nos diferentes ramos da administração. A rivalidade sempre prevaleceu entre os portugueses e brasileiros natos, e este procedimento da parte do Governo Português tendia a aumentá-la. Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do País: consideravam temporária a sua ausência de Portugal, e propunham-se mais

a enriquecer-se à custa do Estado, do que a administrar justiça ou a beneficiar o público (ARMITAGE, 1977, p. 29).

A política conservadora desenvolvida pela Corte portuguesa insuflou a luta enfrentada pelos brasileiros para alcançar a liberdade política e econômica. Foram muitas as modificações ocorridas num período importante para a formação da nacionalidade brasileira, porém tais mudanças tiveram que superar obstáculos postos pelo atraso material no qual a Colônia se encontrava.

Até 1808, regido pelas ordens da coroa portuguesa, permaneceu praticamente isolado das outras nações, comercializando apenas com Portugal, que detinha o monopólio sobre todas as atividades econômicas realizadas em solo brasileiro. Destaca Silbert (1981, p. 43) que, naquele momento, “[...] o comércio com o Brasil, sem falar no contrabando, é estritamente reservado aos Portugueses”.

O privilégio exclusivo que os portugueses exerciam na economia motivou Hipólito a criticá-los duramente: “Antes da mudança da Corte para o Rio de Janeiro, não podia o Brasil negociar com mais ninguém do que com Portugal; os brasilienses deviam trabalhar, para que os portugueses se aproveitassem exclusivamente do fruto de sua indústria” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 23, p. 198).

Essa constatação, por diversas vezes, demonstrou que Portugal não incluía o Brasil nos seus projetos políticos. Para a maioria dos portugueses, significava apenas um celeiro de fecunda riqueza, cuja propriedade não se colocava à prova, inquestionavelmente lusitana por direito de conquista. “A política colonial portuguesa no domínio econômico consistia em drenar para a Metrópole todo o fruto do trabalho da Colônia” (LIMA, 1976, p. 125).

A economia colonial, portanto, se voltava praticamente para o fornecimento de produtos à Metrópole – produção para exportação – uma vez que se encontrava na situação de fornecedora de riquezas naturais extraídas de suas possessões: “O comércio de matérias-primas brasileiras constituía a base dos recursos lusos. Eram as especiarias, o algodão, o fumo, o azeite de baleia e, em particular o açúcar” (SODRÉ, 1969, p. 30) e ouro que interessavam aos portugueses e não a solução para a situação caótica na qual viviam os brasileiros.

A produção interna se restringia aos produtos de subsistência, reservada aos indivíduos das camadas sociais inferiores, já que os mais abastados utilizavam produtos estrangeiros. A riqueza da Colônia ancorava-se em três elementos fundamentais, no entender de Torres (1973, p. 167): “a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo”, alvo de grandes embates em boa parte do século XIX.

Rizzini (1957, p. 143) expressa as condições do Brasil no momento em que Hipólito lançou o jornal *Correio Braziliense*:

Sem liberdade de comércio; sujeito a estancos e monopólios; privado de indústrias; falta de estradas internas e de comunicações; desprovido de tipografias e de jornais; tapado às luzes das ciências e das artes pela censura literária; submetido a constrição militar, a derramas e falsas contribuições voluntárias; escravizado ao braço cativo nos labores agrícola, rural e mesmo urbanos; alijados os seus filhos de posições, honras e dignidades; oprimido por uma justiça enleada, tarda e venal, e por um funcionalismo corrupto; assolado por tantos males – estiolava-se o Brasil, ao raiar de um século fascinante e promissor, em denso obscurantismo. No entanto, essa mesquinha situação, oposta ao vulto do seu comércio e aos anseios do seu povo, era de debitar-se, menos à inépcia e incúria dos governantes, do que a obsolência de uma política ignara, contra cujos córneos preconceitos não valiam nem as lições da experiência e os exemplos contemporâneos.

Já Garret (1830, p. 59-60) se referia ao Brasil nos seguintes termos:

O governo, porém, era estúpido e tirânico: a autoridade dos capitães-generais sem limites e sem recursos; a jurisdição mista e intrincada dos ouvidores e juizes de fora faziam a governança do Brasil não só a mais despótica, se não também a mais absurda de todas as administrações coloniais. Nem as próprias relações do Rio e Baía eram esses mesmos tribunais independentes; porque presididas pela autoridade administrativa, eram as leis por que julgavam as portarias do governador e seus acórdãos minutados nas secretarias dele. O clero, pobre e ignorante, influía pouco; as ordens religiosas, também, pouco medradas, não preponderavam muito: só o comércio, apesar de todos os barrancos da legislação e abusos de seus executores, tinha importância e valor. Porém o comércio era exclusivo com Portugal; Lisboa e Porto os mercados do Brasil para as nações da Europa, não lhe consentindo a metrópole o mínimo trato ou tráfico com o resto do Universo. Até o ensino e as luzes eram objetos de monopólio, porque no Brasil não havia seminários, nem colégios, nem Universidades; e não só o médico, o jurisconsulto, o matemático, o filósofo, mas até o que se destinava aos mais triviais conhecimentos e profissões da sociedade as tinha de vir aprender e estudar a Portugal.

Esse quadro só veio a se modificar em parte com a migração da Corte portuguesa e da família real para a Colônia, que teve que se adequar rapidamente à condição de sede do reino português e a todos os benefícios e infortúnios que tal fato impunha. O Brasil não podia mais permanecer isolado do restante do mundo. A primeira medida do príncipe regente após aportar em terras brasileiras, foi abrir os portos, ato que resultou em efeitos imediatos na economia local²⁹:

[...] atenuou consideravelmente, em determinadas zonas, a atividade de contrabando; impulsionou o reaparecimento da atividade manufatureira; forneceu recursos do erário real, extremamente necessitado deles; estimulou as trocas, retirando-as da atonia que as ameaçara; deu função de cidade aos portos abrangidos na regulamentação (SODRÉ, 1968, p. 183).

A decisão de abrir os portos brasileiros contou com a influência de José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairu (1756-1835)³⁰. Defensor do liberalismo econômico entendia que era impossível continuar o fechamento dos portos às nações estrangeiras e limitar o comércio exclusivamente a Portugal, enquanto os franceses controlavam a metrópole (MANCHESTER, 1973, p. 74).

Em 1808, no ano de abertura dos portos, D. João VI revogou o alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibia a instalação de manufaturas no Brasil, medida que em quase nada alterou o quadro existente, já que grandes eram ainda os empecilhos a serem enfrentados até o estabelecimento das primeiras forjas em território brasileiro³¹.

A nova relação comercial entre Portugal e Brasil não decorreu simplesmente da presença da Corte. A alteração se deu “em consequência de haverem os franceses, ocupado

²⁹ “A carta régia de 28 de janeiro de 1808 abriu os portos do Brasil a todas as importações de fora realizadas diretamente, sujeitas ao pagamento de direitos alfandegários no valor de 24 por cento, sem distinção dos navios nacionais ou estrangeiros em que fossem transportadas” (Oliveira Lima, 1945, p. 209)

³⁰ José da Silva Lisboa publicou em 1808 e 1809 *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*. Foi a primeira obra impressa na tipografia criada por D. João VI no Brasil. Hipólito, apesar de não concordar com esse estudo, elogiou pelo fato de poder imprimir-se no Brasil.

³¹ Em estudo sobre a História Político-Econômica e Industrial do Brasil, Heitor Ferreira Lima (1976, p. 121-125) constata vários fatores que não favoreceram o desenvolvimento industrial brasileiro no período de dominação portuguesa, dentre eles, ressalta: leis e medidas coercitivas; altos encargos tributários sobre a produção nacional; restrição do mercado interno, decorrente do grande número de escravos; limitações ao progresso técnico, consequência, por exemplo, da abundância da mão-de-obra escrava relativamente fácil de ser adquirida e barata, fato que não exigia o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho; deficiência dos meios de transporte e escassez de capitais. A independência não abriu caminho propício para o desenvolvimento da indústria no país “[...] ao nos libertarmos da dominação colonial, caímos sob a pressão do imperialismo estrangeiro [...]. Ao invés das nossas aspirações, predominaram as injunções da política internacional, às quais nos tivemos de submeter” (LIMA, 1976, p. 126).

Portugal, o que fez ser de absoluta necessidade a abertura dos portos do Brasil ao comércio dos Estrangeiros” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 19, p. 271), assegurava Hipólito.

A abertura dos portos, apesar de tirar o Brasil do isolamento, manteve a economia depois de 1808 “[...] ainda nas mãos dos súditos da Coroa lusa, muitos dos quais residentes no Rio de Janeiro” (FRAGOSO, 1998, p. 220). Além desses, a entrada dos ingleses na economia nacional não favorecia os negócios do Brasil, porque “significava na realidade que, em relação à Europa, os Portos estavam abertos apenas ao comércio da Inglaterra, enquanto durasse a guerra no continente” (MANCHESTER, 1973, p. 75).

A superioridade confirmada com os Tratados de Comércio e Navegação e o Tratado de Amizade e Paz, celebrados no mesmo dia, 19 de fevereiro de 1810, não trouxe apenas aspectos positivos na liberalização dos portos brasileiros, mas acarretou alguns problemas econômicos para a Colônia e na Metrópole³².

Os acordos firmados com a Inglaterra fizeram com que Hipólito emitisse severa crítica às negociações realizadas. No seu entendimento, esses tratados não beneficiavam o Brasil da forma como deveriam, devido à falta de saber dos negociantes brasileiros a respeito da arte de comerciar, fato de tamanha gravidade que o levou até a sugerir o fechamento dos portos: “É necessário calcular o lucro, que tira a nação, de abrir os portos do Brasil aos estrangeiros; e comparar esse lucro com a perda consecutiva à ignorância dos negociantes; e do resultado abater também o grandíssimo inconveniente da diminuição da navegação” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 18, p. 156-57).

Em face dessa conjuntura, insistia na necessidade de escrever livremente sobre temas que poderiam auxiliar o governo a ter clareza acerca das decisões políticas e econômicas mais entrelaçadas ao adiantamento material existente: “[...] é preciso facilitar-lhes a leitura das gazetas e jornais, em que leiam as notícias políticas e mercantis” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 8, p. 289), caso contrário, os interesses nacionais seriam sufocados pelos de outras nações que apoiavam suas ações no que havia de mais recente e útil, tanto no comércio como na produção. A falta de conhecimentos políticos não era problema na Inglaterra, asseverava Hipólito, porque lá “todos os nobres se aplicam de

³²Para Holanda (1982, p. 80), este Tratado “[...] foi o preço pago por Portugal à Inglaterra pelo auxílio que dela recebeu na Europa”. Com estes Tratados assinados pelo Conde de Linhares e Lord Strangford, ficou estabelecido “o imposto de 15% ad valorem nas alfândegas sobre as mercadorias britânicas, menos 1% sobre as do Reino de Portugal”, embora o artigo 5º estipulasse que as duas nações pagassem os mesmos direitos. Na prática não foi isso que aconteceu, já que os ingleses pagavam tarifas inferiores à outra parte contratante.

tenra idade às letras; a maior parte deles vai às Universidades, obter os graus acadêmicos” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 5, p. 566).

O comércio, que até então estivera em poder lusitano, passou a ser controlado, em boa parte, pelos ingleses. Na segunda década do século XIX, já “[...] dominavam todo o movimento do Rio de Janeiro, pelo volume e valor de seus negócios” (RODRIGUES, 1975, p. 93). Era essa cidade, sede da monarquia, o “[...] grande entreposto colonial, ao seu porto afluíam mercadorias que distribuía pela costa da Bahia a Montevideu e mesmo para o norte. Recebia da Europa uma gama de mercadorias extraordinárias para o tempo, considerada a estreiteza ainda do mercado consumidor” (SODRÉ, 1969, p. 139). Mercadorias de todos os tipos, desde “[...] fazendas de algodão, lã e seda; peças de vestuário, alimentos, artigos de armarinhos, móveis, cristais, louças, porcelanas, painéis de ferro, cutelaria, quinquilharia, carruagens, etc” (HOLANDA, 1982, p. 75).

Se, entretanto, o Brasil perdia com a superioridade da Inglaterra no comércio nacional, por serem maiores as vantagens dos negociantes ingleses e também o conhecimento que tinham, por outro lado, Portugal perdia, aos poucos, o monopólio econômico da Colônia e, ao mesmo tempo, via declinar seu poder político na medida em que se tornava cada vez mais anacrônica a forma de existir predominante nas suas possessões.

Assim, naquele momento, as condições para a efetivação do domínio inglês no Brasil já se encontravam prontas, perdurando esse quadro até a segunda metade do século XIX quando, então, a Alemanha passou a liderar “[...] a importação de vários artigos que antes eram recebidos principalmente da Inglaterra” (BETHELL, 1976, p. 282), produtos destinados, sobretudo, à região Sul do Brasil.

Hipólito, em contato direto com as idéias liberalizantes, emitiu ferrenha crítica à péssima administração dos interesses brasileiros por parte dos portugueses, a qual conduzia a Colônia a um quadro de insuficiente produção de meios, precisamente aqueles que o conduziram a grandeza material. Salientava que:

Quando a pobreza de território de uma nação, a sua posição geográfica no mundo, o gênio e disposição de seus habitantes, fazem com que o comércio não possa prosperar, nem ir além de uma certa meta, não há mais do que conformarem-se os homens com os decretos da Providência, que em sua incompreensível sabedoria distribui os bens do mundo, naquela proporção que lhe apraz; mas seguramente não se devem os homens conformar, com a

mesma submissa resignação, às desvantagens que visivelmente procedem de uma má administração do Governo; é este um mal moral proveniente da maldade ou da ignorância do homem; e todos temos o direito de procurar remediá-lo. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 8, p. 152).

A ineficiência da administração dos negócios brasileiros se dava em função de um governo que rejeitava e temia as idéias liberais que levavam os povos a manifestarem-se constantemente sobre a conveniência de um governo civil e ao desejo de se libertarem da aristocracia que vicejava, com pálido brilho, em muitas nações européias. Esse temor distanciava os portugueses das conquistas burguesas e os mantinham cada vez mais ligados a um regime que se opunha ao progresso.

Ao indicar, por inúmeras vezes, a inutilidade do sistema colonial, o *Correio Braziliense* clamava pelo fim do monopólio político português e pela oferta aos brasileiros de uma maior participação no gerenciamento da Colônia. Essa idéia pode ser observada desde o início da publicação de seu jornal:

É, pois a este vício fundamental, que nós atribuímos os males do Governo do Brasil. Os lugares do Governo são uma espécie de monopólio. Os naturais do Brasil, quando vinham a Portugal, eram olhados como estrangeiros pelo Governo e como macacos pela plebe: agora está o Governo no Brasil, e pela mesma razão podiam os naturais do país olhar os europeus como estrangeiros; mas nem um só dos compatriotas do Brasil tem sido promovido ao Conselho de Estado do país; estrangeiros em sua casa e estrangeiros fora dela; isto prova não só o monopólio de que falamos; mas até a falta de senso comum nesses monopolistas; porque, ao menos para adoçar a boca ao povo do Brasil, poderiam ter nomeado um dos seus naturais para o Conselho, escolhendo algum adulator e parasita de que o Brasil abunda tanto como qualquer outro país do Mundo; mas nem isto se tem feito. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 5, p. 567).

A dificuldade em efetivar projetos de cunho mais liberal no Brasil era notória, talvez explicada pela afirmação de Torres (1957, p. 53, nota 5) de que “[...] a burguesia, rigorosamente falando, somente surgiria ao fim do Império”. Esse entendimento, muitas vezes, deu a direção aos artigos de Hipólito. Foram tentativas constantes de despertar a incipiente burguesia brasileira para que participasse ativamente das decisões políticas e compreendesse que o poder econômico deveria estar concatenado ao poder político. Em caso contrário, todo o esforço para dar à sociedade uma face própria, relacionada aos

interesses burgueses, seria em vão, anulando todo o esforço empreendido em nome da uniformidade de propósitos políticos.

Um típico exemplo de que não bastavam idéias inovadoras e condição econômica favorável para se implantar mudanças significativas é o ambicioso projeto industrial defendido pelo Barão e depois Visconde de Mauá na segunda metade do século XIX³³. Ele acreditava no poderio de sua fortuna pessoal e no poder econômico que desfrutava como elementos capazes para promover a modernização do país.

Os projetos nacionais que traçou eram ousados para um país ainda imerso na ignorância e pobre economicamente. A despeito das condições dissonantes Mauá enfrentou grande embate com a elite política no afã de provocar um mínimo de progresso. Essa, por sua vez, arraigada no conservadorismo herdado da fase colonial e na defesa dos interesses agrários, lutava por impedir as ações inovadoras de um indivíduo que mantinha o olhar voltado para as conquistas dos países mais prósperos.

As mudanças econômicas, em particular as industriais, almejadas por Mauá só se tornaram realidade na década de 1880. A introdução de novas práticas produtivas, naquele quartel de século, não autoriza, entretanto, que se fale em desenvolvimento constante, porque o que aconteceu no final do século foi um surto industrial na cidade de São Paulo sem que houvesse alcançado maiores proporções. Somente no século XX, as condições materiais, políticas e sociais passaram a ser favoráveis à industrialização.

Tal episódio mostra que vários foram os óbices postos à penetração e difusão das idéias liberais, notadamente porque essas se chocavam com a realidade do trabalho escravo. Em geral, por mais que se discutisse os problemas do Brasil, pouco seria concretizado em face do emprego da escravidão, base sólida da economia. Hipólito expressou mais de uma vez a vontade de vê-lo extinto, porquanto entendia que a prosperidade dependia da substituição daquela forma de trabalho.

A elite, ao lutar pela emancipação política, queria o fim dos laços coloniais sem, no entanto, alterar a velha estrutura no mundo do trabalho. O pensamento que insuflou o processo de independência não repetiu o mesmo espírito liberalizante das lutas entre a

³³ Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889) nasceu onde, atualmente, localiza-se o Rio Grande do Sul. Levado pelo tio quando ainda muito jovem, chegou Irineu no Rio de Janeiro, indo trabalhar numa loja comercial, na qual, em pouco tempo, tornou-se caixeiro. Estudioso de obras de economia política leu muito sobre José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu).

burguesia européia e a aristocracia feudal e conduzia a elite, dita intelectualizada, a instar pela manutenção do controle social, destruindo apenas o pacto colonial.

Dessa forma, os princípios liberais não representaram, de fato, uma luta libertadora, mas a conservação dos privilégios que se arrastavam desde o início da colonização. Novais e Mota (1996, p. 13) apreendem esse movimento com propriedade ao afirmarem o caráter dúbio do liberalismo nas duas primeiras décadas do século XIX no Brasil.

Ora, o caráter ambíguo e contraditório do movimento de independência e, portanto, de sua ideologia é prenhe de conseqüências. Liberal, o movimento rompeu com a dominação colonial; mas foi extremamente conservador, mantendo a escravidão e a dominação do senhoriato. E foi nacional, por criar a “nação”, fabricação ideológica do senhoriato para manter sua rígida dominação social e política. Quem desejou ir além morreu, como Frei Caneca. E quem não aceitou as regras do novo patronato político foi aliado do processo, como Pedro I, obrigado a abdicar e a retornar a Portugal em 1831.

Não se tratava “[...] de organizar em novas bases um Estado já existente: tratava-se de construir um novo Estado a partir de uma antiga colônia fundada numa ordem social escravista” (NOVAIS; MOTA, 1996, p. 43). Por conseguinte, o processo de independência foi contraditório: “Liberal, o movimento rompeu com a dominação colonial; mas foi extremamente conservador, mantendo a escravidão e a dominação do senhoriato”.

Ao denunciar o problema da escravidão, Hipólito se deparava com condições materiais pouco animadoras para a transformação na estrutura econômica do Brasil. Por isso, pode-se entender a dificuldade das autoridades brasileiras em cumprir os tratados firmados que exigiam o fim do tráfico, já que esses eram elaborados tomando por modelo países em que o trabalho era diferente da realidade brasileira.

A força demonstrada pela portentosa indústria da Inglaterra contagiava os ânimos de Hipólito. Movido por ela, passou a acreditar que o mesmo quadro de desenvolvimento poderia ocorrer no Brasil. A Inglaterra se afigurava a melhor parceira e modelo que o Brasil conseguiria ter, já que o avanço das ciências e das suas idéias, certamente, oportunizaria aos outros povos e, em especial a terra pátria, a desfrutar de maior riqueza material, até porque, no século XIX, “[...] o único governo livre e regular, que existe na Europa”, (2001, v. 7, p. 768) era o inglês. Confiava que:

A Inglaterra pode, sem dúvida, oferecer vantagens ao Brasil, que nenhuma nação da terra poderia apresentar-lhes. [...] as ciências, as artes, a indústria, só podem passar ao Brasil da Inglaterra. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 2, p. 132).

Todo o mundo conhece que a Inglaterra é a potência mais adequada para ter uma íntima amizade e aliança com o Brasil. Este país nascente, e falto de experiência, só da Inglaterra pode, nas atuais circunstâncias, aprender e organizar as suas instituições políticas, a dirigir as suas operações comerciais; a dispor a tirar vantagem dos seus recursos de finanças. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 54).

Todas essas ações, direcionadas pelo movimento do capital, atingiram mais ou menos as outras nações. Deste modo, as mudanças ocorridas no Brasil nessa etapa histórica não foram resultados apenas da vontade dos governantes ou da atuação de seus habitantes, mas expressaram, antes de tudo, as necessidades trazidas pelo movimento histórico-mundial.

Por isso, a análise do pensamento de personagens históricos que se empenharam em fazer do Brasil uma nação tão próspera como parte da Europa progressista revela, inevitavelmente, os limites interpostos à concretização de suas propostas na medida em que o insuficiente desenvolvimento existente obstaría toda perspectiva de sucesso, embora a fartura de suas riquezas natural contribuisse para que outras nações o alcançassem.

A Inglaterra, como é sabido, exerceu grande preponderância na sociedade brasileira, talvez mais que outras nações. Holanda (1982, p. 64-65) comenta que os ingleses passaram a influir em todos os aspectos da vida brasileira: o gosto pelas casas no estilo inglês, móveis, etiqueta, moda, remédios, utilização de carruagens tornaram-se comuns entre os brasileiros com acesso a essas comodidades e produtos, mercadorias que, muitas vezes não correspondiam às reais necessidades da vida colonial brasileira. Ainda, segundo Holanda, a influência inglesa atingiu a intelectualidade do nosso meio por intermédio de escritos, livros, além da presença de governantas inglesas, contribuindo para a transmissão dos costumes e do pensamento inglês.

Gilberto Freyre (1977, p. 37-40) destaca que o pensamento de alguns brasileiros ilustres sofreu influência das idéias inglesas, caso do Visconde de Cairu, por exemplo, que lutou pela adoção das idéias econômicas de Adam Smith. Outros, também, tiveram contato com esse repertório ao freqüentarem universidades, escolas, ou seminários ingleses, entre eles, médicos, padres, engenheiros, técnicos e comerciantes. Para Freyre, a presença

britânica no Brasil se deu em parte por causa dos anúncios publicados em jornais brasileiros. Esses anúncios fazem ver “[...] como que num teatro ou numa aula de didática em que se dramatizasse o ensino, as substituições ou meias substituições verificadas então nos hábitos e estilos de vida [...] da burguesia e da aristocracia brasileiras” (FREYRE, 1977, p. 215).

Por conseguinte, o processo de independência do Brasil demanda a observância das relações sociais proeminentes em âmbito mundial, cujas ações marcaram o movimento pela formação do Estado Nacional Brasileiro, bem como influenciou, decididamente, o pensamento de Hipólito da Costa, um brasileiro ansioso por mudanças que conduzissem o Brasil em rota segura e inequívoca de desenvolvimento, contudo, sem que colocasse em perigo a harmonia social.

4. A AÇÃO EDUCATIVA DO CORREIO BRAZILIENSE NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

4.1. A Imprensa e a Propagação das Idéias Burguesas

A imprensa brasileira, desde a permissão de sua instalação pelo príncipe regente, D. João VI, foi extremamente benfazeja tanto na divulgação das idéias avançadas quanto nas expressivas do pensamento conservador. Não importava a quem servia, mas as letras que imprimia rapidamente alcançavam locais até então inimagináveis. Ao vigorar a relativa liberdade de pensamento na Colônia, a imprensa brasileira empreendeu, dentro dos limites possíveis, um debate sobre uma abertura maior aos interesses coloniais, reivindicando do governo português um tratamento similar ao que privava os negócios lusitanos, discussão política que se tornou predominante naquele momento.

No contexto mundial, a tipografia passou a ser vista como instrumento do Iluminismo na concretização do projeto de educar os homens e organizar a sociedade sob novos fundamentos, como se vê na obra escrita pelo Marquês de Condorcet, em 1793, *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*. Nela, o autor salienta que é à tipografia “[...] que se deve a possibilidade de divulgar as obras que as circunstâncias do momento solicitam, ou os movimentos passageiros de opinião, e através disso interessar, sobre cada questão que se discute em um ponto único, a universalidade dos homens que falam uma mesma língua” (1993, p. 110-111).

Partidário das idéias liberais francesas, urdidas ao sabor da vaga revolucionária que se irradiava pela França naqueles anos, Condorcet via, na impressão dos saberes até então produzidos, o ato de libertação dos povos submergidos na superstição, visto que os homens haviam alcançado um “[...] ponto da civilização onde o povo se beneficia das luzes, não apenas pelos serviços que recebe dos homens esclarecidos, mas porque ele soube fazer dela uma espécie de patrimônio e empregá-las imediatamente para defender-se do erro [...]” (CONDORCET, 1993, p. 129).

O surgimento oficial da imprensa, segundo Wilson Martins (2002, p. 135), ocorreu em 1455, ano em que Gutenberg imprimiu a *Bíblia* de 42 linhas. Antes dessa data, já existiam os caracteres móveis e a própria imprensa, mas foi Gutenberg quem abriu

caminho para que fosse instalada finalmente. O século XV formulou a idéia de imprensa, mas, naquele momento, a “[...] imensa e complexa aparelhagem de que necessitava para obter a sua fisionomia e o seu rendimento próprios” (MARTINS, 2002, p. 199) faltavam, embora vários países se interessassem pela descoberta e tentassem estabelecer tipografias.

A conquista da impressão mecânica percorreu um longo caminho, mas quando, finalmente, o homem teve meios para apor suas idéias e pensamentos sem o concurso do trabalho manuscrito, pode-se afirmar que o rápido desenvolvimento que envolveu a arte de imprimir esteve diretamente conectado à necessidade de oferecer suporte ao capitalismo. Na fase mercantilista, por exemplo, a imprensa despertou o interesse particularmente dos comerciantes que a viam como uma mercadoria, uma vez que por meio dela que os homens de negócios tinham informações sobre os preços dos produtos, do volume de produção, etc.

Entrementes, a invenção da tipografia coincidiu com um momento importante na história porque permitiu a difusão das idéias Renascentistas com a impressão dos livros nas línguas nacionais. Até chegar a esse momento, foram vários os óbices postos ao seu estabelecimento. A falta de técnicas e instrumentos, a censura empregada inicialmente pela Igreja e mais tarde pelo Estado, levou a atividade tipográfica a ser considerada atividade sobrenatural e a permanecer secreta durante muito tempo.

A penetração das idéias liberais encontrou obstáculos em países que não haviam acompanhado *pari passu* as conquistas burguesas acontecidas na Inglaterra, França e Holanda. Nesse processo, a ação da imprensa teve relevância porque serviu como instrumento na divulgação do pensamento liberal, o que lhe rendeu ferrenha perseguição dos governos absolutistas que, juntamente com o poder clerical, combatiam as idéias mais avançadas: “a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava” (DARNTON, 1996a, p. 15) e isso não apenas na França, mas em todos os lugares.

No território francês, o clero detinha o poder da palavra e censurava todos os escritos que considerava ameaçadores ao poder e dominação que exercia.

A igreja, e em especial os bispos, que se expressavam vigorosamente nas Assembléias Gerais do Clero, mantiveram o direito de aprovar apenas obras de devoção e teologia e de condenar obras publicadas consideradas inadmissíveis, fossem impressas com ou, caso mais freqüente, sem autorização oficial. (ROCHE, 1996, p. 25).

Com o desenvolvimento social e as novas tecnologias que começavam a florescer, a imprensa ganhou mais força, não se eximindo, porém, da censura do Estado, que considerava um grande perigo a publicação da palavra impressa, por ser vista

[...] como o principal veículo do conhecimento e do pensamento, o meio transmissor de toda discussão política e religiosa, o instrumento de expressão tanto da crítica subversiva quanto da obediência e aquiescência intelectual. A censura existia para modificar (ou proibir) o material escrito antes de sua publicação. Os oficiais da polícia do livro e os representantes da indústria editorial tinham a tarefa de detectar obras perigosas, clandestinas e proibidas, e para este objetivo supervisionavam os impressores, livreiros, trabalhadores e vendedores ambulantes (ROCHE, 1996, p.22).

No século XVIII, quando a tipografia já apresentava características de indústria (MARTINS, 2002, p. 202), publicou-se na França a *Enciclopédia*, dirigida e organizada por Diderot e D’Alambert. Esses dois autores foram perseguidos e a obra proibida de circular tanto em território francês como nos demais países³⁴. Além da censura clerical e governamental, a falta de um número significativo de leitores também dificultava a divulgação das idéias inovadoras, já que a população de leitores era reduzida, restrita sobretudo aos membros da nobreza e do clero. O povo continuava distante dos livros por não saber ler e por serem esses de alto custo.

A propagação das idéias iluministas aos poucos envolveu um número considerável de leitores na sociedade francesa, mas ainda assim permaneceu muito próxima do grupo que compunha a elite dirigente. Darnton (1996b, p. 406-407) explica que a *Enciclopédia*, considerada por ele a obra mais importante do iluminismo, era lida, em particular, por aqueles que desfrutavam de melhores condições econômicas, o que não significa dizer que foram os únicos leitores³⁵: “O preço da *Enciclopédia* impôs um limite à sua difusão, pois ela permaneceu além do poder aquisitivo de camponeses e artesãos [...]. Porém, à medida

³⁴ A *Enciclopédia*, composta de dezessete volumes publicados, entre 1751 e 1765, constituía “[...] veículo de propaganda, assim como meio de difusão do conhecimento [...]”, cujos autores “[...] pretendiam familiarizar os leigos com as novas descobertas da ciência e com o pensamento radical de que era fruto. Pretendia assim inculcar uma atitude crítica na maneira de encarar os problemas das relações humanas” (BEHRENS, 1967, p. 123).

³⁵ “[...] mas a leitura realmente ‘extensiva’ em larga escala só veio a predominar no final do século XIX, quando o papel barato, os prelos movidos a vapor e a alfabetização crescente geraram novas variedades de literatura popular no âmbito do público em geral. No século XVIII, não ocorreu nada que se pudesse comparar a isso. A tecnologia da impressão, a organização do mercado livreiro e a educação dos filhos não diferiam fundamentalmente dos que existiam cem anos antes” (DARNTON, 1998, p. 235).

que a *Encyclopédie* progrediu de edição em edição, seu formato diminuiu, o número de ilustrações foi reduzido, a qualidade do papel tornou-se inferior e o preço declinou” (DARNTON, 1996b, p. 404).

Com a decadência do Antigo Regime, a política contra a publicação de obras enfraqueceu, uma vez que a luta entre as classes sociais na França não permitia mais a continuidade da censura. Quanto mais se robusteciam as mudanças na organização política, econômica e social do país, mais dificuldades os censores encontravam para agir com eficácia. Não poderiam mais combater as idéias que se espalhavam a cada dia: “Por volta de 1789 os censores tinham perdido seus suportes [...] Qualquer que fosse a eficiência das medidas repressivas, os encarregados delas não acreditavam numa repressão completa” (ROCHE, 1996, p. 48).

Sobre a importância da liberdade de imprensa na França revolucionária, Karl Marx (2006, p. 28) oferece uma opinião interessante a respeito de quem teria contribuído mais para sua efetivação, se a censura ou a livre expressão das idéias.

A imprensa holandesa causou a Revolução Belga. Que imprensa? A reformista ou a reacionária? Esta é uma questão que também pode ser levantada na França, e quando o orador censura a imprensa belga clerical, que era democrática, censura também a imprensa clerical da França, que era absolutista. Ambas contribuíram para a derrocada dos governos dos seus países. Porém na França não foi a liberdade de imprensa, mas a censura, que causou a revolução.

Com a Revolução, a França pôde ter finalmente liberdade de imprensa, no entanto, a censura não foi totalmente extinta e somente a partir de 1789 é que foi colocada em prática³⁶. É importante salientar que a Revolução causou um golpe na censura, mas a liberdade de imprensa foi também

Um ataque a todo o sistema literário do Antigo Regime às leis, às instituições e às práticas que regulamentavam a escrita, a impressão e a edição. Entre 1789 e 1793 todo este sistema ruiu ou foi destruído pelo esforço revolucionário no sentido de libertar autores, prelos, editores e mesmo os textos em si, das coerções do velho sistema. (HESSE, 1996, p. 132).

³⁶ No final de 1790, saiu o relatório de Thiebault, indicando a declaração de liberdade de imprensa e o fim do departamento de comércio de livros, procedimento que não marcou o término da regulamentação pública da palavra escrita. Em termos de leis, em 19 de julho de 1793, depois de várias discussões a respeito, a Convenção Nacional aprovou o decreto destinado a oferecer base legal à publicação comercial na tentativa de evitar o reaparecimento dos monopólios literários (HESSE, 1996, p. 104; 113).

A destruição do sistema literário do Antigo Regime teve outra consequência importante, ou seja, o livro impresso, que até aquele momento predominava, cedeu lugar a outros tipos de produção: jornais, revistas, almanaques e panfletos. Naquelas circunstâncias de revolução, era preciso levar ao público as novas idéias, esclarecendo as mentes humanas.

Nesse sentido, a imprensa periódica seria mais eficaz na propagação do saber do que os livros, já que as pessoas não liam as extensas obras: “As formas literárias criadas pela imprensa libertada eram mais democráticas. As publicações efêmeras requeriam menos capital que a produção de livros e seu sucesso dependia de mercados mais extensivos que intensivos” (HESSE, 1996, p. 133).

Até 1789, um único jornal diário circulava em Paris, o *Journal de Paris*, cujas notícias eram mais culturais do que políticas. No período pré-revolucionário, os periódicos políticos mais importantes chegavam do estrangeiro (POPKIN, 1996, p. 195). Mas, aos poucos, os jornais se tornavam

A principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou [...] Os jornais iriam permitir a condução do debate público numa escala nacional, iriam tornar possível a transmissão contínua de opiniões do público para seus representantes eleitos, e iriam possibilitar o esclarecimento dos eleitores por parte dos líderes intelectuais. (POPKIN, 1996, p. 199)³⁷.

O mesmo sucedeu com os periódicos no Brasil. Era muito mais acessível levar ao público os acontecimentos da época pelos jornais do que com o livro. Na imprensa, liderada inicialmente por Hipólito, o debate pela destruição do Antigo Regime era uma constante, portanto, o fim da falta de liberdade, inclusive de imprensa, pode se realizar ao conquistar novos adeptos, em especial a partir de 1821, momento em que se teve relativa liberdade de escrever e publicar, suprimindo-se “[...] as deficiências que a carência de livros e de informações especializadas acarretava” (LUSTOSA, 2000, p. 30). Para Martins (2002,

³⁷ O alastramento da imprensa periódica passou a ser significativa na França. Em 1789, segundo o Catálogo Biblioteque Nationale, foram lançados 184 periódicos em Paris. Destes, muitos efêmeros, duraram um ou dois números. Os mais importantes jornais políticos de Paris constituíam aproximadamente trinta jornais (POPKIN, 1996, p. 184). Em seu estudo, Popkin ressalta que, apesar do jornal ser a principal forma impressa, na qual a luta revolucionária se articulou ajudando “a estruturar o novo mundo da cultura política francesa” (1996, p. 199), a variedade e sucessão de jornais “não chegou a se tornar um meio genuíno de comunicação de massas” (POPKIN, 1996, p. 199) devido às limitações sociais da própria época.

p. 312), o fato de existir tipografia no Brasil contribuiu para a articulação da independência.

Esse quadro revela a importância da imprensa naquele processo de profundas mudanças na estrutura da sociedade, as quais atingiram todos os cantos do globo terrestre em momentos diferentes e acompanhavam as particularidades de cada nação detentora do poder político e econômico que submetia outros povos à sua dominância.

Apesar da censura infligida às idéias francesas depois da Revolução de 1789, sua influência pôde ser sentida nos demais países e também nas colônias ultramarinas. Postula Hobsbawm (1981, p. 71)³⁸, “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. A luta pelo poder passava pelo domínio da opinião pública, porque

[...] para tomar o poder têm que tomar a palavra e difundi-la através de jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas, partituras de canções, papelaria, jogos de cartas, cartões de racionamento, papel-moeda, qualquer coisa que leve algo impreso e se imprima nas mentes de 26 milhões de franceses, muitos deles encurvados pela pobreza e pela opressão, muitos imersos em profunda ignorância, muitos incapazes de ler a declaração de seus direitos. Quando os revolucionários agarraram a alavanca da prensa e a fizeram baixar nos tipos travados na fôrma, enviaram um novo fluxo de energia através do corpo político. A França voltou à vida, e a humanidade se assombrou. (DARNTON, 1996a, p. 16).

O povo, no interior do processo revolucionário, passou a exercer papel decisivo nos embates políticos, já que, ao ser despertado pelas luzes da razão, posicionava-se de forma mais inflamada contra manifestações de tirania. Os jornais, nesse cenário, “[...] seriam importantes aliados na formação e divulgação da opinião pública bem como na defesa da liberdade de imprensa, pois com ela seria possível desvelar a verdade” (NASCIMENTO, 1989, p. 22).

O intelectual, considerado o detentor da verdade, assumia perante a sociedade o compromisso de difundi-la entre os homens, divulgando o saber científico e as idéias mais

³⁸ Hobsbawm (1981, p. 71) complementa que “a Grã Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes”.

aprimoradas. Na medida em que o povo francês teve contato com esse saber pode participar mais ativamente contra a opressão dos governantes, fato que vem a salientar o trabalho pedagógico desses intelectuais como imbuído de sentido político já que não se tratava simplesmente de formar o homem para a sociedade, mas esclarecê-lo no sentido de que lutassem para abolir os abusos de poder. No dizer de Nascimento (1989, p. 58, 64) os conhecimentos espalhados pelos intelectuais só tomavam a forma de verdade quando as idéias passassem do discurso para o funcionamento prático, isto é, chegasse à opinião pública.

A partir do momento em que o intelectual consegue fazer suas idéias partilhadas por uma grande parte do povo, a partir do momento em que começa a obter uma resposta a seu apelo, não está mais sozinho. Sua força não provém do seu discurso, tomado em si mesmo, mas do público que o ataca e assimila. É desta maneira que a verdade, através da ação incessante da classe intelectual, vai gradualmente sendo assimilada pelo povo [...].

Dizer e difundir a verdade, formar a opinião, tal é o imperativo que deve guiar a ação dos intelectuais. Por outro lado, o sucesso ou o fracasso desse empreendimento dependerá da força da palavra, da capacidade de persuasão. Trata-se de um processo em marcha, que consiste fundamentalmente ou na produção ou no desenvolvimento da verdade e na opinião esclarecida, até que o próprio povo apareça como o detentor da verdade.

A tarefa de esclarecer o público seria realizada por indivíduos comprometidos, de fato, em colaborar com suas idéias na formação dos homens em geral, subtraindo-os de uma vida que havia-se tornado ridícula, porque não exprimia o modo de ser da nova sociedade e, muito menos, de pensar.

[...] a opinião aparece [...] como resultado do trabalho dos homens de letras, não de todos, mas de sua parcela mais sadia, pois certamente há maus espíritos que semeiam falsas opiniões por toda parte. Esta tendência para o bem moral o povo só atinge pelo trabalho incessante da comunidade intelectual, cuja tarefa principal de difusão das luzes é essencialmente pedagógica [...] E, se a tarefa fundamental dos homens de letras é o esclarecimento do povo, o valor de seus escritos depende fundamentalmente das transformações que podem operar no terreno concreto da vida dos homens (NASCIMENTO, 1989, p. 57; 59).

Embora não tivesse a preocupação com a formação da opinião pública, em se tratando do povo, Hipólito assumia estar empenhado em dizer a verdade: “[...] o conhecimento da verdade é o único meio de produzir a felicidade nacional” (CORREIO

BRAZILIENSE, 2001, v. 5, p. 411-412). Falar a verdade significava, para ele, apontar os malefícios do Antigo Regime, questão que tomava forma no debate mundial da época, e, por conseguinte, de instruir o governo a perceber a necessidade de mudanças na estrutura política, econômica e social antes que o povo interferisse nos negócios públicos com tentativas de revoltas: “O povo submete-se ao governo, pela opinião, em que está, de que deve obedecer. As medidas arbitrárias do governo tendem a diminuir essa opinião, e por conseqüência a enfraquecer o seu poder” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 20, p. 96).

Hipólito alertava para a urgência da imprensa instruir os homens públicos a ganhar a confiança do povo porque, em contrário, lutas desnecessárias ocorreriam³⁹: “Os erros do entendimento humano não se destroem senão por meio dos argumentos, e quando se impede o seu curso livre, se destrói o único meio que há de ilustrar a verdade, e fazê-la conhecida; porque a força nunca pode produzir a convicção” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 21, p. 666).

Um povo, que se conduz como rebanho de carneiros, é sempre incapaz de cousas grandes. Quando os homens raciocinam por si, quando têm a faculdade, e a oportunidade de julgar dos negócios públicos, adquirem a energia de espírito, que os faz aspirar à fama, e a fazerem, para a obter, serviços assinalados; e não há nada, que a isso mais conduza, do que a leitura dos sucessos, que vão tendo lugar no mundo, para o que são essenciais as obras periódicas políticas. Mas, dirão, esse espírito público pode levar a maus fins. Ao que respondemos: para isso é que serve a capacidade e atividade de um bom Ministério, isto é, para dar uma direção útil ao espírito público. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 317).

³⁹ Exemplo disso foi a Revolução de Pernambuco de 1817, onde o povo tentou derrubar o sistema de governo, instalando outra forma, incompatível com as condições do Brasil: “Uma vez, que as revoluções começam pelo povo, a tendência é sempre para a forma de Governo republicano; por mais imprópria que seja, por isso que as aparências de democracia são as que mais lisonjeiam os indivíduos das classes mais numerosas” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 18, p. 674). Hipólito considerou a “Revolução” “[...] obra do momento, parto da inconsideração, e nunca sustentada por plano combinado; pois tudo mostra não só a precipitação, erros, e injustiça dos cabeças; mas a sua total ignorância em matérias de Governo, administração e modo de conduzir os negócios públicos; em uma palavra não mostraram outra qualidade recomendável, senão a energia, que é filha do entusiasmo, em todos os casos de revoluções” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 19, p. 105). Por outro lado, para impedir maiores manifestações contrárias aos seus interesses, o governo utilizou-se da força armada, medida pouco eficaz. Hipólito recomendava assim como “[...] todos os homens sensatos estrangeiros e nacionais [...] a aniquilação das instituições provenientes do sistema colonial” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 10, p. 203), enfatizando que “[...] o remédio próprio e necessário, é mostrar o Governo sempre um desejo de melhoramento progressivo, com o que, ainda quando se não realizem sempre, se conserva a massa geral do povo, e os homens bons e espirituosos da nação, consolados pelas esperanças de futuros mais prósperos” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 19, p. 107). Enfim, seu pensamento, quanto a esta questão, se resumia em: “[...] desejamos reformas, mas feitas pelo governo; e urgimos que o governo as deve fazer enquanto é tempo, para que se evite serem feitas pelo povo” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 573).

A força está da parte da multidão: e esta força, tanto moral como física, é dirigida pela opinião; sem mudar esta opinião não há poder no mundo, que induza mudanças nos governos das nações; e neste escolho tem esbarrado todos os governantes e todos os sediciosos, que se tem lisonjeado de estabelecer sistemas políticos, não análogos aos sentimentos dos povos, seja para melhor, seja para pior. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 23, p. 279).

A imprensa, nesse contexto, abriu portas ao debate iniciado em tempo anterior pela crise do sistema colonial e que, no bojo do seu desenvolvimento, “[...] acaba desencadeando tensões, que se agravam com a emergência do industrialismo moderno” (NOVAIS; MOTA, 1996, p. 25), instilando os espíritos a buscarem as luzes da civilidade.

Assim, a análise da atuação da imprensa no início do século XIX no Brasil, especificamente do *Correio Braziliense* em sua relação com a educação, requer o entendimento da plêiade de fatores que possibilitaram a sua inserção no cenário de luta entre Colônia e Metrópole, cujos condicionantes não se explicam no espaço limitado da história da educação, mas exige que se os veja como resultados de um processo iniciado desde o advento das relações capitalistas.

É importante ter claro que o movimento de independência brasileira não foi fruto, primeiramente, da incapacidade de colonos e reinóis manterem-se conciliados em razão de interesses distintos, embora essa seja a versão mais difundida. Resultou sim das exigências cada vez mais constantes de uma forma de produzir que incessantemente destrói, em nome da sua lógica desenvolvimentista, o sucesso acabado de conseguir. Nas palavras de Novais e Mota (1996, p. 23), essa questão se explicita:

Eis aí as peças do Antigo Sistema Colonial: dominação política, comércio exclusivo e trabalho compulsório. Assim se promovia a acumulação de capital no centro do sistema. Mas, ao promovê-la, criam-se ao mesmo tempo as condições para a emergência final do capitalismo, isto é, para a eclosão da Revolução Industrial. E, dessa forma, o sistema de exploração colonial engendrava sua própria crise, pois o desenvolvimento do industrialismo torna-se pouco a pouco incompatível com o comércio exclusivo, com a escravidão e com a dominação política, enfim com o Antigo Sistema Colonial. Tal é o movimento contraditório do sistema: ao se desenvolver, desemboca a sua crise, encaminhando-se para sua superação.

Portugal, no imenso tabuleiro do movimento capitalista, cuidou de ser uma das tantas peças do jogo. Premido pela rapidez do processo produtivo burguês, viu o sistema no qual fundara sua subsistência ser engolido lentamente pela mesma lógica que lhe dera

vida. Realizou na Colônia a tarefa histórica que coubera a si no processo transformador e não entendeu, por medo de perder os dedos e os anéis, que somente reformas substanciais teriam garantido sua sobrevivência. Preferiu ficar com os velhos a apostar nas forças novas que insurgiam contra o absolutismo.

Hipólito tinha consciência da impossibilidade histórica de continuarem se reproduzindo as mesmas relações entre Brasil e Portugal. O seu esforço, ao se dirigir a uma pátria longínqua, a qual não imaginava quando voltaria, exprime magistralmente essa compreensão: era fundamental preparar os brasileiros para uma realidade que, dia menos dia, não deixaria de apontar. O *Correio Braziliense* foi resposta de uma mente perspicaz e fruto de um espírito comprometido com as “luzes”, embora a todo momento as contradições do pensamento ali proclamado saltem aos olhos.

Desta forma, cabe ao estudo verificar o sentido educativo trazido pelo *Correio*, cujas ambigüidades de uma época histórica mudou radicalmente a forma de ser dos homens, inclusive possibilitando-lhes produzir a vida com menor dispêndio de trabalho.

4.2. A Liberação da Imprensa no Brasil e a Censura

No final do período colonial observou-se no Brasil a força da imprensa periódica na veiculação das idéias e no seu potencial para educar o público, confirmando o que Faria Filho, Chamon e Rosa (2006, p. 15) denominaram de “agente cultural, mobilizador de opiniões e propagador de ideais”, por excelência.

Nesse processo, a imprensa, como já havia ocorrido em outros lugares, exerceu precípua função educativa no sentido de formação da opinião pública, atuando na instrução política da classe dirigente. No contexto de ferrenha luta entre o pensamento conservador e o pensamento liberal, em locais onde ainda perduravam as relações anacrônicas, os escritos de Hipólito no *Correio* se colocavam como formidável discurso doutrinário, até porque foi o primeiro jornal brasileiro independente que não privou da interferência do governo real e, assim, pôde desenvolver e apresentar aos seus leitores as idéias que julgava mais apropriadas ao enfrentamento das forças reacionárias portuguesas.

No Brasil, a primeira tentativa de instalação de uma oficina tipográfica data de 1746, na cidade do Rio de Janeiro, conforme Sodré (1966, p. 20), realizada por Antônio

Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa. Sua atividade durou pouco tempo, já que D. João VI, com a Ordem Régia de 6 de julho de 1747, exigiu a retirada de todas as letras de imprensa, proibindo a impressão de qualquer livro: “Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro” (SODRÉ, 1966, p. 14).

Antônio Cândido (1975, p. 77) complementa a idéia, afirmando que “o ambiente para a produção literária nos meados do século XVIII, era, no Brasil, o mais pobre e menos estimulante que se pode imaginar, permanecendo a literatura, em consequência, um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes”.

Em 1808, inaugurou-se, oficialmente, uma tipografia no Brasil⁴⁰. A Imprensa Régia, criada pelo príncipe regente, representou um começo para a organização tipográfica, mas esteve longe de atingir o ideal visto o ambiente social, político e econômico vivente na colônia⁴¹. A abertura dos portos permitiu que chegasse um número maior de escritos, muitos deles na clandestinidade, inclusive a literatura francesa, avaliada como perigosa.

A ausência de liberdade de pensamento no Brasil fez Hipólito ressaltar alguns dos problemas que a Colônia enfrentava: “Começou o século 19 e ainda os pobres brasileiros não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 393), porque o impedimento posto aos indivíduos de escreverem com liberdade excluía “[...] as novas descobertas, as ciências, e enfim os progressos da civilização, que trazem consigo as comodidades e prazeres da vida humana, com que se aliviam os infinitos trabalhos, que são inseparáveis da nossa natureza” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 393).

Quando soube da instalação da Imprensa Régia, louvou a medida de D. João VI exclamando que “tarde, desgraçadamente tarde, mas enfim aparecem tipos no Brasil; e eu

⁴⁰ O decreto de criação da Imprensa Régia é de 13 de maio de 1808. “O Brasil, passando a sede da monarquia portuguesa, exigiu a criação da tipografia para a reprodução da documentação oficial. A primeira junta diretora para administrá-la era composta do desembargador José Bernardes de Castro, José da Silva Lisboa, Mariano José Pereira da Fonseca” (MARTINS, 2002, p. 370).

⁴¹ “A impressão régia, com prelo de madeira, começa a funcionar no pavimento térreo da própria residência do Conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo), que fizera transportar o prelo e o material para o Rio de Janeiro. Situava-se na Rua do Passeio” (RENAULT, 1969, p. 11). Até 1822 foram publicadas 1154 obras na tipografia criada por D. João VI, que versavam sobre assuntos diversificados: “[...] medicina, engenharia, matemática, economia, política, direito, geografia, agricultura, gramática, filosofia, literatura, política, moral etc” (FRANÇA, 2002, p. 563). Entre elas, Martins (2002, p. 310-311) destaca: *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, de Silva Lisboa, 1808; *Elementos de Álgebra*, de Euler (1809); *Compêndio da obra da Riqueza das Nações*, de Adam Smith, 1811, e a *Preleções Filosóficas sobre a teoria do Discurso e da Linguagem, a Estética e a Cosmologia*, 1813, escrita pelo Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira.

de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brasileiros” (2001, v. 1, p. 394).

Para Antônio Cândido (1975, p. 70; 227), a presença da família real marcou o início do período das luzes no Brasil, ainda que em escala modesta, quando D. João VI se viu constrangido a criar pontos de apoio para o funcionamento das instituições. Ficou evidente que, se a poesia produzida era de pouca qualidade, eram:

[...] excelentes o ensaio e o jornalismo, que, levando à consequência lógica as tendências didáticas da Ilustração, tomam o seu lugar no espírito dos melhores e contribuem para criar a atmosfera de cujo adensamento sairiam as iniciativas de independência literária. As tendências do século XVIII se coroam, entre nós, pela obra de liberais como Hipólito da Costa, Frei Caneca e Evaristo da Veiga (CÂNDIDO, 1975, p. 70).

Após a abertura conquistada por esses jornalistas, “Observou-se nesse momento novo direcionamento aos escritos jornalísticos: da descrição passou-se a interpretação crítica das realidades” (MOTA, 1979, p. 39)

Apesar da instalação da Imprensa Régia, a liberdade de escrever continuou a ser censurada. Era proibido publicar artigos que abordassem a religião oficial e a política da monarquia absoluta. Com a provisão de 14 de outubro de 1808, estabelecia-se que todos os manuscritos precisavam passar pela junta diretora antes de saírem a público. Até 1821, “[...] quem quisesse, no Brasil, publicar alguma coisa, percorria um longo caminho. Todo o original devia ser, inicialmente, enviado ao ministro dos Estrangeiros e da Guerra. Dali ia ser examinado pelo Desembargo do Paço e pela mesa Censória” (LUSTOSA, 2000, p. 106).

Os empecilhos que impediam a circulação no Brasil dos periódicos de cunho liberal foram contornados com a circulação desses escritos em países estrangeiros: “A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a Família Real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 315). Assim, “a introdução de uma imprensa oficial no Brasil não correspondeu à implantação automática da liberdade de pensamento (pode-se, mesmo, presumir facilmente que, de uma certa forma, ela serviria para cerceá-la)”

(MARTINS, 2002, p. 309), procedimento esse confirmado pelo edital de 30 de maio de 1809⁴².

Além de assegurar o exercício do poder, o trabalho dos censores era, na opinião de Faria Filho, Chamon e Rosa (2006, p. 13), “[...] uma tentativa de padronizar comportamentos buscando uma uniformidade através da universalização dos valores éticos e culturais que se deseja formar ou disseminar. É enquadrar os pensamentos e comportamentos o máximo possível”. Complementam ressaltando que a imprensa brasileira, no século XIX, caminhava no sentido de preparar a sociedade em construção com a formação de um povo “civilizado” e “ordeiro”.

Os responsáveis pela junta diretora que fiscalizava os escritos eram partidários dos princípios liberais, como Silvestre Pinheiro Ferreira, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e Januário da Cunha Barbosa. Contudo, não viam estranheza no fato de censurarem textos e artigos que se opunham ao absolutismo. Para esses homens, não havia contra-senso entre o cargo que exerciam e as idéias defendidas, até porque estavam inseridos numa época de lutas e contradições, e ainda que condenassem o absolutismo, esse não era o maior problema do regime, mas sim a intromissão e os privilégios exagerados concedidos pelo soberano à aristocracia.

Neves e Ferreira (1989, p. 114-115), ao analisarem a censura do governo português no Brasil no início do século XIX, como tentativa de impedir a disseminação dos princípios franceses, esclarecem que os censores, homens ilustrados, não aceitavam uma revolução nos moldes franceses, por isso, todo o empenho para afastar a literatura francesa. Assim como Martins (1977), Neves e Ferreira (1989) chamam a atenção de que, embora os censores tivessem contato com o pensamento burguês, tendo em suas bibliotecas obras proibidas pela Mesa Censória, como as de Voltaire e as do abade Rayal, não poderiam permitir que as mesmas chegassem ao público.

Devido à forte censura, poucos se aventuravam nos negócios relativos ao comércio de livros no Rio de Janeiro, lugar em que se verificava maior presença cultural. Ainda

⁴² O trabalho da censura havia se intensificado com o decreto de 17 de dezembro de 1794, estabelecido no governo de D. João VI. Com esse decreto, foi abolido o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros, reintegrando no território português a Inquisição, o Ordinário e a Mesa de Desembargo do Paço. A data de 1794 coincide com a notícia de conflagração de 1789 na França, os acontecimentos de 1792, com a proclamação da República, e de 1793, com a execução do rei Luís XVI. Portanto, todo o esforço para afastar os princípios franceses de liberdade e igualdade (NEVES; FERREIRA, 1989, p. 113).

assim, tinha entre 1807 a 1817 quatro livrarias mal fornecidas. Em 1821, a cidade contava com oito livrarias (CÂNDIDO, 1975, p. 231), com maior presença de livreiros franceses.

No Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* – primeiro jornal escrito e impresso na colônia – passou a circular a 10 de setembro de 1808. Constituíam-se no diário oficial da Corte e não trazia discussões que viessem interferir nos planos do governo: “A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi jornal que ‘nenhuma ou quase nenhuma influência exerceu sobre os negócios do Brasil’. Sua importância é puramente histórica” (MARTINS, 2002, p. 316-318). Estabeleceu-se no Brasil porque a presença da coroa portuguesa exigia uma tipografia onde fossem editados os decretos reais, portanto nasceu para consubstanciar os atos da monarquia: “A *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que haviam criado” (SODRÉ, 1966, p. 23).

Apesar do sentido oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* Morel (2002, p. 309) explica que Hipólito não teria criticado esse jornal porque ambos pertenciam ao mesmo contexto político e mental e partilhavam de referências comuns. Tanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* quanto o *Correio Braziliense* “[...] defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às idéias de revolução e ruptura, padronizadas pela crítica comum à Revolução Francesa” (MOREL, 2002, p. 309).

Entretanto vale lembrar que o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* tinham posições ideológicas antagônicas. Hipólito pregava igualdade entre os interesses dos brasileiros frente ao predomínio dos portugueses na economia, comércio e política e Frei Tibúrcio, responsável pela *Gazeta*, seguia o discurso próprio de jornal oficial da Corte, notadamente partidário dos metropolitanos.

Em maio de 1811, D. João VI autorizou a fundação de uma tipografia na Bahia. Medida elogiada pelo *Correio Braziliense* por se constituir um exemplo próprio de instrução. Essa tipografia passou a editar no mesmo mês o jornal *Idade D’Ouro do Brasil*⁴³. Na opinião de Rizzini (1957, p. 157), essa folha não se distinguia da *Gazeta do Rio de Janeiro* por se envolver apenas no relato de acontecimentos de pouca importância.

⁴³ O jornal *Idade D’Ouro do Brasil* foi fundado pelos portugueses Diogo Soares da Silva de Bivar e pelo padre Inácio José de Macedo. Na luta pela independência, defendeu o partido português, atacando o ministério do Rio de Janeiro por ter aderido às Cortes de Lisboa (NIZZA DA SILVA, 1978, p. 9; RIZZINI, 1957, p. 158).

A discussão de assuntos que viessem a influir na opinião pública foi proibida pelo Conde dos Arcos (1771-1828), então governador da Bahia⁴⁴. A *Idade de Ouro* “[...] por doze anos, coerentemente, sustentou a posição defendida pelos dominadores lusos” (SODRÉ, 1966, p. 35).

O governo não via com bons olhos a disseminação das novas idéias. Isso explica a ação da coroa portuguesa ao tentar impedir a circulação do *Correio Braziliense*, considerado “[...] a pedra no sapato dos portugueses interessados na recondução do Brasil ao estado colonial” (LUSTOSA, 2000, p. 73), porque “[...] o *Correio*, liberado de qualquer censura, comentava abertamente aspectos da política portuguesa relativa ao Brasil e teve grande influência sobre o jornalismo que se fez no período da Independência” (LUSTOSA, 2000, p. 75).

Por isso, muitos não simpatizavam com a idéia de liberação da imprensa, porquanto sabiam que os assuntos que se queriam alheios rapidamente seriam popularizados, sobretudo as novidades políticas do mundo. Mantê-lo afastado do debate mais avançado, de tendência às vezes claramente revolucionária, era o objetivo de governos absolutistas, porque “[...] a ignorância geral é o seu melhor escudo”, dizia Hipólito (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 563):

[...] que ninguém fale, que não se escreva; nada de gazetas, nem jornais periódicos, que façam observações sobre a conduta dos homens públicos. Bem está. perguntamos aos Srs. do governo do Brasil. Quanto tempo supõe que poderão conservar os povos, com esse sistema das rolhas na boca? Conservam a imprensa escrava em Portugal, e no Brasil; para que ninguém de viva voz, ou por escrito, se atreva a dizer nada dos semi-deuses que governam. Ora será bom notar-lhes aqui os perigos que o cercam, em seu sistema, não só para o bem do povo, mas para lhes fazer bem a eles mesmos (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 572).

O *Correio Braziliense*, embora publicado no estrangeiro, não isentou seu redator de sofrer censura do governo português e de outros problemas que precisou enfrentar naquele momento. O investimento era alto e encarecia o jornal, correndo-se o risco de ver diminuído o número de leitores a quem se dirigia. Por outro lado, contar com assinantes

⁴⁴ Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, foi governador da Bahia entre outubro de 1810 a janeiro de 1818. Apesar de proibir a publicação de escritos que contrariassem os interesses do governo, cumprindo, assim, a política de sua época, realizou importantes obras públicas na capitania e se destacou dentre os outros governadores do período. Nizza da Silva (1978, p. 17) informa que, inicialmente, era o próprio Conde dos Arcos que assumiu a tarefa de revisar a gazeta, enquanto não encontrasse pessoa assaz capacitada para fazer a censura do periódico, o que só veio a ocorrer em janeiro de 1812.

brasileiros era uma incógnita, visto que a elite brasileira não tinha ainda formado o hábito amiúde da leitura e a circulação do jornal era incerta por entrar clandestinamente no Brasil:

O enfrentamento do governo português à novidade que era um jornal impresso sem censura seguiu um padrão já estabelecido: primeiro, reprimir a publicação e a circulação do jornal; segundo, perseguir o responsável; terceiro, financiar publicações adversárias; e, quarto, “comprar” o jornalista. O *Correio Braziliense* passou por isto tudo. (PAULA; LIMA, 2002, p. 121).

A primeira reação do governo foi o decreto de 14 de outubro de 1808, proibindo a divulgação de avisos e anúncios que não tivessem licença do Desembargo do Paço. Até o início de 1812, foram cinco proibições específicas contra o *Correio Braziliense* (PAULA; LIMA, 2002, p. 122-123).

Na Inglaterra, a tarefa de intimidar Hipólito coube ao embaixador português D. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Foram várias as tentativas, entre elas, medidas diplomáticas, pedindo ao governo britânico que interditasse o trânsito postal do jornal na Inglaterra. Outro recurso utilizado foi financiar jornais que confrontassem as matérias do *Correio*. Analisavam o conteúdo e publicavam conclusões sempre desfavoráveis ao que Hipólito escrevia, várias vezes denegrindo a sua pessoa. Porém os comentários não o atrapalhavam, tampouco a posição doutrinária do seu jornal.

Saiu depois do *Correio Braziliense* uma turba de escritos periódicos em Lisboa, e em Londres, uns para refutá-lo, outros para imitá-lo. Alguns escreviam com seriedade, outros jocosamente: uns com argumentos, outros como meros caturras literários. Cada um enfunando-se em levar a palma. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 316).

Hipólito não temia as acusações porque, ao reivindicar a liberdade de imprensa, esclarecia que assim o fazia porque todos poderiam expor suas opiniões, mesmo as que careciam de veracidade. Além disso, via as críticas como benéficas, uma vez que os jornais que as apregoavam reproduziam trechos do *Correio* e contribuía para divulgar suas idéias. Não se preocupava com os escritos de má qualidade, sobre eles dizia: “[...] cairão bem depressa no esquecimento, que merecem; os bons produzirão sempre alguma utilidade: em uma palavra, sem a liberdade de discussão não é possível consolidar-se jamais o sistema Constitucional, nem produzir os efeitos benéficos de que é capaz” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 16, p. 169).

Aos homens comprometidos com a causa pública, afirmava não ver motivo para se preocuparem com possíveis calúnias. Deveriam temer “[...] quer por escrito quer de viva voz, fatos desacreditantes, fundados na verdade: esta é a que produz o efeito, e não a falsidade, só porque vem em letra redonda” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 27, p. 244):

A censura prévia mais impede o bem do que previne o mal: oprime sem ser útil; porque a variedade dos casos faz impossível a precisão das leis e muito se deve deixar ao arbítrio dos censores. [...] Ademais, a severidade da censura, em um país, não faz mais do que afugentar o manuscrito reprovado, para outro país, aonde se imprime; e a proibição dele depois de impresso nunca lhe impede o correr, pelas mãos daqueles mesmos, que se desejava que o não lessem; a mesma proibição excita a curiosidade para a leitura. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 21, p. 667).

Em setembro de 1809, passou a escrever em causa própria, defendendo-se das acusações feitas pelas gazetas de Lisboa. Via esse procedimento como melhoramento da liberdade de imprensa em Portugal, uma vez que “nada podia dar-nos maior prazer do que observar, que já a liberdade da imprensa em Portugal permite fazer inventivas ao autor do *Correio Braziliense*, sem que o Censor proibisse essas inventivas por serem um dueto” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 343).

O seu principal opositor era *O Investigador Português*, que circulou de 1811 a 1819. Tal qual o jornal de Hipólito também era editado em Londres e em língua portuguesa, com redatores tentando contradizer as idéias declaradas no *Correio*. Segundo dados de Oliveira Lima (1945, p. 157, nota 261), o jornal *O Investigador Português* foi inicialmente dirigido pelos Drs. Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco. Após 1814, quem passou à direção do jornal foi José Liberato Freire de Carvalho, que o publicava mensalmente com estrutura semelhante à do *Correio*, porque era dividido em quatro partes: Literatura, Ciências, Correspondências e Política: “Custeado pelo Erário, e com o propósito explícito de se contrapor ao *Correio*” (PAULA, 2001, p. 21).

O governo real tentou impedir, ainda, a circulação do *Correio* ao acusar seu redator de suborno. Em relação ao suposto suborno, Rizzini (1957, p. 31) acredita que não houve nenhuma negociação oficial. O que este acontecimento revela, segundo o autor, é a “[...] pronta disposição do governo português de substituir, ao surgir a imprensa livre, a opressão pelo suborno”.

Lima Sobrinho se distancia da opinião de Rizzini em parte, ressaltando que Hipólito poderia sim ter recebido alguns auxílios, mas nada comparado a suborno, no sentido de como é entendido nos dias atuais. Mesmo se beneficiasse de ajuda para a sobrevivência da gazeta,

O fato é que nunca se altera a orientação da folha, em face de seus compromissos essenciais [...] Sua coerência nunca foi abalada pelas contribuições que, por acaso, haja recebido, por entender, de certo, que vinham de pessoas ou de colaboradores de que precisava, para a difusão de suas idéias ou para a realização de seus objetivos. (LIMA SOBRINHO, 1977, s/p.).

As polêmicas que cercam o jornal de Hipólito se esmaecem quando se lê os artigos que compuseram o *Correio Braziliense*. Uma análise, mesmo simplificada do conteúdo ali existente, é capaz de apreender o denodo histórico criteriosamente anotado por centenas de páginas. O plano concebido para o jornal foi seguido à risca: organizado, com exposição clara dos temas e assuntos: cartas, decretos, leis, debates da Corte portuguesa, artigos publicados em outros jornais, coleção de documentos oficiais, etc., transcritos a perfeição e, sobretudo, deixados à mercê dos historiadores que se empenham em contar os acontecimentos do passado para que sirvam, depois de submetidos ao crivo da teoria, de exemplos para os homens do presente.

Portanto, a luta pela liberdade de imprensa heroicamente conduzida pelo *Correio*, ainda hoje, serve de referência para os momentos em que as sociedades parecem caminhar debaixo de luzes sombrias, dissolvendo num passe de mágica os melhoramentos que a humanidade pensava ter obtido. São palavras universais que ali se encontram plasmadas pela perspicácia de Hipólito, que soube, talvez como nenhum outro brasileiro do século XIX, captar a essência do desenvolvimento humano produzido pelos homens da época e transformá-la num monumental documento histórico.

4.3. O *Correio Braziliense* e a Educação no Processo de Independência do Brasil

A historiografia educacional brasileira nos últimos anos enveredou por caminhos explicativos que levam em conta a multiplicidade de fatores com os quais a história nacional e, no interior desta, a educacional foram construídas. Os eventos ocorridos na

sociedade brasileira, sejam eles de caráter político, econômico ou social, contêm, em seus desdobramentos, vigorosa correlação com aspectos intrinsecamente pedagógicos, clarificados ao se verificar ali a tarefa de instruir os indivíduos da época para a luta social em curso. Em que se preze a nova postura dos historiadores da educação, percebe-se, ainda, a importância atribuída aos fatos explicitamente relacionados à esfera educacional quando deixam em segundo plano as condições nas quais a educação se realiza.

Este estudo partilha desta recente orientação seguida por crescente número de historiadores da educação quando se propôs tratar do objeto de pesquisa delimitado como fruto de condições históricas produzidas não somente em termos nacionais, mas sim como resultado do intenso movimento da história mundial, inaugurado quando a burguesia européia, em processo de construção, instigou nações a cruzar os oceanos e dar ao mundo as relações que continham uma nova forma de ser.

O processo de independência do Brasil é um entre tantos exemplos existentes na história nacional cuja discussão é centrada, muitas vezes, nas questões puramente políticas e econômicas, excluindo-se dela os movimentos que contribuíram para que fosse escrita e realizada tal qual é encontrada hoje. Entretanto é relevante, para uma compreensão mais apurada da história da educação, inclusive, desvelar todas as manifestações que apontam para a realização desse processo, especialmente porque nele está impresso o cabedal de lutas realizadas em prol da consolidação da nação brasileira. São essas lutas que devem interessar ao pesquisador na medida em que descreve em pormenores a complexa realização das determinações decretadas pelas relações histórico-mundiais.

Ao compreender-se o pensamento de Hipólito inserido num processo de mudanças sociais, observa-se que seus escritos comportam aspectos educativos. Ao se dirigirem a uma população apartada dos saberes elevados, mas ansiosa para dar aos seus interesses novas oportunidades, entre elas maior participação na administração do estado e liberdade comercial, pode-se detectar, em vista dos desdobramentos políticos da época, o alcance que as palavras criteriosamente impressas no *Correio Braziliense* lograram obter junto aos indivíduos mais comprometidos com os pleitos nacionais.

Para dar conseqüência a um possível projeto de reformas para o território português, seria preciso proporcionar um tipo de educação que avançasse em relação ao oferecido pelo governo luso, amparado que estava no sistema de ensino convencional, de cunho livresco e religioso. A imprensa, ao expandi-las rapidamente, cumpriria, nesse

sentido, papel excepcional por tornar pública as idéias que, segundo os intelectuais da época, fariam do Brasil uma grande nação se as incorporasse como eixo do desenvolvimento tal qual havia ocorrido nas nações civilizadas.

Ao advogar as idéias concebidas quando da sua formação intelectual, não deixou de apontar a educação como condição primeira às mudanças necessárias ao Brasil, caso esse pretendesse, de fato, adentrar ao terreno do desenvolvimento material acentuado. Compartilhava da opinião de utilizar o saber como meio de direcionar os interesses da sociedade, crença que o levou a defender, no *Correio Braziliense*, a importância da instrução pública no contexto da sociedade burguesa, uma vez que entendia que a insistência de um governo em manter seu povo ignorante prejudicava não apenas a vida destes indivíduos, mas era a própria nação que pagaria pela falta de progresso imposta por práticas sociais acanhadas.

Todos os homens têm direito de se instruir; ou para melhor dizer têm obrigação de se instruir, cada um segundo o seu estado lhe permitir; logo o governo, que proíbe os meios de instrução aos seus súditos, faz-lhes uma injustiça, e uma violência manifesta; e quando lhe permite que se instruam, não lhes faz graça alguma, simplesmente se abstém de lhes roubar um direito que é inerente a todos os homens. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 7, p. 240).

Nesse sentido, defendia a divulgação do conhecimento a um número maior de homens, partilhando, assim da visão corrente no Iluminismo que via na educação a possibilidade de abandono das superstições do passado e a passagem segura para as mudanças do presente.

É a nossa opinião que a instrução elementar é necessária, para desenvolver o espírito humano, habituar os homens a pensar e obrar com método, e seguir no estudo das ciências a progressão natural, de passar do mais simples ao mais composto [...]. Nada é mais útil às ciências do que as Universidades, Academias, &c., mas quando estas têm privilégio exclusivo de regular o modo de estudar, realmente atrasam, em vez de adiantar as ciências [...] e portanto limitar exclusivamente toda a instrução às formalidades destas corporações, é justamente impedir o progresso das ciências. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 4, p. 174-175).

Não seria fácil lançar as luzes do conhecimento em lugares tão faltos de condições propícias à germinação de tais idéias, onde nem ao menos se viam adotar medidas para a

disseminação dos saberes mais elementares. Assim, concluiu que “[...] o Governo em coisa nenhuma tem ajudado a promover a instrução nestes países, aonde poucas pessoas sabem ler e escrever, e aonde apenas há uma ou duas escolas de primeiras letras” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 232-233).

Acrescentou, ainda, que “nós não nos queixamos de outra coisa senão desta falta de educação pública, a qual compreende, entre o estudo dos diferentes ramos das ciências, a ética, ou a moral” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 4, p. 254). Tais conhecimentos, alheios à maioria dos brasileiros, poderiam ser propalados por meio da imprensa, porque a palavra escrita imbuída de ideais certamente exerceria significativa influência no modo de vida colonial.

Lustosa (2000, p. 30) salienta que “para Hipólito da Costa, a instrução seria a chave de uma conduta racional e asseguraria o bom funcionamento dos governos”. Portanto, só permitindo o acesso aos conhecimentos é que se levaria o Brasil a um profícuo desenvolvimento das ciências e do progresso material. Não era esse o cenário da educação brasileira, ao contrário. As escolas existentes eram escassas, destinadas às primeiras letras e a um tipo de saber que em nada auxiliava a obtenção de um maior conhecimento da ciência burguesa até então produzida, na medida em que se privilegiavam a retórica e o saber livresco, notadamente o de cunho religioso.

Até a chegada da corte portuguesa ao Brasil, praticamente não se discutia a instrução pública como uma oferta mais sistemática de ensino, obrigando aos que desejavam uma formação mais elaborada a se dirigirem ao continente europeu. Nesse período, o cenário educacional público era o mais desalentador possível. Segundo Arnaldo Niskier (1996, p. 78):

Depois de três séculos de posse do Brasil pelos portugueses não se havia consolidado um sistema de educação que se pudesse aceitar como razoável ou até mesmo como paliativo para as necessidades do país no campo da instrução pública primária e secundária. Tudo o que se fizera, até então, a esse respeito, atendia apenas a setores isolados – cidades e vilas espalhadas ao longo do nosso extenso território em sua faixa litorânea e, excepcionalmente, em localidades do interior das capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Quem não reclamasse, através das câmaras municipais, nada obtinha. As aulas de “primeiras letras”, de fraca estrutura e de medíocres resultados, estavam a cargo de mestres improvisados, sem programas racionalmente estabelecidos, com escassa fiscalização quanto à qualidade do ensino ministrado e do aproveitamento dos alunos.

Antes do estabelecimento da família real e da Corte, a instituição educacional de maior destaque no Brasil era o Seminário de Olinda, fundado em 1798 e inaugurado em 1800, pelo Bispo Azeredo Coutinho, sob a égide da reestruturação do ensino português iniciada por Pombal em fins do século anterior. O plano de estudos do Seminário foi elaborado com nítida influência das idéias da Ilustração portuguesa. Nele previa-se uma “[...] formação baseada nos conhecimentos advindos das ciências naturais, o que poderia incrementar a atividade comercial da Colônia” (REIS FILHO, 1993, p. 9)⁴⁵.

O governo joanino empreendeu relativo esforço para modificar o precário ensino, tendo em vista atender as exigências imediatas da burguesia em ascensão. Com a Metrópole sitiada, os brasileiros não poderiam freqüentar a Universidade de Coimbra, tampouco os filhos da nobreza que se refugiara na Colônia fugindo do Bloqueio Napoleônico. D. João VI viu-se na urgência de criar as mínimas condições para a formação do quadro que iria ocupar os postos administrativos, inflacionados diante da situação inusitada de fuga. A organização do sistema educacional vinha garantir a continuidade dos serviços oferecidos aos membros da aristocracia que acompanhavam os monarcas, e não mais que isso num primeiro momento.

A preocupação, então, restringiu-se ao ensino superior, deixando-se a educação elementar nas mesmas condições de antes e o plano direcionado à escola pública não abrangia todo o território brasileiro, já que as mudanças destinavam-se, em particular à cidade do Rio de Janeiro, escolhida para a sede da monarquia e instalação da Corte e a Bahia, “D. João VI fundou o ensino, dando-lhe um sentido exclusivamente utilitário, pois tornara-se urgente a formação dos profissionais exigidos pelas novas condições” (HOLANDA, 1985, 367), o que explica a criação da Academia da Marinha em 1808 com o objetivo de defender e garantir o território nacional e no mesmo ano os Cursos Médicos

⁴⁵José Murilo de Carvalho (1996, p. 58) afirma que o bispo Azeredo Coutinho era o mais influente dos cientistas ilustrados, “[...] formado em cânones e ciências naturais em Coimbra, onde ingressou no ano da reforma. Sua obra mais importante foi o Seminário de Olinda, concebido na melhor tradição do Iluminismo português. O Seminário teve grande impacto na formação do clero nordestino e afetou as idéias e o comportamento político de toda uma geração de padres”. Nas palavras de Fernando de Azevedo (1996, p. 548), “foi esse seminário o primeiro e tardio reflexo na colônia, da grande renovação educacional”. O principal projeto desta instituição era criar um centro de estudos compatível com as discussões teóricas encontradas na Europa. “Eram os novos estudos maiores, lançados pela reforma pombalina, que vinham radicar-se na Colônia” (RIZZINI, 1957, p. 57). Apesar do Seminário representar a única instituição brasileira da época que proporcionava um debate mais avançado, ainda não poderia ser comparada ao pensamento encontrado nas academias européias, até porque, seguindo o ideário reformista, o Seminário de Olinda não pretendia propagar a possibilidade de uma revolução. Em 1817, a instituição interrompeu suas atividades. Reabriu em 1822 sem o prestígio de antes para ser fechada finalmente em 1836 (LYRA, 1994, p. 95).

criados para atender aos oficiais da Marinha e depois aos oficiais da Academia Real Militar, criada em 1810.

Outras instituições foram instituídas no período em que a realza permaneceu no Brasil. Em 1810, fundou-se, no Rio de Janeiro, a Biblioteca Pública, hoje Biblioteca Nacional, com materiais que compunham o acervo de D. João VI e aberta ao público em 1814. Até 1808, as bibliotecas eram restritas aos conventos. Na primeira década do século XIX, organizou-se o Real Jardim Botânico, que depois foi anexado ao Museu Nacional. (FRANÇA, 2002, 564). Em 1811, também foi inaugurada a Biblioteca Pública da Bahia. Hipólito elogiou a iniciativa porque “há de haver nessa biblioteca as gazetas estrangeiras para serem lidas por todos os baianos, que se desejarem instruir no que se passa no Mundo” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 7, p. 239)⁴⁶.

As inovações culturais implementadas por D. João VI tributaram aos brasileiros, em especial aos residentes no Rio de Janeiro, maior contato com a atividade intelectual mais acurada. Nesse quadro de frugal liberdade de imprensa, a leitura de artigos se ampliava, cabendo ao *Correio* evidência entre os escritos publicados na época, embora tivesse sido proibido por decreto de D. Rodrigo de Souza Coutinho a circular em território nacional. Entretanto esse fato não evitou que fosse aguardado com ansiedade pelos brasileiros, conquanto sabiam que o acesso ao mundo das letras era fundamental entre aqueles que queriam e tinham condições para enriquecer a vida intelectual e, por extensão, contribuir na tarefa civilizadora de formação da nação brasileira.

Há que se notar que os poucos investimentos destinados à educação do povo brasileiro eram decorrentes, dentre outras questões, da urgência em solucionar problemas considerados agravantes como, por exemplo, defender a unidade do território, o que exigia grande soma de dinheiro e impedir os movimentos reivindicatórios de caráter às vezes

⁴⁶ Ao instalar no Rio de Janeiro a família real e a Corte, D. João VI passou a incentivar as expedições científicas estrangeiras para melhor conhecer as riquezas do Brasil. “De paisagistas a botânicos, inúmeros foram os sábios que aqui desembarcaram durante o período joanino. Alguns em missões oficiais, como a organizada pelo governo no ano de 1817 – que contava com nomes como o dos naturalistas Martius Schott, Raddi Mikan, Polh e dos zoólogos Natterer e Spix” (FRANÇA, 2002, p. 568-569). Essa política contribuiu para o contato de brasileiros com o estilo de vida dos estrangeiros: “Todos esses estrangeiros, direta ou indiretamente, com mais ou menos intensidade, contribuíram muito para o desenvolvimento intelectual, artístico, econômico e moral da cidade do Rio de Janeiro. Foi através deles que a população local, depois de três séculos de isolamento, pôde tomar contato com os hábitos e costumes do velho mundo, absorver suas modas, suas técnicas de trabalho, sua cultura e mesmo conhecer, através dos olhos desses visitantes, as belezas e potencialidades do Brasil, do qual pouco ou quase nada se sabia até então” (FRANÇA, 2002, p. 569-570).

nacionalistas, que punham em perigo os interesses lusos com a sempre presente ameaça da fragmentação do território colonial.

As atenções se concentravam em solucionar os conflitos que arriscavam trazer ao poderio português uma série sucessiva de perdas territoriais e, por extensão, da riqueza. A não criação de uma estrutura educacional condizente com a nova realidade brasileira, em que o objetivo pudesse ser traduzido pela formação de indivíduos sobejamente capazes de introduzir novas idéias e novas práticas econômicas, colaborava para mantê-los não somente distanciados do desenvolvimento material já corrente na Europa, como alienados, em sua maioria, do conhecimento sobre técnicas de produção mais avançadas.

As reformas destinadas aos setores educacional e cultural do governo de D. João VI não foram suficientes para mudar a intelectualidade brasileira de forma considerável, que continuou arraigada aos velhos costumes, a uma educação livresca, herança do jesuitismo. Há que se notar que a situação não poderia ser diferente, porque a estrutura político-econômica permanecia fundamentada no Antigo Regime e, mesmo depois da emancipação política, os ideais defendidos pelos homens públicos e aqueles que compunham a elite nacional continuaram coloniais, sobretudo no que se referia ao desempenho da economia.

Um exemplo que comprova a lentidão e a quase ineficácia das medidas monárquicas é dado por Jean Marcel Carvalho França (2002, p. 571): “A desatenção da administração joanina com o ensino básico foi tanta que, de 1808 a 1821, não se tem notícia da criação de um único colégio na Corte. Ao retornar para Portugal, o monarca deixou atrás de si quase a mesma estrutura que encontrara em 1808”.

A formação política apregoada pelo *Correio* ao longo de 14 anos de existência se tornaria fato concreto no momento em que Pedro I separou o Brasil de Portugal premido por forças externas e internas que fugiam ao seu controle. Porém nem mesmo a independência trouxe uma nova mentalidade ou permitiu que se referendassem as idéias calcadas no ideário das Luzes, fato que iria ocorrer somente a partir da segunda década do século XIX, embora intelectuais, políticos, até mesmo a imprensa sugerissem amiúde, a necessidade de reformas na educação nacional amparadas em princípios modernos.

Assim, na prática, muito pouco se fez pelo ensino popular, tanto nos anos que precederam, como nos que sucederam a Independência. Contrastando com a enorme massa analfabeta, havia apenas um pequeno grupo de profissionais que exerciam, bem ou mal, os seus ofícios e, um outro saído

principalmente da classe latifundiária, cujos diplomas serviam tão somente para satisfazer vaidades gratuitas, quando não para atingir altos postos legislativos e administrativos, úteis na defesa dos interesses que representavam. (HOLANDA, 1985, p. 369).

Muitas medidas pleiteadas pela diminuta intelectualidade brasileira, em termos numéricos, eram pertinentes aos elementos formadores de uma mentalidade mais avançada. As alterações educacionais que os novos tempos exigiam não poderiam simplesmente permanecer estagnadas nos debates infundáveis. Por isso, vários intelectuais, entre eles, o Visconde de Cairu, Silvestre Pinheiro Ferreira, etc., indicavam o caminho a ser seguido pelas autoridades, visto que o tempo sobredito para as reformas necessárias se esgotava diante da acomodação das forças internacionais que travavam relação com o Brasil.

Uma vez conhecidas as necessidades, era fundamental criar as condições para satisfazê-las e, para isso, o Brasil não estava, historicamente, preparado. O sistema de ensino concatenado ao desenvolvimento das forças políticas e econômicas do período, portanto, subjugado às velhas práticas sociais, não poderia ser eficiente e nem ofertar aos indivíduos os ensinamentos da modernidade.

Junto a outros intelectuais da época, Hipólito também pleiteava por instrução porque entendia que não apenas a realidade brasileira exigia esse fato, mas o próprio movimento do capitalismo impunha a necessidade da grande massa de trabalhadores adquirir conhecimentos que auxiliassem na ampliação da riqueza. O ideário iluminista, nesse quadro, iria oportunizar a um maior número de pessoas o contato com os conhecimentos exclusivos da classe dirigente, no sentido de que as práticas já tidas por civilizadas e inerentes à burguesia pudessem ser incorporadas como a única forma de existir no interior daquela sociedade. Não adotá-las significava o mesmo que viver num mundo sem que, efetivamente, se pertencesse a ele.

Esse pensamento ganhava força na medida em que o Brasil se encaminhava para a independência política, mas não só por este motivo: o convívio com a nobreza portuguesa, recentemente chegada, abriu os olhos dos nacionais para um tipo de vida praticamente desconhecida. Alguns cobiçavam possuir o saber que a camada letrada da aristocracia parecia cultivar, outros desejavam os ares de fineza, enfim, desejavam partilhar do ideal de civilidade burguesa que circulava nos centros mais desenvolvidos.

O ideário civilizatório iluminista irradiava-se, a partir da Europa, para boa parte do mundo e, também, para o Brasil. Como componente central desse ideário estava a idéia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias. [...]. O teatro, o jornal, o livro, a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as ‘classes inferiores’, aproximando-as das elites cultas dirigentes. [...] No Brasil, no entanto, o diagnóstico que se faz mostra uma realidade muito avessa a esse ideário. (FARIA FILHO, 2000, p. 140).

Hipólito acompanhava *in loco* as mudanças na Inglaterra e percebia a cobrança do próprio sistema vigente em instruir a população com os conhecimentos indispensáveis ao seguimento da forma burguesa de produzir, sem afastar os indivíduos de suas ocupações diárias. Nesse sentido, o ensino mútuo, adotado pelos ingleses, passou a ser o método ideal para as condições da época, já que diminuía os dispêndios com a educação, gastos pelo governo, ao atender um número grande de alunos e ocupando um número pequeno de professores⁴⁷.

Os procedimentos educativos adotados pela nação inglesa – embora a educação ainda não estivesse ao alcance de todos – procuravam atender às necessidades oriundas do desenvolvimento do setor produtivo, bem como responder a solicitação sempre crescente do povo por um mínimo de instrução, mesmo que estivesse vinculada apenas às atividades de leitura, escrita e contar. Esses conhecimentos resultavam em acréscimo à produção na medida em que a aplicação dos fazeres científicos nos processos produtivos requeria indivíduos habilitados na utilização das novas técnicas.

A vulgarização do ensino, aos poucos ofertado a um maior número de pessoas, não tinha em vista, a princípio, o intento de proporcionar melhorias na vida dos indivíduos, mas apenas responder a uma forma de produzir cada vez mais sofisticada. Produzir mercadorias por meios elaborados demandava operários que soubessem diferenciar um componente do produto de outro, enfim, que soubessem ler ao menos.

Se a cultura do espírito aumenta a felicidade dos homens, não pode deixar de ser grande serviço a humanidade inventar meios, pelos quais essa cultura se

⁴⁷ A apresentação e divulgação do ensino mútuo deveram-se, primeiramente, ao escocês Andrew Bell (1753-1832) na Índia. No final do século XVIII, essa prática pedagógica passou a ser utilizada na Inglaterra por iniciativa particular, de cunho religioso, cujo principal representante, o inglês Joseph Lancaster (1778-1838), visava propagá-lo em todos os cantos da Inglaterra no início do século XIX. O método, também conhecido como Monitorial, consistia no princípio de que um ensinava o outro. Os próprios alunos que se destacavam por serem mais “habilitados” auxiliavam o professor. Nesse caso, apenas um professor cuidaria de uma escola com 500 ou 600 alunos.

generalize. Não queremos dizer, que todos os homens devam ou possam ser médicos, matemáticos, jurisconsultos, etc.; porém asseveramos, que se deve dar a todos os homens a maior massa de conhecimentos possível, sem interromper as ocupações ordinárias da vida, a que cada indivíduo se destina. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 16, p. 347).

O mesmo poderia ser feito no Brasil, acreditava Hipólito: o uso do método mútuo contribuiria para instruir a população e favorecer o melhoramento da agricultura. Esse método pedagógico fez sucesso porque não requeria para sua aplicação apenas as instituições escolares, mas podia ser ofertado e utilizado por pequenos grupos de indivíduos ou ainda estrangeiros provenientes da mesma região, caso em que fazia referência aos imigrantes.

Os imigrantes, além de prover com a formação de uma camada de consumidores, dispunham de conhecimentos técnicos para o incremento das práticas produtivas materialmente avançadas tanto no campo como nas manufaturas. Cada colônia formada por indivíduos das mais diversas nacionalidades teria a oferecer determinados conhecimentos sobre as técnicas de cultivo predominantes em seus países de origem e, como forma de melhor aproveitar o saber específico de cada colônia, o caminho seria incentivar a aplicação do ensino mútuo, em que cada um seria mestre do outro e ao final todos desfrutariam dos saberes de todos, revertendo-os em benefícios para o Brasil:

Suponhamos que na margem de qualquer rio navegável, ou proximidade de alguma estrada principal, se formava uma povoação de colonos desta natureza vindos de diferentes partes da Europa; e que a cada um se dava um chão conveniente para edificar a sua casa na ladeia de um território de meia ou uma milha quadrada, para fazer a sua plantação. O agricultor alemão, escocês, italiano, irlandês, húngaro, holandês; cada um edificaria a sua casa à maneira de sua pátria e cultivaria a terra da maneira e com a semente que mais se usasse em seu país; assim no final de dois ou três anos a combinação de todos estes diferentes experimentos mostraria a toda a colônia qual era o método mais vantajoso ao clima e ao terreno; e todos seriam, para assim dizer, *mestres uns dos outros*, e o que fosse mais bem sucedido, esse seria o mais imitado por seus vizinhos. O colono rústico do Brasil jamais alteraria a sua rotina de trabalhar a terra, que aprendeu de seus pais, sem que veja que seu vizinho, por seguir diferente método, obtém melhores colheitas e mais proveito. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 238-239, grifo nosso).

Ao sugerir a importação de indivíduos portadores de técnicas de produção mais avançadas e com saberes não usuais no Brasil, Hipólito esperava que cooperassem com a

educação dos nacionais, na defesa da idéia de quem muito sabe pode tributar o seu saber para quem não o possui. Essa idéia valorizava os princípios do ensino mútuo, de que o conhecimento seria propagado com facilidade e rapidez ao ser divulgado a qualquer tipo de indivíduo. Portanto, o projeto pedagógico que apontava bons resultados na Inglaterra, porque incluía, sobretudo, o segmento da sociedade aliado da educação, deveria ser imitado no Brasil para que se elevasse o nível de instrução do povo brasileiro⁴⁸.

Todavia não era a formação do povo a principal preocupação de Hipólito, já que essa camada social não fazia parte do poder político. Para a população, bastava a instrução elementar; para a elite, depreende-se de seus artigos, um outro tipo de educação. Para a camada socialmente elevada, defendia a aprendizagem da educação política, estudos de economia, domínio das línguas mais importantes comercialmente, ou seja, saberes necessários ao gerenciamento da Colônia sob os ditames da liberdade constitucional que desejava incorporados à prática do soberano.

Nesse sentido, a constituição de um governo sábio para realizar as medidas em benefício do reino passava pela formação de um indivíduo livre de todo conservadorismo e atraso: “[...] não se podem formar políticos sem os estudos preliminares da sua ciência, a leitura da história e o conhecimento do que atualmente se vai passando no mundo. Para esta última parte, são essencialíssima as obras periódicas” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 242). Ou, em outras palavras, a formação de um governo liberal exigia, além das outras mudanças requisitadas, a providência da educação, visto que “[...] os costumes, a ilustração do espírito, são as únicas garantias da perpetuação da Constituição, e da conservação da liberdade civil” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 608) e, portanto, do progresso.

O precário estofo político dos que exerciam os negócios não lhes permitiam, mesmo que tivessem conhecimento das práticas sociais e produtivas mais adiantadas, ter meios de remediar os males do antigo sistema colonial que afligia o Brasil e nem pôr em ação as reformas que visassem colocá-lo no caminho da modernização. A crítica dirigida à formação dos homens públicos não era destituída de razão, porque alguns cabiam unicamente nas relações do passado:

⁴⁸ Apesar das propostas de Hipólito da Costa feitas em defesa da aplicação do ensino mútuo, este só foi empregado nas escolas de primeiras letras em 1823. “Na fala do Trono, lida na Assembléia Constituinte, em 3 de maio de 1823 [...] fizera menção o imperador à criação de uma escola onde estava sendo aplicado o método denominado de *ensino mútuo*” (NISKIER, 1996, p. 102). Mas é com a lei de 15 de outubro de 1827 que se torna oficial.

O Presidente do Conselho, o mais das vezes o mesmo do Erário, é tirado da classe dos fidalgos, e empregado naquele lugar, somente por sua graduação, nobreza, e títulos antigos; a consequência disto é que tal presidente não pode nunca falar nas matérias, que vem ante o tribunal, quer sejam de jurisprudência, quer de finanças; o que se lhe não pode levar a mal, porque nunca estudou, nem atendeu a isso em mocidade; assim tal presidente só serve de tocar a campainha, e acenar com a cabeça; sim, ou não. Neste estado das cousas; a quem compete fazer as representações anuais, sobre o estado de riqueza ou pobreza do reino? A quem pertence formar os planos para fomentar a indústria da nação, e dar as providencias para remediar os males? (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 87).

Esse era apenas um entre tantos casos. Em todas as repartições públicas faltavam homens bem instruídos, aptos a conduzir eficazmente as reformas políticas e econômicas. Insistia o *Correio Braziliense* nesse sentido, argumentando que a ocupação dos cargos de governo prescindia dos títulos de nobreza, “[...] é necessário que haja estudos e talentos nos indivíduos” (2002, v. 22, p. 88). Tal exigência fazia supor que a inserção de brasileiros na condução dos negócios públicos exigia uma importante e difícil tarefa: encontrar homens suficientemente adequados para ocupá-los, já que eram cargos que exigiam responsabilidade e compromisso da parte de quem os preenchiam.

Ao se referir a esse problema, criticava a nomeação de indivíduos completamente despreparados, que só se apossavam dos cargos públicos por eles permanecerem privilégios da aristocracia, além de perpétua fonte de renda e permanente poder. Sugeria o chamamento dos indivíduos dotados de conhecimentos compatíveis com as idéias do século. Nada ou quase nada adiantava entregar a administração ao poder de homens ignorantes e faltos de educação política, mas sim “[...] a homens probos e verdadeiramente constitucionais, que plantem entre vós este venturoso sistema, debaixo do plano de moderação e suavidade, que se tem seguido com tanta energia” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 27, p. 188).

No governo absolutista português, asseverava, os homens públicos usufruíam poder político excessivo, utilizado em grande parte para fins particulares, uma vez que não se incomodavam com as dificuldades do reino se antes não cuidassem das suas. Eram excessos políticos que teimavam em se perpetuar na administração geral da Metrópole.

A ausência de um governo sábio, que prevenisse os crimes da sociedade, era um dos problemas mais agudos que abespinhava Portugal. Os secretários de Estado, ao decidirem alguma questão administrativa, consultavam, na maioria das vezes, apenas seus

interesses e caprichos, revelando a falta de probidade no exercício do poder, comprometendo a nação lusitana de continuar gozando de imensa fartura quando deixavam de perceber que o mundo passara a girar por engrenagens diferentes daquelas que predominavam no mercantilismo.

Esse modo de agir não perdurava somente pela vontade individual da nação portuguesa, mas resultava das práticas herdadas do Antigo Sistema que os permitia como fatos naturais e corriqueiros. Sobre isso alertava o *Correio* que “[...] importa mui pouco as qualidades dos indivíduos, quando o sistema é que precisa o remédio” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 7, p. 307). Hipólito culpava a velha estrutura política portuguesa por permitir a formação de homens com quase nenhum comprometimento com o desenvolvimento do reino, por outro lado, não lhe escapava que a solução do problema estava na reforma completa e radical do sistema e não nos indivíduos que ocupavam os cargos no poder ou na administração geral.

Há muitos meses a esta parte, que o artigo ‘Brasil’ do nosso periódico, não contém outra cousa senão queixas contra o Governo daquele país; e representações em todas as formas possíveis, para que hajam de mudar o sistema de administração; não cessamos, nem cessaremos de continuar nestes clamores; porque estamos persuadidos de sua necessidade absoluta; e que sem se cuidar nesta reforma seriamente, tudo vai perdido no Brasil. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 7, p. 542).

Não se eximia de criticar o desgoverno, mas também, quando se via frente a uma medida eficaz elogiava os que estivessem na direção de decisões que contribuíssem para promover o melhoramento da Metrópole: “Se por força do nosso dever censuramos, quando nos parece necessário, as pessoas empregadas no serviço público em Portugal, é sempre com sumo prazer que anunciamos tudo que lhes é honroso” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 4, p. 429). Problemas que não atribuía à nação portuguesa propriamente, mas ao predominante e arcaico modo de vida dos portugueses.

A história não refere outro exemplo de uma nação, que de um vôo mais rápido chegasse ao cúmulo de grandeza, e se conservasse nele por tanto tempo. A mesma Roma, no maior esplendor de sua glória, nunca conquistou tantos Estados, não se apossou de tantos centros, nem agrilhoou tantos reis. Para todo o homem, que contempla, deve ser um espetáculo digno de admiração, ver o Estado mais pequeno da Europa, tornar-se, por efeito de seu valor unicamente, a primeira potência do mundo. Tudo isto se fez, enquanto a nação ou os talentos mais brilhantes dela tinham a permissão de

se ingerir nos negócios públicos. Mas depois que os agentes da coroa se encarregaram da administração geral, é dos seus talentos somente que depende a sorte dos povos; e só a eles é que devem imputar os males do Estado, e não à nação. Esta dependência arbitrária ao ministro, que submete a sorte de milhões de homens ao gênio de um só mortal não deveria existir, principalmente depois que a Filosofia tem ilustrado os homens; mas, infelizmente, nem sempre a política é guiada pela Filosofia. Encontram-se às vezes em séculos bárbaros melhores máximas de Governo do que em idades esclarecidas. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 4, p. 264).

Em face dessa situação, insistia na necessidade de escrever livremente sobre temas que poderiam beneficiar o governo quanto à clareza das decisões políticas e econômicas que estivessem mais conectadas ao grau de desenvolvimento material existente: “[...] é preciso facilitar-lhes a leitura das gazetas e jornais, em que leiam as notícias políticas e mercantis” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 8, p. 289), caso contrário os interesses do Brasil seriam sufocados por aqueles povos que regulavam seu labor no que havia de mais recente e útil tanto no comércio como na produção. A falta de conhecimentos políticos não era problema na Inglaterra, afirmava, porque lá “[...] todos os nobres se aplicam de tenra idade às letras; a maior parte deles vai às Universidades, obter os graus acadêmicos” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 5, p. 566).

No Brasil, o escrito de cunho prático, político e econômico não possuía leitores animados. Maria Beatriz Nizza da Silva ao analisar a cultura e a sociedade do Rio de Janeiro no século XVIII, chama a atenção para os tipos de escritos que tinham maior circulação e interesse entre os moradores da cidade. Eram os textos moralizantes que despertavam maior interesse, já que a literatura filosófica estava associada à tendência revolucionária (NIZZA DA SILVA, 1977, p. 116-117)⁴⁹.

Nesse caso, a imprensa periódica seria uma importante aliada para vulgarizar os conhecimentos direcionados ao povo e a instrução política para a elite dirigente: “Os escritos iluminam tanto o povo como o governo” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 11, p. 924), argumentava Hipólito em favor da liberdade de imprensa. Além disso, “[...] de todos os inventos humanos nenhum tem contribuído mais para propagar as ciências, do que é a invenção da imprensa” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 3, p. 339).

⁴⁹ No período pré-revolucionário francês, os livreiros passaram a utilizar específica nomenclatura para distinguir as obras proibidas das que poderiam circular livremente. Os escritos proibidos foram classificados pelos editores e livreiros como “livros filosóficos”. Assim, “Filosofia” sinalizava perigo. Outros termos também eram utilizados para se referirem às publicações, cujas idéias contrariavam o Antigo Regime: “drogas”, “misérias” e “maus livros” (DARNTON, 1996b, p. 54).

A liberdade de imprensa, oportunizada no Brasil mais pela necessidade da Corte recém-chegada em publicar as suas leis, decretos, coisas de seu interesse, do que mesmo pelo rompante de permitir aos brasileiros um pouco de cultura e conhecimento, teve papel crucial na separação do Brasil e Portugal. No entanto, deve-se tomar o cuidado de não conferir a ela o estandarte de causadora da independência, inclusive a sua liberação foi muito mais motivada pelas forças que premiam portugueses e brasileiros em emitir respostas ao movimento do nascente capitalismo industrial.

O alargamento do mundo burguês exigiria o desiderato da separação a qualquer custo e a qualquer outro tempo. Aconteceu em 1822, porque as forças internas se encontravam relativamente maduras, alimentadas por uma sucessão de erros cometidos por portugueses que queriam tudo sem nada dar a quem há muito tempo era o sustento de Portugal. A liberdade de imprensa, nesse caso, realmente fez a diferença, notadamente porque as palavras que espargiam os saberes que democratizavam penetraram na consciência de indivíduos que estavam prenhes de ações revolucionárias. O *Correio Braziliense*, no processo de independência do Brasil, cumpriu, com sobejo, as aspirações da burguesia. Vencida uma etapa difícilíssima, como a quebra do pacto colonial, novas lutas se ergueriam no horizonte dos brasileiros.

4.3.1. A ação da imprensa no contexto de mudanças políticas no Brasil

A contribuição das idéias revolucionárias francesas para com o movimento libertador que se irradiou por diversas partes do mundo, em especial nas antigas colônias ultramarinas, foi inegável. Frente a essa evidência, Hipólito da Costa pressentia o poder das correntes de opinião despertadas pela Revolução Francesa. Louvava-as, mas rejeitava a idéia dos governos seguirem o modelo da França preferindo sempre o caminho de reformas moderadas, cujo modelo era o da Inglaterra⁵⁰. Na condição de maçom, defensor da

⁵⁰ Comentário interessante de Honoré de Balzac talvez exprima com intensidade a situação dúbia da França: “A França tem duas faces. Eminentemente militar em tempos de guerra, ela é igualmente poderosa em tempos de paz por suas idéias. A pluma e a espada, estas são as suas duas armas favoritas. A França é inventiva, porque tem genialidade; é artista, porque a arte é o complemento das letras; é comerciante, manufatureira, agrícola, porque uma nação deve produzir como uma lagarta fia seu casulo; mas, nestes três pontos, ela tem rivais que, no momento, ainda lhe são superiores; mesmo depois de seus exércitos terem lutado durante quinze anos contra o mundo, enquanto suas idéias lhe dão o governo moral deste mundo” (BALZAC, 1999, p. 17).

monarquia constitucional, travou combate com adversários opostos: o jacobinismo revolucionário e o absolutismo tradicionalista.

A restauração das letras, e das ciências, na Europa, fez conhecer aos povos os vícios dos antigos governos, fundamentados nos absurdos do chamado direito feudal: a voz REFORMA retumbou de uma a outra extremidade da Europa; e ao mesmo tempo os gabinetes fizeram causa comum, para se opor a todas as idéias de melhoramento. Todo sábio, que descobriu alguma falta nos governos, foi estigmatizado de perturbador; todo o patriota que lembrou algum remédio ao mal, foi tratado como traidor: trocaram-se os nomes às cousas, o vício foi chamado virtude, e a virtude vício. O primeiro governo que caiu vítima desta impolítica luta foi o de França; e este país organizou uma república de malvados, que prometeu a toda a Europa as reformas porque os povos anelavam. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 8, p. 379-380).

Ao repudiar o exemplo francês e acreditar que as tendências revolucionárias nascidas em seu território não eram adequadas ao Brasil, entendia que faltavam aos coloniais condições concretas para sustentar as idéias de caráter republicano. Sendo assim, a instalação desse sistema de governo se constituía em mudança drástica demais para a estrutura social brasileira, ainda vivendo na infância do pensamento político. Sobre essa ignorância política, Hipólito arriscava defender que

[...] ninguém duvida, que é um obstáculo de fato: e se os homens sem os conhecimentos necessários, se metem a querer governar um Estado, principalmente intentando dar-lhe nova forma de governo, e destruir a antiga; por força devem causar a ruína da pátria. Logo essa ignorância é um obstáculo de fato, que deve fazer parar com reflexão todo o homem prudente, na carreira revolucionária (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 23, p. 427).

Além disso, censurava a política francesa por ter um chefe que agia destrutivamente, conceituado como “[...] o inimigo jurado de toda a liberdade política, como o provam as leis da constrição, os regulamentos contra a imprensa” (2001, v. 7, p. 768). Os estratagemas adotados pela França para dominar a Europa foram alvo de severas admoestações no *Correio*, porque Napoleão Bonaparte, para alcançar os objetivos pretendidos, rechaçava as idéias primordiais ao desenvolvimento de uma nação, dentre elas a liberdade de imprensa.

No rol das tendências liberais desenvolvidas no Brasil no período da independência, Hipólito se encontrava entre aqueles que buscavam mudanças a partir de reformas

graduais, capazes de transformar a Colônia num Estado forte e liberto dos portugueses no que dizia respeito a uma maior participação no comando político e nas atividades econômicas. Desejava o equilíbrio entre os segmentos de classe ali representados, com a instauração de um sistema de governo fundamentado na constituição liberal, que impusesse restrições legais às ações do monarca.

O fim das práticas arbitrárias não presumia findar o poder atribuído ao rei, apenas limita-lo: “É necessário limitar o poder da coroa; para a conservar e para a fazer respeitar [...]; limitação que não sirva para restringir o poder do monarca; mas sim para impedir que os seus ministros não obrem injustiça, que fiquem impunes, por serem feitas em nome do soberano” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 569). Julgava necessário destruir o absolutismo, e, ao mesmo tempo, estabelecer leis a serem obedecidas por todos, consolidando, assim, a ordem burguesa.

Em sua opinião, a demarcação dos limites reais visava, ainda, impedir a interferência da coroa nos negócios comerciais, não significando, contudo, que o povo pudesse agir a seu bel-prazer. Acreditava ser possível a condução política do Brasil sem tirar a liberdade do povo, que, vendo-a assegurada, agiria favoravelmente ao governo.

O sistema inglês de governo temperado era o ideal para ser instituído no Brasil. O modelo parlamentar de representação consentiria a manutenção do equilíbrio político e dos interesses divergentes, ou seja, do soberano e do povo. O posicionamento de Hipólito evidencia a firmeza com a qual defendia os princípios do liberalismo político inglês, com fortes marcas da moderação. Ressaltava que, somente nessa forma de governo, os indivíduos teriam assegurado seus bens, de maneira que “nenhum povo pode ser feliz sem gozar daquela liberdade racionável, que é a base da sociedade civil” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 566-567)⁵¹.

Os erros que notamos no presente sistema podem comparar-se às pequenas manchas que mal se divisam e nunca obscurecem o luminoso sol. O tenebroso do passado governo era a negridão das trevas em que todos os direitos do homem se perdiam, era um abismo em que nenhum cidadão se julgava livre do perigo, era o estado de ruína em que nenhum homem contava com sua vida, liberdade ou propriedade. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 28, p. 173).

⁵¹ Já nos primeiros números de seu jornal, Hipólito louvava as instituições inglesas, modelo que os portugueses deveriam seguir para promover as mudanças no reino lusitano: “O incalculável benefício que a nação inglesa pode agora fazer aos portugueses é mostrar-lhe o justo meio entre o despotismo e a anarquia, que é o que constitui a liberdade civil” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 26, p. 75).

Com a garantia de serem livres constitucionalmente, os ingleses conquistaram o direito de escrever com independência, levando ao público as discussões de interesse geral, importante para qualquer país que almejasse entrar no rol das nações mais prósperas, “[...] porque nenhum benefício (nem talvez a vida) compensa a falta de liberdade” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 2, p. 639). Os bons periódicos que se imprimiam na Inglaterra eram, no seu parecer, relevantes no registro dos acontecimentos do tempo, constituindo “[...] um riquíssimo depósito de memórias, para os que quiserem ao depois escrever a história” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 9, p. 729-730). Pretendia o mesmo para o *Correio Braziliense*.

A Inglaterra, desde o início do século XVIII, já possuía uma imprensa periódica, cujo objetivo era formar a opinião pública, portanto, uma imprensa educativa. Exemplo foi o *The Spectator*, fundado em 1711 e editado por Joseph Addison e Richard Steele, circulou até dezembro de 1712. Nesse momento, a imprensa na Inglaterra já se constituía em órgão de expressão e de formação da opinião pública britânica. Esse jornal, traduzido, mais tarde, em vários países – França, Alemanha, Holanda e Itália –, é considerado por Pallares-Burke (1995, p. 54) a obra representativa do Iluminismo: “Nele, o universo, a sociedade e os homens são apresentados não como em colapso ou em decadência, mas como sendo quase que tão plenos e perfeitos quanto possível”.

A idéia compartilhada pelos primeiros iluministas enfocava muito mais a modificação no modo de olhar a sociedade e o próprio homem do que as transformações da sociedade, já que essa era vista como perfeita. Restava aos jornais da época contribuir para corrigir as imperfeições do homem, papel que parece ter sido bem desempenhado pelo *The Spectator*. Pallares-Burke reafirma a importância desse jornal ao dizer “[...] que não foi tanto a obra do grande Locke que preparou o público do século XVIII para a recepção dos *philosophes*. Foi o *Spectator*, um jornal diário inglês [...], e amplamente lido pelo europeu no decorrer do século” (PALLARES-BURKE, 1996, p. 11-12).

Em Portugal, a proibição da imprensa no século XIX expressava o conservadorismo político sustentado pela velha nobreza e pela Inquisição, ambos se sentindo ameaçados pelas idéias nela difundidas. Esse embargo interferia no desenvolvimento do país, circunstância que revelava a urgência de mudar o sistema social como um todo. A justificativa do governo absolutista era a mesma utilizada quando do combate à maçonaria: impedir a disseminação das idéias liberais na tentativa de se prevenir contra os estragos

que um pensamento inovador e revolucionário causaria às velhas tradições, nas quais a aristocracia centrava a justificativa de sua dominação.

A realidade vivenciada em Portugal, onde vigoravam restrições ao exercício pleno da liberdade, levou Hipólito a insistir, desde os primeiros números de seu jornal, na necessidade de países como Portugal seguir o exemplo da Inglaterra e instaurar um governo alicerçado em fundamentos liberais. Entretanto, ao império português, só se colocavam obstáculos quando se tratava de discutir a liberdade nos termos que o jornalista brasileiro a entendia.

O ideário de liberdade e igualdade se propalou significativamente e, na medida em que se discutia os princípios apregoados pela Revolução Francesa, aumentava a censura em Portugal. Todos os tipos de escritos – livros, periódicos, folhetos, cartas – passavam pela censura. Na Colônia, o mesmo procedimento foi adotado, porque o governo receava que, se o pensamento revolucionário francês se espalhasse, seria indelevelmente funesto ao poder real e para a igreja, até porque a América Espanhola insuflava os brasileiros, com suas constantes insurreições, a tomarem gosto pelo sentimento de liberdade.

Assim, impedir a imprensa foi uma forma de prevenir que os povos ultramarinos tivessem contato com as idéias consideradas perigosas, garantindo a lealdade da Colônia à Metrópole. Com esse procedimento, o governo português sufocava a veiculação de idéias de cunho libertador em relação ao Antigo Regime.

A opinião pública não devia ter acesso às notícias e sugestões que lembrassem os funestos acontecimentos franceses, pois, em sua essência, o poder real visava a evitar o contágio das idéias novas que 1789 havia colocado em marcha no mundo europeu e em seus domínios. (NEVES, 1989, p. 118).

Hipólito observava que os acontecimentos franceses de 1789 tinham produzido uma literatura condizente ao estado revolucionário da sociedade francesa, portanto, o que se escrevia reproduzia a realidade, a mesma que os conservadores não admitiam como causa da comoção do povo francês: “[...] em muitos países da Europa, principalmente em Portugal, têm sido proibidos, como se fossem causadores da revolução; nós dizemos que esta foi quem produziu tais escritos, e não os escritos a revolução” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 11, p. 924). Lamentava que a nação portuguesa tivesse obscurecido a imprensa que outrora era permitida.

Portugal havia sido um dos primeiros países europeus a lançar as luzes por meio de jornais quando, em 1649, Craesbeck publicava, na forma de folhetos, os acontecimentos de guerra de seu tempo (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 2). Porém essa iniciativa não permaneceu como norma corrente entre os portugueses. Isso não significa que, em Portugal, inexistiam publicações, apenas poucos escritos que, de fato, estavam engajados em discutir os assuntos políticos pertinentes à realidade vivenciada, fazendo perpetuar os erros da classe dirigente.

Nós atribuímos a decadência da nação portuguesa não à falta de gênio, de valor, nem de talentos dos indivíduos que compõem a nação; mas sim aos abusos do Governo, à perversidade da maior parte dos funcionários públicos; e [...] a um sistema iníquo de política, que inventaram os Felipes de Castella, enquanto governaram Portugal; e que, depois de expulso o jugo de Castella, foi adotado por alguns ministros portugueses, que ignorando os verdadeiros meios de se engrandecer, que era engrandecer a nação, e fazer brilhar os talentos, adotaram o sistema da opressão, e da ignorância, para radicar o seu poder. Em uma palavra: a nação portuguesa foi já muito poderosa, sábia, respeitada dos estrangeiros, e feliz: este estado de coisas mudou; é um fato inegável: nós atribuímos esta mudança para pior, não à falta de qualidades boas da nação, mas aos que a tem governado. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 4, p. 249).

Desde o século XVIII, o tipo de imprensa periódica encontrada em Portugal se classificava, de acordo com Tengarrinha (2002, p. 224), em dois tipos: um destinado às áreas específicas, como a literária, científica ou musical. Já no segundo tipo, abordavam-se os conhecimentos gerais, chamados de enciclopédicos. Ambos os tipos enfrentavam a severa censura prévia, tão restritiva que acabava por levar os homens de letras ao estrangeiro na tentativa de aprimorarem as suas idéias e, com isso, influir no governo português. Em setembro de 1812, Hipólito avaliava a *Gazeta de Lisboa*, reconhecido porta-voz do pensamento conservador:

Este papel imprime-se diariamente, debaixo da imediata inspeção do governo. Contém as notícias oficiais do Exército: as leis, decretos, ordens, e avisos do Governo: extratos das notícias estrangeiras: reflexões sobre as novidades ocorrentes; e avisos de particulares ao público. As reflexões são a parte menos interessante, e que menos efeito produzirão na opinião pública; porque, sabendo-se que vem diretamente do governo, todos presumem que ali se acha o que convém divulgar, e não o que o fato demonstra, nem o que a sagacidade do redator conjectura. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 9, p. 446).

Em janeiro de 1819, sua postura em relação à *Gazeta de Lisboa* continuava a recriminar a falta de liberdade de imprensa e a qualidade dos escritos publicados: “Que haja Gazeta oficial, em que se anunciem unicamente as notícias oficiais da Corte bem parece; mas que haja tal papel, em que nada útil se anuncie; e que não permita outro nenhum jornal, é o que mostra o sistema de trazer a nação ignorante e apoquentada” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 101).

No entanto, Hipólito também fazia elogios aos jornais portugueses, enaltecia, por exemplo, o *Jornal de Coimbra*: “É dedicado principalmente às ciências naturais: escrevem para ele homens verdadeiramente doutos, e não conhecemos em Inglaterra, França ou Alemanha um jornal, que contenha nem maior número de artigos originais, nem uma redação mais judiciosa” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 9, p. 447).

Seu julgamento a respeito da falta de liberdade da imprensa contou com um aliado de peso: a Corte portuguesa esteve alheia ao movimento de invasão de Portugal pelas tropas francesas porque não havia um único jornal que a informasse. Em Londres, a imprensa denunciava as intenções de Napoleão, no entanto, Lisboa, premida pela repressão aos jornais, ignorava a proximidade das tropas inimigas em seu próprio território. O *Correio Braziliense* advertia que se tivesse imprensa livre em Lisboa todos saberiam da invasão napoleônica:

Pergunto eu, se em Portugal houvesse liberdade de imprensa seria possível que Antônio de Araújo ignorasse a marcha dos franceses? E se ele a sabia, e queria ocultar isso do soberano, ser-lhe-ia possível fazê-lo, quando os papéis impressos o pudessem dizer, sem temor, ao mesmo soberano? (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 519).

Fato a considerar é que Portugal, no período em que esteve ocupado pelas tropas francesas, ofereceu maior liberdade de imprensa no intuito de combater os interesses napoleônicos e restringir sua ação. Nesse período, proliferaram vários escritos, porém, com o fim da guerra, a censura passou novamente a agir com muito mais rigor, o que levou alguns jornalistas liberais a irem para o estrangeiro na tentativa de não só “[...] influenciar os meios políticos e diplomáticos estrangeiros, mas também ter algum peso nos centros de decisão de Portugal e Brasil, bem como espalhar as idéias liberais em círculos politizados” (TENGARRINHA, 2002, p. 227).

Hélio Vianna (1962, p. 42) chama a atenção para o fato de que, mesmo com os obstáculos interpostos às idéias liberais, essas chegavam a Portugal por intermédio das sociedades secretas e “[...] da imprensa luso-brasileira estabelecida em Londres, de pasquins impressos e manuscritos”. A imprensa a qual o autor se refere é o jornal *Correio Braziliense*, que entrava em Portugal e no Brasil clandestinamente e era lido por muitos, inclusive por D. João VI, já residente em terras brasileiras, que o lia interessado nas discussões apresentadas por Hipólito para, a partir delas, tomar as medidas impeditivas à disseminação das idéias inovadoras contidas na gazeta. Martins (2002, p. 309) sustenta que “[...] o *Correio Braziliense* era francamente lido no Brasil, inclusive nos meios oficiais”.

A mesma opinião tem Oliveira Lima ao ressaltar que, apesar dos embaraços aplicados à imprensa, o *Correio*, ainda que impresso na Inglaterra, conseguia influir na vida brasileira:

Não havia, porém, censura que obstasse à franca circulação do *Correio Braziliense*, onde se criticava com talento toda a marcha da política portuguesa e todos os processos da sua administração. Em Portugal, a Regência, mais realista do que o Rei vedava esse periódico, que no Rio era Dom João VI o primeiro a ler com assiduidade. (1945, p. 18).

Essa influência, a qual se refere Oliveira Lima, era sentida nos mais diversos âmbitos da Colônia: desde D. João VI, seu filho Pedro, ministros, intelectuais liam com avidez a interpretação dos fatos estrangeiros e nacionais elaborados pela pena de Hipólito. Como estar a par dos acontecimentos europeus e os da Corte Portuguesa senão por intermédio do *Correio*? Quem manteria uma linguagem polida, de nível elevado mesmo quando se dirigia a uma ofensa de um inimigo? Quem, com tamanha propriedade e lucidez, apontou caminhos ao Brasil quando este se achava numa encruzilhada histórica? O *Correio*, nesse processo de separação, foi o norte, mesmo ao, num primeiro momento, ser explicitamente contra o divórcio que oporia Brasil e Portugal.

4. 3.2. As idéias e a influência do *Correio Braziliense* no processo de independência

Sem dúvida alguma, o maior destaque na imprensa brasileira nas duas primeiras décadas do século XIX cabe ao *Correio Braziliense*. A historiografia nacional tem

afirmado, em uníssono, a condição que gozou de folha que mais promoveu a agitação doutrinária em tempos da independência do Brasil ao defender as idéias que acreditava serem as mais corretas para o seu tempo e que deveriam ser apresentadas e discutidas entre os brasileiros, justamente num momento favorável a se intentar mudanças nas relações entre a Metrópole e Colônia.

A liberdade de imprensa, no entendimento de Hipólito, era a condição para toda liberdade cívica e política, fato que justificava a luta do *Correio Braziliense* em mostrar as vantagens de uma imprensa sem censura. Além do sentido político-pedagógico, o *Correio*, também, apresentava uma dimensão utilitarista.

Como averigua João Pedro Rosa Ferreira (2002, p. 391), o aspecto de utilidade do jornal tinha a influência das idéias de Hume e Adam Smith, evidenciado, por exemplo, ao enfatizar a importância da imprensa na divulgação das notícias mercantis, necessárias diante das relações comerciais entre Portugal e Inglaterra⁵². Tal era a importância atribuída a imprensa que Hipólito afirmava que “a Inglaterra deve toda a sua energia pública, todo o seu caráter nacional, à liberdade da imprensa” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 22, p. 108).

Defensor da unidade nacional, confiava que o Brasil alcançaria desenvolvimento material semelhante ao das nações mais prósperas se fossem introduzidas medidas governamentais tais quais vigoravam no centro da riqueza mundial. Esse desejo norteou seus escritos, por isso, desde os primeiros números do jornal, preocupou-se em demonstrar quais eram essas medidas. Seu discurso em prol da modernização do Brasil concatenava-se aos interesses da burguesia internacional, cujas exigências incluíam mudanças na estrutura política e econômica das colônias ultramarinas a fim de que se adequassem, substancialmente, à forma de ser da sociedade burguesa. Certo de que o Brasil estava fadado a ser um grande império, escreveu em maio de 1811:

A fundação do Império do Brasil, ainda que sucedeu nesta época, pelas causas violentas que todos sabemos, tais são as circunstâncias, que há uma

⁵² Em 1818, Hipólito ainda insistia na falta de novos regulamentos relativos ao comércio do Brasil e Portugal, consequência da ignorância política dos ministros que governavam: “[...] havendo decorrido quase dez anos, depois que a Corte se mudou para o Brasil, e se facultou ali o comércio com os estrangeiros, havendo, depois da paz, aparecido os regulamentos comerciais da maior parte das potências marítimas da Europa e da América; parecia-nos que haviam os ministros do Rio de Janeiro tido tempo bastante para pensar, e exemplos numerosos para imitar, na compilação dos regulamentos comerciais tão necessários à prosperidade da nação” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 21, p. 315).

infinidade de facilidades para tornar aquele país um dos mais poderosos e felizes, que existam sobre a face de terra. Mas antes de lançar mão da conjuntura favorável, é preciso que no Brasil se apliquem a remover os obstáculos opostos a essa felicidade; sem o que não só é impossível elevar aquele país ao estado de grandeza de que é suscetível, mas nem ainda se poderá fazer gozar àqueles povos grau algum de felicidade. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 566).

Seu projeto de melhorias para o Brasil era amplo, não se limitando apenas a apontar os problemas que mais se destacavam naquele início de século. Almejava um conjunto de reformas graduais, já que “[...] quanto mais graduais forem às reformas, consultando sempre o gênio do tempo, as circunstâncias e o caráter dos povos, tanto mais é de esperar que as reformas produzam um bem permanente” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 23, p. 168).

Ferreira (2002, p. 397) ressalta que seus planos de reforma administrativa para o Brasil, o fim do monopólio político e econômico, o incentivo à indústria e imigração e liberdade de imprensa incluíam, também, “[...] um projeto de pauta alfandegária [...]; a liberdade da propriedade agrária e o fim dos constrangimentos corporativos nas atividades industriais, o apelo à dinamização do associativismo rural e comercial [...]”.

Ao dizer que a burguesia era “[...] a classe de cidadãos mais útil ao Governo, e mais interessante ao Estado do Brasil” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001 v. 6, p. 435), Hipólito não fez outra coisa senão confirmar a necessidade de arrancar a aristocracia do poder, nas colônias sobrevivendo em seus últimos estertores, além de se implantarem práticas comerciais e sociais mais propensas à forma de vida que já vigorava na Europa e se firmava inexoravelmente na América do Norte, em especial nos Estados Unidos.

Na Colônia a burguesia não se estruturara, ainda, como classe atuante, assim, o objetivo do *Correio Braziliense* definiu-se no sentido de cooperar para que a luta pelo fim do Antigo Regime refletisse na consciência dos brasileiros. Essa luta representava o avanço das relações burguesas e a consolidação de uma sociedade que não aceitava mais conviver com práticas sociais que estorvassem o seu desenvolvimento. O regime absolutista que, num determinado momento histórico, forneceu à burguesia condições para edificar sua dominação em inícios do século XIX, havia se tornado um entrave, um contrasenso em áreas extremamente ricas, fornecedoras da matéria-prima necessárias às manufaturas européias.

Nesse sentido, para que a monarquia absoluta liberasse a implantação de medidas desenvolvimentistas, era-lhe cobrado agir contrariamente aos interesses de seus membros diletos, a aristocracia. Esse movimento é fundamentalmente importante ao debate teórico que o *Correio* enseja: primeiro, porque expõe a relatividade dos empreendimentos humanos, ou seja, os homens produzem respostas às suas necessidades imediatas, mas que não perduram eternamente. Em segundo plano, fica manifesto que, em determinados momentos, a conciliação entre as classes torna-se anacrônica, um entrave. Então, é chegada a hora em que a destruição completa das forças que um dia serviu aos interesses da classe vitoriosa se põe como inquestionável. É o movimento da história, célere, cobrando dos homens medidas que, no mais das vezes, custam-lhes muito cumprir ao sentirem-se arrancados de uma forma de vida até então natural e eterna.

A imprensa, nesse quadrante, tornou-se instrumento poderoso no desabrochar do debate proposto entre os que se colocavam como responsáveis em dar seguimento às mudanças necessárias na estrutura política da Colônia. As idéias de Hipólito, argutamente construídas, fizeram-no um agente das relações mais avançadas no Brasil. Assumiu o papel de intelectual a conduzir os homens em busca da felicidade geral. Na visão de Neves (2002, p. 60), os autores de jornais e panfletos na segunda década do século XIX viam na palavra escrita:

Uma fonte de poder capaz de produzir reformas e, ao divulgarem o ideário do liberalismo, por meio de uma *pedagogia* do constitucionalismo, forjaram o separatismo que, durante o ano de 1822, levaria ao rompimento entre o Brasil e a antiga metrópole. Mais importante, ainda, criaram as bases ideológicas sobre as quais posteriormente iria assentar-se o novo país.

Hipólito, sem sombra de dúvida, protagonizou o papel de porta-voz das idéias liberais num momento em que as condições políticas não eram apropriadas a essa divulgação, da mesma forma, tornou-se um crítico constante dos governantes que insistiam em medidas nada favoráveis ao desenvolvimento do Brasil, mantendo a velha prática de governar e produzir fundada apenas nas atividades comerciais.

Longe da pátria, discutiu, livremente, os mais variados assuntos que se relacionavam ou não, de modo direto, à causa do Brasil, mas priorizou os temas que abordavam mais enfaticamente a realidade vivenciada pelos naturais da colônia.

Porque é moralmente impossível que um país como o Brasil, crescendo todos os dias em gente, e em civilização, a ponto de constituir já uma grande nação, possa sofrer a continuação do sistema de governo militar, e das instituições coloniais, que se estabeleceram quando as suas povoações eram meros presídios, ou dispersas plantações d'algodão [...] logo o remédio único seria atalhar as suas causas, mudando a forma de Administração, como mil vezes temos recomendado, e atestam as páginas de nosso periódico. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 18, p. 557-558)

Com o objetivo claro de instruir os brasileiros para a nova época, atribuiu ao seu jornal significado outro além daquele inerente à sua natureza: a variedade de temas que ofertava a seus leitores, a clareza com que discutia os acontecimentos deu ao *Correio Braziliense* um conteúdo pedagógico de rara grandeza.

A publicação de tudo quanto interessasse ao povo, – orçamentos, contas do tesouro, estudos e planos sobre medidas administrativas, peças oficiais, documentos, correspondências, doutrinas, informações, acontecimentos, novidades úteis, literatura –, foi a grande constante da ação jornalística de Hipólito. Verberando as peias à imprensa, não apenas em Portugal, mas em diversos países da Europa, frisava que era julgando por si dos negócios públicos que os homens adquiriam a energia do espírito capaz de levá-los a aspirar à fama e, para obtê-la, a praticar serviços assinalados. Nada o tanto mais animava do que a leitura dos sucessos do mundo insertos nas obras periódicas políticas. A sua aceitação e multiplicação trariam incalculáveis vantagens ao adiantamento da civilização do Brasil. (RIZZINI, 1957, p. 161).

Ao discutir os acontecimentos da época, não poupava críticas aos autores que classificava serem vitupérios, sem se preocupar com a repercussão negativa que teriam no âmbito do poder português. Tratava-se de cumprir sua jornada histórica, mostrando como a política de Portugal havia envelhecido e não se dera conta desse processo, de registrar os fatos coerentemente porque cria que seus escritos poderiam algum dia “servir de elementos da história” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 6, p. 433).

No *Correio Braziliense*, conseguiu expor seus projetos para o progresso do Brasil, suas idéias, enfim, uma visão desenvolvimentista em muito elaborada pelo fato de se encontrar no país que julgava modelo de prosperidade. A Inglaterra, juntamente com a França, era de fato um centro irradiador do pensamento liberal. Jamais lhe seria permitido escrever com tanta perspicácia se estivesse em Portugal ou no Brasil. Da Inglaterra, conseguia “[...] à sombra de suas sábias leis, dizer verdades, que é necessário que se

publiquem, para confusão dos maus, e escarmento dos vindouros” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 4, p. 211).

Entretanto, apesar das mais variadas objeções encontradas naquele início de século, não desistiu de sua obra, de “[...] mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro” (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 1, p. 3), utilizando a imprensa como arma no combate às práticas que subjugavam Portugal e Brasil, incitando os brasileiros a não permitirem aos portugueses que os governassem ao sabor dos seus interesses, cujos planos se voltavam a recolonizá-lo, derriçando de vez os avanços políticos conquistados quando da chegada da família real.

Para Novais e Mota (1996, p. 37) “[...] o ano de 1820 é decisivo para o encaminhamento do processo de independência do Brasil”. A permanência da família real e da Corte nas duas primeiras décadas do século XIX, além da conta para os portugueses que ficaram na Metrópole e solicitavam o retorno imediato do Rei, lentamente prepararam o terreno para as mudanças que haviam de se realizar quando o já frágil tecido das contradições entre os interesses reinóis e dos brasileiros se esgarçaram completamente. Segundo os autores acima citados, não foram apenas os conflitos internos ao relacionamento entre as duas realidades que adiantaram um despertar historicamente traçado.

Na medida em que a burguesia mundialmente atuante avançava por todos os cantos do globo e, neles, imprimia a sua marca, os portugueses viam reduzidas as suas chances de continuarem impávidos no exercício do poder na sua possessão maior. Não somente os brasileiros reivindicavam atuação na esfera do governo, mas os portugueses, na sua maioria, exigiam do monarca a diminuição de qualquer tipo de influência que os brasileiros pudessem exercer. Era uma luta insana que, à primeira vista, parecia se mover puramente pelos interesses domésticos.

Nestas condições, é compreensível que a política e administração portuguesas com relação ao Brasil, caracterizadas até então pela ignorância completa de seus interesses próprios, e dominadas unicamente por influências metropolitanas, pendessem agora mais para a colônia. Assim se verifica efetivamente, pois ao mesmo tempo que vemos os interesses portugueses ao abandono (como se deu no citado exemplo das tarifas alfandegárias), os brasileiros eram tratados com atenção. No terreno econômico, sucedem-se as medidas que não somente libertam a colônia dos entraves que três séculos de sujeição tinham acumulado em oposição ao seu livre desenvolvimento (entre outras a revogação da lei que proíbe as

manufaturas), como também as que procuram estimular as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 131).

Contudo, a situação política de Portugal há muito tempo se apoiava ora na aliança com franceses, ora na ajuda do governo inglês. O que estava em questão nessa disputa os portugueses bem o sabiam: tratava-se de ver quem teria o predomínio insofismável no manejo e comércio das riquezas brasileiras, portanto, essa questão não se circunscrevia à relação Brasil e Metrópole, mas se principiava nos ditames de uma forma de produzir cuja ampliação da área de exploração de riquezas e de mercados era a mola mestra de sua sobrevivência.

4.3.3. A Revolução do Porto e o *Correio Braziliense*

A reivindicação de 1817 desencadeou a Revolta Constitucionalista do Porto em 24 de agosto de 1820, data em que ocorreu um pronunciamento militar, levando ao público uma proclamação que convocava os portugueses a reconhecê-la. Na ocasião, foi formada uma Junta Provisional do Governo, denominada como Governo Supremo do Reino, exigindo a volta de D. João VI a Portugal. A burguesia mercantil portuguesa intentava “[...] reaver sua vantajosa posição político-econômica em relação ao Brasil, a qual vinha sendo reivindicada desde 1808 e, fundamentalmente, a partir de 1815, quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino” (SILVA, 1999, p. 143).

Portugal, ao ver seus negócios prejudicados com a presença estrangeira no comércio brasileiro depois da abertura dos portos e dos Tratados de 1810, rotulados por Hipólito como “[...] a pedra de escândalo, assim como perene fonte de miséria à nação portuguesa” (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 25, p. 559), tentou, inutilmente, reconquistar os privilégios perdidos na esperança vã de voltar a submeter o Brasil ao ordenamento estabelecido pelas cortes, contrariando o rumo histórico imprimido às determinações políticas e econômicas, inclusive com o auxílio providencial da família real e da Corte ao aportarem ambas em terras brasileiras.

O espírito renovador perpetrado pela Revolta do Porto se estendeu ao Brasil, motivando a propagação de jornais no país, sobretudo depois que D. Pedro I, em agosto de

1821 declarou livre a imprensa⁵³. Na medida em que a Corte portuguesa tentava encaminhar sua política de re-colonização do Brasil, crescia entre os liberais brasileiros a campanha contra os decretos das Cortes com pleno apoio da imprensa da época.

Poucos, porém, conseguiram continuar com a empreitada de editarem periódicos quando a discussão em pauta era a independência política do Brasil. Seus fundadores foram envolvidos pela empolgação do momento. Fato comprovado pelos vários escritos que não duraram mais do que dois ou três meses e depois desapareceram⁵⁴: “[...] quase todos os jornais do período que vai da partida do rei, em abril de 1821, à dissolução da Assembléia, em novembro de 1823, tiveram vida efêmera” (LUSTOSA, 2000, p. 28). Para Neves (2002, p. 49),

Por efeito da chamada Revolução do Porto de 1820, o movimento, no Rio de Janeiro de 26 de fevereiro de 1821, assim como outros semelhantes em algumas províncias, colocou em circulação, de maneira inédita no Brasil, idéias liberais e constitucionais, que logo foram divulgadas por meio de uma espantosa quantidade de jornais e panfletos. Alguns chegavam de Lisboa, outros passaram a imprimir-se no Rio de Janeiro e na Bahia, gerando um intenso debate também no Pará, no Maranhão, em Pernambuco e em outros locais de menor expressão [...]. De caráter didático e polêmico, os panfletos mantinham-se anônimos por causa da censura, mas, escritos sob a forma de comentários aos fatos recentes, ou de discussões sobre as grandes questões do momento traduziam em linguagem acessível os temas fundamentais do constitucionalismo, que constituíam a principal bandeira do momento.

Há que se notar alguns jornalistas que se destacaram com seus escritos: Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) e Joaquim Gonçalves Ledo, responsáveis pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*⁵⁵. Circulou de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, sendo considerado o primeiro jornal politicamente independente que se publicava no Rio

⁵³ Até 1821, circularam no país oito jornais, considerados mais importantes: dois em Pernambuco (*Aurora Pernambucana* e *O Segarrega*); três na Bahia (*Idade D'Ouro*, *Semanário Cívico* e *Diário Constitucional*) e três no Rio de Janeiro (*Gazeta do Rio de Janeiro*, *Amigo do Rei e da Nação* e *O Conciliador*). (SODRÉ, 1966).

⁵⁴ Rizzini (1957, p. 165-167) apresenta o nome de alguns jornais que pouco circularam no Brasil. Entre eles: *O Paraense*, de Felipe Alberto Patroni e Batista Camecran, abril a maio de 1822; *A Palmatória*, do Pe. Tézinho, março a junho de 1822; *O Volantim*, folha diária, com anúncios grátis, setembro e outubro de 1822, etc. Lima Sobrinho (1973, p. 13) relata que, ao tempo da independência, novos jornais tentaram fazer a campanha em prol da emancipação política do Brasil. Um deles era o *Regulador Brasílico-Luso*, que depois passou a se chamar *Regulador Brasileiro* e era redigido por frei Francisco de Santa Teresa e por Antonio José da Silva Loureiro. A existência do jornal não durou mais do que seis meses.

⁵⁵ Januário da Cunha Barbosa contribuiu para reunir, no Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais criando uma sociedade literária modelada pela Academia das Ciências de Lisboa, impedida, no entanto, de funcionar devido à agitação política, sendo de relevante importância o papel da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (MARTINS, 1977, p. 134). Sociedade inaugurada em outubro de 1827. Barbosa e Ledo foram responsáveis pela liderança de representação para a convocação do Conselho de Procuradores.

de Janeiro naquele período: “Independente porque, ao contrário dos jornais surgidos no primeiro semestre daquele ano, os redatores do *Revérbero* não estavam comprometidos de forma alguma com o governo” (LUSTOSA, 2000, p. 122). Sodré (1966, p. 67) também é da mesma opinião ao considerá-lo

[...] o órgão doutrinário da facção democrática, na fase da proclamação da Independência, que publicava notícias extraídas de jornais de Lisboa, Paris e Londres, entre eles, o *Correio Braziliense*. As idéias do *Revérbero Constitucional Fluminense* se contrapunham aos interesses lusos, como os que o *Seminário Cívico da Bahia* incorporava. Os redatores do *Revérbero* resguardavam o projeto de uma monarquia constitucional na sua forma representativa, cuja independência seria inevitável, mas a emancipação política que desejavam não romperia definitivamente com os laços de Portugal.

Logo depois do *Revérbero Constitucional*, surgiu *A Malagueta* de Luís Augusto May⁵⁶. O jornal teve quatro fases: a de 18 de dezembro de 1821 a 5 de junho de 1822; a segunda, correspondendo aos números extraordinários que saíram no período de 31 de julho de 1822 e 10 de julho de 1824; a terceira, de 19 de setembro de 1828 a 28 de agosto de 1829; e a quarta, de 2 de janeiro de 1831 a 31 de março de 1832 (SODRÉ, 1966, p. 71).

Luís Augusto May colocou-se contra a decisão de fazer retornar o Príncipe Regente a Portugal, sustentando sua posição diante dos acontecimentos ao proteger a causa brasileira “[...] apesar do caráter doutrinário do jornal e de sua linguagem muito menos corrosiva do que o comum do tempo, o que pode ser facilmente constatado, ainda em confronto com a dos órgãos da imprensa áulica, em que a virulência era normal, teve de suspender a circulação, em junho de 1822” (SODRÉ, 1966, p. 72).

Cipriano Barata (1764-1838), redator da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, representava, também, a imprensa liberal do jornalismo brasileiro do período de 1820⁵⁷. Tipo de jornalismo que teve seqüência depois da independência com a publicação de pasquins e periódicos que seguiam essa doutrina. Destaque para o jornal de

⁵⁶ Luís Augusto May (1782-1850), antigo militar, depois funcionário português, chegou ao Brasil em 1815 (SODRÉ, 1966, p. 70-71).

⁵⁷ Cipriano Barata possuía vários livros proibidos no Brasil, entre os quais a *História das Revoluções Acontecidas no Governo da República Romana*, as *Recreações Filosóficas*, a *Tragédia Bourgeoise*, o *Fragment de la Histoire Romaine* e as obras de Condillac. (MARTINS, 1977-78, p. 3). A série *Sentinelas* de Cipriano Barata passou a circular em abril de 1822, de tendência republicana, influência das idéias libertárias espalhadas pela Revolução Francesa.

autoria de Evaristo da Veiga⁵⁸. Defensor das idéias liberais, na sua forma moderada, portanto, defensor da liberdade e da independência nacional, acreditava na monarquia constitucional, opondo-se à instalação da República. Dirigiu a *Aurora Fluminense* “[...] com uma notável lucidez, uma firmeza incorruptível e uma coragem varonil [...]. O papel de Evaristo da Veiga foi, nesse episódio, tão importante como o de Hipólito da Costa na luta pela Independência” (AZEVEDO, 1996, p. 321). Sobre ele, Antônio Cândido (1975, p. 261) anota que:

No apego à constituição foi realmente admirável: é o fundamento da sua atividade e das suas convicções, a expressão da sua crença na necessidade do ‘pacto-social’. Não via outra bússola para a nação recém-criada, nem outro meio de instituir a pauta da razão em face dos movimentos irregulares da sociedade em mudança. Daí ser um monarquista de cabeça, que não trepidou em derrubar o monarca no momento em que este pôs em perigo o funcionamento do governo representativo; e continuou não obstante apegado ao princípio da monarquia, como a um recurso de garantia constitucional. A aplicação correta da constituição era a ordem, a unidade, o progresso, e a presença de um soberano hereditário lhe parecia favorecê-los.

Percebe-se que os ideais defendidos por Hipólito foram compartilhados por outros jornalistas em momento posterior, apesar de suas particularidades, por ser a conjuntura, política diferente. No entanto, a imprensa brasileira continuou exercendo sua função de esclarecer o público e formá-los para os pleitos da época, ora defendendo os interesses brasileiros, ora afastando-se das idéias mais avançadas na busca de perpetuar a prática conservadora.

Para que a nova constituinte portuguesa a ser formulada lograsse sucesso, Hipólito ponderava ser de suma importância dois aspectos: a discussão deveria ser pública, para que todos pudessem acompanhar as medidas das Cortes e que fosse garantida a liberdade de imprensa.

Se não forem públicos os debates das Cortes, na organização da Constituição, nem a imprensa assaz livre, os homens de capacidade, que podem ajudar com seus votos os Deputados das Cortes, não saberão quais os

⁵⁸ Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1836) foi livreiro, jornalista e político, fundou e dirigiu o jornal *A Aurora Fluminense*. Circulou no Brasil entre 1827 a 1835, em período de extrema agitação, no qual não se discutia mais a emancipação política do país, mas a sua organização se deu pelos interesses de vários grupos políticos. Antes de se dedicar à carreira jornalística propriamente dita, já se posicionava diante dos acontecimentos que afligiam a nação. Quando dos insultos de portugueses a respeito do Brasil nos momentos anteriores à separação de Portugal e Brasil, Evaristo da Veiga, então com 22 anos, defendeu o Brasil ressaltando as vantagens do país em relação a Portugal (RODRIGUES, 1975, v. 1, p. 166).

pontos em discussão, para os elucidarem com seus argumentos; e se os debates forem públicos, mas a imprensa maniatada, não é possível que aja meio eficaz de se comunicarem aos Deputados, os erros que se lhes notarem, para que eles os remedeiem. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 26, p. 64-65).

A preocupação de Hipólito com uma imprensa aberta estava ligada ao fato de que uma constituição liberal só seria proclamada se ao povo fosse permitido expressar-se livremente. As restrições que fazia se explicam em razão de deputados que demonstravam o mínimo comprometimento público, com interesse apenas na ocultação de seus planos, colocando obstáculos à atuação da imprensa, sabedores que eram da influência que ela poderia causar se publicados, na íntegra, os debates da constituinte, muitas vezes desprovidos de importância com os interesses da população.

A luta do *Correio Braziliense* não cessou com as diretrizes liberais defendidas na Revolta do Porto, porque, reunidos para elaborar a constituição portuguesa, alguns deputados apresentavam opiniões contrárias quando o assunto era a liberdade de imprensa. Na 8ª sessão das Cortes – 5 de fevereiro de 1821 – essa questão teve o primeiro registro, mas sem maiores comentários esclarecedores. O mesmo se repetiu na 10ª, 11ª e 13ª sessões. Na 15ª reunião, realizada no dia 13 do mesmo mês, foi mais detalhada e com deputados favoráveis a ela, mas que queriam a censura prévia em assuntos referentes à religião.

A lei que a permitiu data de 9 de maio de 1821 e definia que “todo cidadão podia, a partir de então, sem depender de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que respondesse pelo abuso dessa liberdade nos casos e na forma determinados pela lei” (LUSTOSA, 2000, p.105-106). Essa disposição legal significou, no entanto, que o fim da censura prévia não se traduzia na livre circulação da escrita, na medida em que outros mecanismos foram acionados para restringir o trabalho dos jornalistas atarefados em esclarecer a sociedade sobre os acontecimentos políticos tal qual eles aconteciam, mesmo depois da declaração das cortes portuguesas liberais.

A situação de dubiedade da censura foi criticada duramente no *Correio Braziliense*. Ali, defendeu-se a idéia de que os limites impostos à ação da imprensa se transmudavam em “lei para restringir a liberdade de imprensa”, porque as penalidades seriam aplicadas severamente caso se publicasse algum conteúdo proibido e eram esses os temas que justamente despertavam o interesse da população, particularmente quando debatiam os

problemas que infestavam o Brasil. Hipólito argumentava que o primeiro passo dado rumo ao desenvolvimento passava pela livre expressão e que cabia às nações dotadas de espírito progressista perceberem a relação entre liberdade e desenvolvimento.

[...] sempre diremos, que se o melhoramento nos costumes é capaz de fazer a nação mais apta para maior grau de liberdade; nunca esse melhoramento chegará, enquanto não for livre a discussão pública, quaisquer que sejam os seus inconvenientes; porque a história demonstra, como regra invariável, que à proporção que as nações, que já eram livres, perderam a franqueza de discutir sobre o caráter das medidas e dos homens públicos, a liberdade decaiu; e nas nações sujeitas a governos despóticos, nunca a liberdade, adquirida por algum acidente, se pode conservar, quando essa discussão não foi permitida. Resta-nos, pois desejar, que por algum outro meio, que na verdade nos é desconhecido ao presente, os costumes da nação Portuguesa possam melhorar a ponto de merecerem de seus Legisladores a liberdade de exprimir suas opiniões nos negócios públicos, que em outros países tem feito a base da felicidade nacional. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 26, p. 666).

A regra que agia em favor da censura prévia seria concedida “[...] contanto que se escrevesse a favor dos que governavam e nada contra” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 27, p. 168). Essa medida contrariava a idéia de liberdade constitucional, valendo inclusive para o Brasil que, após o fim da censura prévia submetia os redatores a constante ameaça de terem processo em justiça. Questão sobre qual a *Correio* avisava:

É preciso, pois, que no Brasil se desenganem, e não olhem como um bem, aquilo que é na realidade um mal. A liberdade de imprensa com tais empecilhos não pode produzir nenhum bem, porque ninguém se atreverá a escrever ali, tendo diante dos olhos a probabilidade de lhe armarem um processo, cuja decisão em última instância seja obrigado a vir buscar a Lisboa. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 28, p. 578).

A partir de 1821, quando a discussão sobre a independência se intensificou, Hipólito percebeu a necessidade de instruir os brasileiros com mais ênfase sobre as questões da época. Até então, a Metrópole e a elite brasileira não se interessavam pela erradicação da lei que proibia a liberdade de expressão. Mas, frente à ameaça da Corte portuguesa em fazer o Brasil retornar à antiga situação de colônia e restabelecer o sistema de monopólios, ficou evidente que era preciso despertar a opinião pública para os problemas que envolviam a separação de Portugal e Brasil.

Despertar a opinião pública exigia que aos homens fossem dados os meios de se declararem por meio da imprensa sem censura. Essa nova necessidade – para o Brasil – fica demonstrada com a fundação de gazetas ou a redação de folhetins políticos por inúmeros cidadãos contrários, na sua maioria, ao jugo português. A imprensa se tornou, portanto, um meio de luta muito mais eficiente que a tribuna. De 1821 até 1823, o objetivo em “influir sobre a opinião do príncipe, do ministério, da elite, do povo” (LUSTOSA, 2000, p. 26) foi conquistado. Para Lustosa (2000, p. 63),

O vigor com que a imprensa participou e conduziu os debates das questões definidoras do regime que seria adotado, a efetiva ação de seus jornalistas no processo político em evolução, encontrou seu lugar num contexto onde o que predominava era a identificação das formas que assumiria o regime político que se estava fundando. Para o nascente Estado brasileiro, tudo era novo e estava por se fazer, até mesmo o soberano.

A discussão política, a partir de 1821, distanciou-se do espírito liberalizante da burguesia européia. No Brasil, a aristocracia rural conduzia a elite, dita intelectualizada, a instar pela manutenção do controle social, destruindo apenas o pacto colonial. Mudar a organização do trabalho, por exemplo, não se constituía em necessidade frente às condições do Brasil que, num curto prazo, não poderia instituir o trabalho livre.

Em suma, Hipólito defendia o pleno desenvolvimento das forças produtivas sociais ancoradas no modelo da burguesia inglesa. Lutou pela liberdade política e de expressão para que as “luzes” fossem difundidas na pátria distante. Esse era, a seu ver, bem ao estilo do credo iluminista, o único meio suficientemente capaz de levar homens tão apartados da civilização a empreenderem relações sociais mais desenvolvidas, colocando em prática as mudanças que os novos tempos exigiam.

A imprensa propugnada por Hipólito antevia a divulgação livre das idéias, muito mais do que a simples circulação dos escritos, até por que “só existe imprensa livre quando o povo é livre, imprensa independente, em nação independente” (SODRÉ, 1966, p. 9), ou seja, a imprensa somente seria livre quando as alterações na estrutura político-econômica do Brasil se efetivassem.

Portanto, a imprensa inserida no contexto de discussão sobre a constituição do Estado Nacional desempenhou importante papel educativo ao conceber homens adequados às novas postulações do sistema em vigor. Não se pensava em instruir esses homens com

qualquer saber, mas com os saberes mais avançados na época: o pensamento liberal, ainda pouco disseminado no Brasil. O *Correio Braziliense*, escrito longe da censura, tentou influenciar os nacionais ao transmitir-lhes os ideais liberalizantes apesar de que, naquele momento, não se cogitasse, ainda, a separação entre Metrópole e Colônia, até porque “[...] não é fácil que uma nação entenda de um golpe o que é liberdade, e menos o modo de usar dela” (2003, v. 17, p. 168).

Nesse sentido, o *Correio Braziliense* revelava clareza sobre os passos que a compreensão sobre a liberdade exigia para se tornar visão corrente: primeiramente, era necessário educar os homens para que agissem a seu favor e que, ao mesmo tempo, criassem os meios para assegurá-la. Na sua opinião, um governo sábio, bem instruído politicamente, somente seria realidade decretando-se o fim dos entraves que dificultavam a presença da imprensa.

[...] quando se põem obstáculos e entraves ao progresso, e propagação das ciências, devem ficar tão raros os homens sábios, que quando o Governo precisa deles, de repente, não os acha, e vê-se obrigado ou a lançar mão de um homem instruído, mas sem boa moral; ou de um homem bom, mas estúpido, ou ignorante, e quanto menor é o número de gente instruída, menor probabilidade há de que o Estado seja servido por homens virtuosos e Sábios (2001, v. 1, p. 393-394).

Hipólito encerrou seus escritos em dezembro de 1822, com a certeza de ter contribuído sobremaneira para as mudanças que acabavam de acontecer no Brasil com a independência política. “Ao conformar-se a independência do Brasil, Hipólito estava dando por encerrada sua missão de informador crítico e de defensor da liberdade de imprensa no Brasil” (ALMEIDA, 2002, p. 355)⁵⁹. Nesse último número do *Correio Braziliense*, esclarecia ao público que não precisava mais escrever de tão longe se no Brasil já havia liberdade de imprensa.

Este periódico, destinado sempre a tratar como objeto primeiro dos negócios relativos ao Brasil, tem há alguns meses sido quase exclusivamente ocupado com os sucessos daquele país, ou com os de Portugal, que lhe diziam respeito; e os acontecimentos últimos do Brasil fazem desnecessário ao redator, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país; quando a liberdade da imprensa nele, e as muitas gazetas, que se

⁵⁹ Em fevereiro de 1823, Hipólito da Costa recebeu o convite de José Bonifácio para ocupar o cargo de cônsul do Brasil na Inglaterra. Convite que foi aceito, mas que não chegou a exercê-lo, porque, a 11 de setembro de 1823, Hipólito da Costa faleceu e sua nomeação só foi assinada em 16 de setembro.

publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho d'antes necessário. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 623).

Num dos últimos artigos publicados, Projeto de Constituição Política do Brasil, Hipólito não esqueceu de mencionar o assunto. No artigo 46, afirmava: “que se não impeça a faculdade de pensar, ou de publicar os pensamentos por palavra ou por escrito, salvas as calúnias” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 379). Conquistada a separação política, o que o editor do *Correio* não previa como apropriado aos reinos, restava apontar aos brasileiros a direção que deveriam ser tomadas em nome da manutenção de um estado de liberdade. Um dos mais importantes itens se referia ao poder limitado do rei. Caberia ao Conselho de Estado uma gama de atribuições antes inerentes ao Soberano, entre elas “rever e aprovar ou rejeitar as leis” que seriam propostas na Casa dos Representantes (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 376-377).

O ideal de nação desenvolvido nas páginas do *Correio* expressa o quadro vivenciado pelo século XIX em parte da Europa, em que o progresso material já se tornara realidade em muitos países. Hipólito fiava na capacidade do Brasil partilhar, em condições razoáveis, dessa riqueza. Para isso, bastava espalhar os conhecimentos acumulados até então, princípio ordenado pelo século das luzes, momento em que a revolução social destruiu as relações sociais obsoletas. A idéia de progresso que permeia seus escritos é um indicativo de que as condições necessárias para o desenvolvimento material foram apreendidas pelo pensamento, fruto de uma vontade férrea em modificar a realidade existente.

Neste sentido, o *Correio Braziliense* teve importante papel frente à massa ignorante do povo brasileiro, cujo estado era incompatível com os interesses das forças produtivas burguesas: “Foi por intermédio do *Braziliense* que circularam, no Reino e no Domínio americano, observações, ensaios, concepções, e também fatos, de sumo interesse para a compreensão do envolvimento mental e espiritual do mundo, por outras vias inacessíveis” (RIZZINI, 1957, p. 137).

Ao demonstrar a necessidade de dar fim ao trabalho escravo, questão tratada amiúde nas páginas do *Correio Braziliense*, Hipólito apontou a luta enfrentada pela burguesia internacional para a manutenção da predominância de suas forças. Tal fato faz sobressair o empenho que teve na explicitação dos problemas brasileiros, como também

apontar medidas que, se adotadas, poderiam resolver os entraves deixados pelo período de colonização.

A burguesia internacional via a escravidão como prática incompatível ao desenvolvimento do capitalismo. A aristocracia rural brasileira via a abolição da escravatura, mesmo que lenta e gradual, como a ruína da Colônia e, depois, do próprio império. Esse pensamento manifesta a posição de uma época histórica no Brasil em que não se cogitava a instalação de manufaturas: e “para a aristocracia rural a escravidão era natural e a produção da riqueza só se daria pela agricultura agregada à exploração do trabalho escravo” (CINQUE; PERIOTTO, 2005, p. 51).

Primeiro brasileiro a se posicionar publicamente contra o tráfico de escravos foi Hipólito. Visava a formação de indivíduos capazes de compreender que a escravidão impedia o desenvolvimento do Brasil, embora as condições materiais não cogitassem uma transformação na estrutura econômica:

Acabar com a escravidão de pronto não seria tarefa recomendável, admitia Hipólito. Primeiramente, era necessário instruir os homens no reconhecimento dos malefícios do sistema escravista, ou seja, era preciso mostrar aos indivíduos que o trabalho livre era a melhor alternativa. (CINQUE; PERIOTTO, 2005, p. 51).

Maciel da Costa (1988, p. 14) assevera que “[...] prejuízos nacionais não se destroem com a força, senão com as luzes”. É nesse contexto que:

Hipólito da Costa, ao perceber o grande progresso inglês, sentiu-se na obrigação de levar aos brasileiros os mesmos conhecimentos para que reformulassem sua visão a respeito da escravidão, pois pouco valia a introdução de estrangeiros diante de uma massa de escravos. (CINQUE; PERIOTTO, 2005, p. 52).

A assimilação das luzes da ciência, apregoadas por sua gazeta, levaria a se pensar na construção da nação desancorada do trabalho escravo. Esse era um dos combates que a elite brasileira afrontara décadas após, mas só o faria no momento em que percebesse a inadequação de suas práticas sociais frente aos objetivos da burguesia internacional. Visto assim, pode-se afirmar quão grande foi a ação educativa do primeiro jornal brasileiro. Hipólito se admirava que mesmo com a imprensa atuante no Brasil, praticamente não se

discutia o problema da escravidão. Assim se referiu no penúltimo artigo publicado no *Correio* em novembro de 1822:

[...] este mal, no Brasil; só se deve remediar gradualmente e com muita prudência, declaramos ao mesmo tempo, que os brasileiros devem escolher, entre terem Constituição política duradoura, sem escravatura; ou que lhes provém, sendo a sua pátria sujeita ao despotismo. Não achamos meio termo nesta alternativa, e por isso não admiramos, depois que a imprensa é livre no Brasil não tenha havido quem examine esta questão, iluminando o público, e fazendo entrar os povos no conhecimento dos interesses, que tão importante matéria envolve. Agora é o tempo de começar. Mas tratamos só do começo, e mesmo para isso chamamos da boa razão a pena dos escritores no Brasil; porque, não basta que o governo obre segundo o que é conforme aos interesses da nação, é ademais necessário, que o povo esteja persuadido, que isso assim é realmente; para isto é que se requerem os serviços daqueles homens, que se acham em situação de dirigir a opinião pública; e os que nisso se empregarem, farão assim um relevante e essencial serviço a sua Pátria (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 577).

Uma reforma na realidade brasileira exigia dos homens disposição para perceber as alterações que se faziam mister, como também o melhor caminho para concretizá-las. Essa compreensão evidencia que a formação dos governantes estava imbricada a um tipo de educação recomendada ao exercício do poder.

[...] do governo depende a introdução de úteis medidas, mas a sua realização depende em grande parte dos executores, que são os instrumentos, e principalmente do gênio e aptidão dos povos; porque sem a concorrência destas circunstâncias se tornarão inúteis todos os esforços do mais bem intencionado governo (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 23, p. 555).

A clarividência de Hipólito a respeito dessa questão levou-o a reivindicar, insistentemente, maior liberdade de expressão em todo território português. Ela era o ponto de partida para um empreendimento que se esperava coroado de êxito, qual seja, espargir os “conhecimentos úteis” que a “nova” Europa produzia com frenesi e que mal chegavam aos brasileiros. Por meio de qual outra forma teriam contato com as idéias do século se apenas uma pequena parcela da população tinha condições de atravessar o oceano e os que ficavam recebiam por educação ainda os ensinamentos da época dos jesuítas?

Eram tantas as indagações a respeito do que fazer pelo Brasil e como fazer, que a única certeza proclamada no *Correio Braziliense*, diuturnamente, era a de que o remédio se chamava educação. O caráter educativo ali presente não foi a de uma cartilha escolar, mas

foi, antes do mais, uma cartilha de educação política. Até o soberano recebeu indicações do significado de manter em evidência os que atrapalhavam o curso das reformas, que o movimento histórico das relações burguesas não tardariam a implementar.

[...] se um Príncipe que tem tantas qualidades boas como é S. A. R. o Príncipe Regente do Brasil, não fosse inteiramente iludido por homens de intenções sinistras, que sabem propor tudo com as cores às avessas, quando falam em segredo e sem temor de que lhe repliquem, S. A. R. refletiria na possibilidade de que este seu decreto fosse a causa de padecerem inocentes muitos dos seus vassallos. (CORREIO BRAZILIENSE, 2002, v. 10, p. 533).

Talvez um dos pontos mais controversos do pensamento de Hipólito esteja ligado ao fato de que não abriu mão, tão facilmente, de lutar pela unidade do reino e presença da monarquia, coisas que parecem tão opostas ao liberalismo. Ora, o liberalismo de Hipólito copiava o inglês, pacto entre a nobreza e burguesia, que, aos seus olhos, havia proporcionado a grandeza daquele reino. Portanto, cogitava para o Brasil o mesmíssimo modelo político, argumentando, para tal, que os brasileiros não possuíam ainda aquele conhecimento das lides políticas que os capacitassem, de imediato, a assumir o governo de estado.

No entanto, bastou a disposição irrefutável das Cortes portuguesas em fazer retorná-los à condição de Colônia, a decepção com “[...] deputados e homens públicos, de quem fazíamos tão bom conceito já pelo conhecimento pessoal que tínhamos de uns, já por amplas informações que tínhamos de outros” (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, p. 146) para mudar de posição, mas não provavelmente de opinião.

A grande torrente de sucessos, tendentes a separar a América de sua sujeição política à Europa, e as vastas consequências dessa separação são efeitos tão naturais, deduzidos das circunstâncias, e são tão irresistíveis, como os de um vulcão, ou a rotação dos cometas em torno das suas órbitas. (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 207).

[...] se os Brasileiros desejam esta mudança, esperamos, por amor do povo de Portugal, que ali tenham já assaz aprendido das nações vizinhas, para não as imitar, disputando direitos, que já não são questionáveis, nem opondo-se a uma força física, a que deve ser vão toda resistência. Se a América Setentrional se arrancou dos braços da Grã-Bretanha o que pode Portugal fazer, para reter por força as suas províncias do Brasil? (CORREIO BRAZILIENSE, 2003, v. 29, p. 209).

Finalmente, a separação vivificara, tal qual desejavam os brasileiros esperançosos, de conduzir os próprios negócios e também portugueses aliados. Essa tendência não era desprovida de motivos econômicos. Revela Caio Prado Júnior que, depois de 1815, fim do estado de guerra na Europa,

[...] já os interesses de boa parte de sua larga comitiva de fidalgos e funcionários estarão de tal forma ligados ao Brasil, que se formará entre eles um forte partido oposto ao retorno. O Reino europeu, empobrecido e devastado pela guerra, não oferecia mais grandes atrativos; sobretudo em contraste com a colônia, jovem, pujante e cheia de promessas tentadoras (1985, P. 130).

No dia 7 de setembro de 1822, Pedro, Príncipe Regente, cortou os laços que uniam Brasil e Portugal. A historiografia, até hoje, é controversa sobre essa atitude do herdeiro de D. João VI, se realmente havia pendido aos interesses dos brasileiros ou se foi uma separação de ocasião, um estratagema para acalmar os contendores e esperar o momento propício para voltar a unir os Reinos, como havia aconselhado seu pai antes de embarcar para Lisboa. Talvez essa questão fique em suspenso ainda por muitos anos, uma vez que os fatos subtraídos das correspondências que manteve com o pai apontam, apenas, para o terreno das interpretações variadas sobre o derradeiro ato do Príncipe, dado nas pretensões re-colonialistas de Portugal.

Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense* correspondem a um tempo em que as transformações eram apreendidas facilmente pelos indivíduos. Elas estavam na ordem do dia, tamanha a rapidez com que transmudavam a vida dos homens. O jornalista compreendeu o movimento e o explicou ao sabor das condições que conhecia, embora a realidade brasileira há muito lhe fugisse das vistas. Mas nem mesmo a distância o impediu de enxergar um Brasil tal qual ele era: rico e pobre, grande e diminuto, exuberante em natureza e pálido em ações políticas que o levassem ao esplendor das nações mais ricas.

Assim, a leitura que se fez do pensamento de Hipólito, embora aqui não pudesse ser apreciado na sua totalidade em função dos limites estabelecidos a este estudo, procurou explicitá-lo como educativo, na medida em que teve sempre por propósito guiar as decisões políticas que dariam prosseguimento à monarquia, quem sabe modificada em constitucional.

Em segundo lugar, a preocupação demonstrada, desde a Exposição de Princípios, de influir no pensamento da elite, apresentando-lhe os conteúdos avançados, abarrotados de idéias liberalizantes, incentivando-a a tomar em suas mãos as rédeas políticas e econômicas, a adotar medidas produtivas ancoradas nos avanços da ciência, a se constituir como classe diferente da nobreza anacrônica que, até então, imperara. Teve que contar, sem dúvida alguma, com o auxílio de instrumento potencialmente hábil no espargir desses ensinamentos, qual seja a imprensa.

O presumido desenvolvimento material, um sem número de vezes solicitado pelo *Correio*, qual seja, a liberação das forças produtivas sociais aprisionadas pelo pacto colonial, pôde contar com o auxílio inestimável da imprensa. Ela educou para uma nova realidade, primeiro porque, sem peias, criticou a falência do capitalismo comercial, ao mesmo tempo em que não encobriu a incapacidade dos ministros portugueses diante da nova força capitalista. As relações fundadas no “[...] exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio” afirma Prado Júnior (1985, p. 123), expondo em concomitância a inoperância de um governo que só sabia comerciar e não produzir.

Desta feita, Hipólito entendeu que os tempos eram outros mesmo para a sua “pátria longínqua”. Os homens do passado, no passado, deveriam continuar. Certamente, Joaquim Gonçalves Ledo intuiu essa passagem ao iniciar o manifesto ao povo do Brasil, lido pelo príncipe regente em 1º. de agosto de 1822: “Está acabado o tempo de enganar os homens”. Provavelmente, o *Correio Braziliense* tivesse parcela de contribuição quando ela foi redigida.

5. CONCLUSÃO

A historiografia educacional brasileira, ao imprimir novos rumos à análise dos objetos históricos, vem incorporando aos seus estudos uma particular atenção aos acontecimentos econômicos e políticos comumente alheados dos empreendimentos escolares e educacionais propriamente ditos. Percebe-se que, recentemente, há uma certa compreensão de que a educação e, por extensão, a escola, não oferecem respostas suficientes quando se trata de entendê-las num propósito mais ampliado do que ao circunscrito a essas realidades.

A delimitação do objeto Hipólito da Costa e *Correio Braziliense* é sintomático a este novo trajeto da historiografia educacional. Nem um, nem o outro estiveram diretamente ligados à educação, tampouco se debruçaram, com exclusividade, sobre esse tema. No entanto, uma simples leitura que se faça do pensamento do primeiro, exposto nas páginas do segundo, é quanto basta para defini-los como educativos, já que a educação é pertinente a todos os artigos ali apresentados.

O caráter educativo inerente ao debate que Hipólito travou com Portugal e Brasil, objetivando aproxima-los, senão introduzi-los no âmbito das relações mais desenvolvidas, fez do primeiro jornal brasileiro uma “cartilha política”, uma obra dedicada ao progresso econômico e social do Brasil, no seu desejo de vê-lo unido a Portugal, mas estabelecido como Império.

Embora as primeiras décadas do século XIX sobressaíam nos estudos atuais, importantes pela contribuição que trazem ao debate sobre a história brasileira e, em particular, a da educação, percebe-se que nem todos aliam a educação que permeia o movimento social, determinada que é por relações nascidas e avantajadas numa sociedade em vias de se expandir mundialmente.

Novais e Mota (1996, 17-19), quando se referem a independência, argumentam que, “examinados isoladamente e em si mesmos, os eventos que levaram à separação entre a colônia e a metrópole, sem enquadrá-la no contexto maior de que fazem parte, têm dado lugar a uma visão do processo em que o acaso ganha importância, ou os “erros” ou “acertos” dos governantes passam a ser elementos decisivos de compreensão”. Este trabalho, na medida do possível, teve o cuidado de não incorrer nos “equivocos” os quais

falam os autores, sob pena de, se ao contrário, descaracterizar a grandeza histórica da obra de Hipólito.

Dessa forma, o objetivo de educar os brasileiros, inserindo-os na dinâmica da sociedade burguesa, traduzia a idéia de que a educação era fator categórico para o desenvolvimento da Colônia. Não se tratava de qualquer saber, mas sim o que instrumentasse com os saberes necessários ao comércio, já divulgados em parte da Europa.

Todavia, como se notou, esses conhecimentos não adentravam na Colônia em função das circunstâncias e limitações da época, inerentes às particularidades da relação Brasil-Portugal. As escolas existentes sequer sabiam da sua existência, quanto mais esperar que contemplassem os planos de estudo estabelecidos. Universidades não havia, nem uma estrutura de ensino organizada que transmitisse os ensinamentos fundamentados nas ciências naturais, na economia política, etc. O sistema educacional nem mesmo proporcionava a todos o acesso ao mínimo do conhecimento: ler, escrever e contar.

Eram poucos os estabelecimentos educacionais existentes no alvorecer do século XIX e, mesmo sendo poucos, não expressavam e nem difundiam os saberes, até então, mais desenvolvidos. A produção intelectual era pífia, por extensão. A preocupação com a instrução pública ganhou ênfase após a independência, cujo objetivo era organizar o Estado. Nesse processo, a instrução se afigurou como uma das alternativas para levar aos brasileiros o contato com as práticas mais civilizadas, o ideário iluminista e, assim, garantir a ordem social freqüentemente abalada pelas insurreições provinciais.

Uma das alternativas possíveis seria a aplicação da imprensa, cujo estabelecimento na Inglaterra, desde o século XVIII, permitiu, com o auxílio dos jornais, a formação da opinião pública, como também na França, onde se verificou papel relevante dos periódicos na Revolução de 1789.

O estudo sobre as idéias de Hipólito apresentadas no *Correio Braziliense* nos anos de 1808 a 1822 destaca o papel educativo de seu jornal no processo de independência do Brasil, ao mesmo tempo em que expõe as mudanças significativas que ocorriam na conjuntura política da Colônia, insufladas e muito pela vinda da família real e da Corte portuguesa, desencadeando a emancipação política em 1822.

A imprensa brasileira iniciou sua atividade com os escritos de um brasileiro exilado num país que permitia o trabalho dos jornalistas no que se referia à liberdade de

comunicação. Assumia, dessa forma, o papel de intelectual que propugnava demonstrar a necessidade de mudanças em todos os setores da vida social, fundamentados na razão, no saber científico e, ao mesmo tempo, salientar as inconveniências daquilo que Hipólito chamava resultado de excesso de poder.

Mesmo tendo por modelo as idéias liberais inglesas, que gostaria de ver instituídas em território português e colonial, não afastou de seu pensamento a influência da Ilustração Portuguesa. Recomendava a destruição do sistema de governo absolutista, sem que, no entanto, provocasse uma ruptura na estrutura da sociedade, temor adquirido em razão das mudanças radicais acontecidas aos franceses com a Revolução.

As soluções apontadas para o Brasil chegar a uma etapa de progresso material revelavam o conflito originado do declínio do pacto colonial, dado pelo avanço do capital manufatureiro. Naquele momento, as relações burguesas buscavam, predominantemente, estabelecer-se nos lugares em que ainda se mantinham as práticas da velha sociedade, como o era o reino português.

No seu entender, a livre circulação das idéias liberais em território português possibilitaria a inserção de práticas políticas e econômicas favoráveis ao desenvolvimento do capital, promovendo, assim, a prosperidade do Brasil e, talvez, até disputar juntamente com as nações européias as negociações mundiais. Entende-se que seu posicionamento não deve ser avaliado como certo ou errado, mas como expressão de determinadas condições históricas. Instalou-se ainda muito jovem na Inglaterra, recebendo a influência do pensamento lá produzido.

A formação da elite e do governo atuante se afigurava como um dos caminhos mais viáveis para dar forma às mudanças da época, destruindo as relações fundadas no capitalismo comercial e abrindo portas de relações mais avançadas, tal qual predominava já na Europa. Nesse contexto, fica evidente que o processo educativo, ao acompanhar as mudanças decorrentes de necessidades historicamente produzidas, está estritamente vinculado à prática real dos homens. Isso significa que, quando Hipólito defendeu a liberdade de imprensa como um dos veículos para educar os homens de sua época, não o fez somente por sua vontade, mas, antes de tudo, expressou as condições objetivas do período em questão.

Suas idéias não se explicam exclusivamente pelo esforço individual que realizou, mas pelo fato de que foram geradas em meio ao embate por novas condições de existência

para a Colônia, demandadas pelo movimento histórico do capital. Sabia que as novas relações de produção não se definiriam em território português com a permanência das instituições da antiga sociedade, o que justificou a luta pela liberdade de imprensa durante o período em que enfrentou as forças anacrônicas de Portugal.

Se, na Inglaterra, berço da liberdade de expressão, verificou-se a utilização de jornais e panfletos como instrumento para despertar a opinião pública, formando o cidadão como participante do direcionamento político do país, no Brasil, o *Correio Braziliense*, embora tivesse a preocupação de expandir os conhecimentos a um número maior de homens, não via o povo como seu principal alvo. A questão, no debate de sua época em se tratando do Brasil, expressava-se pela construção do Estado Nacional, contudo o caminho que se afigurava possível, devido à urgência de adoção de medidas inovadoras, era a educação política da elite. Ao povo, concedia uma certa representação na estrutura do poder, sem, no entanto, atribuir às camadas populares o controle político.

Hipólito queria despertar na elite brasileira o sentimento de ser burguesia. Observou-se que conduzia seus escritos a um público letrado de portugueses de ambos os hemisférios, porque eles, no seu entender, seriam responsáveis pela modernização do Brasil e, nesse movimento, os interesses do povo, em parte, poderiam ser contemplados.

Inserido em conflitos políticos, Portugal precisava criar condições para promover a modernização do reino e, ao mesmo tempo, afastar as idéias liberais, amplamente divulgadas nos países mais desenvolvidos, notadamente o pensamento francês, avaliado como perigoso pelo seu teor revolucionário. As idéias “mistas”, “equilibradas” foram banidas por Hipólito, que não queria saber da possibilidade de mudanças inesperadas mesmo quando discutia a urgência de colocar fim ao sistema colonial. Nesse caso, indicava reformas graduais para que não se visse desenvolver entre os desafortunados o perigo de revoluções.

No entanto, havia uma expressiva diferença: Hipólito apontava reformas na estrutura política e econômica; a elite brasileira objetivava maior participação no poder político, sem alterar a base econômica; já a Corte portuguesa não queria saber nem de uma e nem de outra mudança, mas manter, inicialmente, o controle sobre as colônias e, depois, intentava restabelecê-lo, fato que justifica a contradição do liberalismo português na década de 1820. Liberal para o reino lusitano e reacionário para as colônias.

Não era favorável aos movimentos reivindicatórios daquele início de século. Afirmava que o caminho para a concretização do projeto de nação não se daria com o desenvolvimento de práticas retrógradas e nem medidas extremas, mas com base em soluções moderadas e sob a liderança de um governo sensato e instruído com o pensamento mais aprimorado.

A harmonia social seria possível com a adoção de um governo constitucional na sua forma representativa, seguindo o modelo inglês. No entanto, desde o final do século XVIII, e, sobretudo, no início do século XIX, os brasileiros já indicavam a insatisfação com o governo português, buscando uma nova organização política.

Num processo de luta, não é possível dar uniformidade ao pensamento. Com os brasileiros distanciados das práticas mais desenvolvidas, as idéias liberais entre eles ganhavam várias interpretações, predominando os ideais libertadores inspirados na Revolução Francesa, que robusteciam o ânimo dos que queriam mudanças imediatas. Mesmo sabendo que a República não seria a melhor forma de governo, Hipólito não podia negar e nem impedir que essas idéias também chegassem ao conhecimento dos brasileiros.

Defensor da monarquia constitucional e da união entre Brasil e Portugal, posição mantida desde o primeiro número do *Correio*, aderiu ao movimento pela independência somente quando viu a má intenção dos portugueses em relação à Colônia: as Cortes desejavam a recondução da mesma ao antigo estatuto. Os sucessivos decretos emitidos pelas Cortes portuguesas, indicando somente a re-colonização do Brasil, abalaram a convicção de Hipólito sobre a unidade.

Essa é uma questão emblemática ao seu pensamento. Num primeiro momento, ser liberal e ao mesmo tempo monarquista se põe como contraditório, ainda mais quando se defendia o desenvolvimento do Brasil sem falar em independência, mesmo com brasileiros e alguns portugueses discutindo a conveniência da total separação entre Metrópole e Colônia. Hipólito aderiu à independência sem, no entanto, mostrar convicção se essa era a decisão mais sensata a ser seguida.

Nos escritos de Hipólito, percebem-se os conflitos da época. Eles transparecem ao se verificar a luta que empreendeu para esclarecer o público sobre os obstáculos que dificultavam o fortalecimento da monarquia portuguesa ao defender a liberdade necessária para o pleno desenvolvimento das forças produtivas burguesas em terras coloniais.

No entanto, suas idéias caminhavam no sentido oposto ao pretendido. A elite brasileira, ao perceber os prejuízos da situação colonial postos aos seus interesses, passou, por consequência, a reivindicar privilégios e maior atenção ao governo instalado. O pensamento que, aos poucos, prevaleceu era de que os interesses só seriam preservados com a total separação de Brasil e Portugal. A união significava a perda de privilégios conquistados pelos brasileiros, particularmente depois de 1808.

Não foi esse o sentido primeiro das idéias apregoadas no *Correio Braziliense*. Queria, sim, espalhar as luzes para que os brasileiros percebessem que o desenvolvimento material seria possível se fosse mantida a unidade entre Colônia e Metrópole. Unidos poderiam formar um grande império e se destacarem perante as demais nações. Todavia o projeto idealizado por Hipólito esbarrou em condições que não permitiam transportar a totalidade de suas idéias para o plano real.

A elite enxergava dois caminhos: ou a continuação do monopólio político português, nesse caso os privilégios alcançados estariam em perigo, ou a separação total, alternativa que se configurou como a mais viável. Para a corte, a união de Portugal e Brasil significava a manutenção do sistema colonial, dos privilégios da aristocracia portuguesa.

Hipólito, entretanto, ao defender a unidade do reino luso, entendia que as reformas deveriam atingir todas as partes da monarquia portuguesa. Nesse sentido, para o Brasil, defendia o fim do monopólio político e econômico, a inserção dos brasileiros na administração pública e, como medidas internas, apontava a urgência de promover a imigração, incentivo para o estabelecimento de diferentes ramos de indústria.

Esse conjunto de reformas se inspirava no que havia de mais avançado, talvez, por isto, Hipólito não percebia que as reais condições da Colônia, no começo do século XIX, não admitiam a concretização das propostas apresentadas por ele na sua totalidade, o que não tira o mérito de ter sido o porta-voz das novidades que se espalhavam pela Europa e que almejava ver difundidas no Brasil.

Livre de censura prévia, queria propagar as idéias inovadoras entre os luso-brasileiros, contudo, a escravidão se constituía num entrave incontornável ao se encontrar fortalecida no Brasil, onde a aristocracia acreditava não existir outra organização de trabalho que pudesse proporcionar riqueza.

Pode-se constatar nesse processo o papel da imprensa, contribuindo para a formação dos indivíduos necessários à nova etapa do capital em terras brasileiras. Coube a Hipólito iniciar, no *Correio Braziliense*, um debate libertador. É de se imaginar qual reação tinham os brasileiros quando liam que, em outra parte do mundo, os homens não eram impedidos de produzir, ao contrário, o governo os estimulavam com medidas próprias ao incremento da riqueza.

A missão realizada pelo jornal de Hipólito teve pleno êxito. Se o seu objetivo era esclarecer sobre os conhecimentos úteis que moviam a Europa em direção à riqueza, a lição, num primeiro momento, foi compreendida: deu-se a separação não nos moldes arquitetados pelo jornalista, mas, finalmente, a liberdade acalentada em 14 anos de atividade educativa que endereçara aos brasileiros.

A divulgação de suas idéias não foi finalizada com o encerramento do jornal. Observa-se que a luta pela liberdade de imprensa e a importância de instruir os brasileiros, no sentido de favorecer melhores condições de desenvolvimento para o Brasil, tiveram prosseguimento com outros jornalistas. Exemplo foi o jornal *O Universal*, publicado em Minas Gerais no período de 1825 a 1842 (FARIA FILHO; CHAMON; ROSA, 2006).

De tendência liberal, o redator do jornal mineiro via na imprensa um importante instrumento de formação da opinião pública, fato que o aproximou dos escritos de Hipólito. Dada as novas exigências sociais depois da independência, cuja preocupação do governo se voltou, dentre outras questões, para a instrução elementar da população brasileira, *O Universal* reproduziu, nos meses de julho e agosto de 1825, trechos do *Correio Braziliense* sobre a educação elementar, afirmando a atualidade das idéias de Hipólito frente às questões da época.

Neste sentido, este trabalho, ao mostrar o caráter educativo da ação da imprensa brasileira no século XIX, evidenciando ter sido esta uma entre tantas outras formas de educar para a compreensão e efetivação das transformações em curso, corrobora a opinião dos historiadores nacionais de que a análise do movimento que encimou a separação entre colonizador e colonizado é impossível de ser realizada sem o concurso da obra de Hipólito. Mais do que um jornal decididamente político, foi um periódico que primou por uma ação extensamente pedagógica, não se afastando, em um único momento, do seu plano de ação inicial, qual seja, “ser útil” aos membros de uma sociedade, espalhando as “luzes” que “[...] os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou”.

Desta feita, o jornal *Correio Braziliense* e seu criador se inserem na história do Brasil como educadores, além de políticos, ocupando lugar de eminente destaque, devidamente conferido pela historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. v. 1 a 8. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: *Correio Braziliense*, 2001. (Edição fac-similar).

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. v. 9 a 25 e v. 30. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: *Correio Braziliense*, 2002. (Edição fac-similar).

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. v. 26 a 29. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: *Correio Braziliense*, 2003. (Edição fac-similar).

COSTA, Hipólito José da. **Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799).** Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

FONTES SECUNDÁRIAS

AGUIAR, Pinto de. **A abertura dos portos do Brasil.** Salvador: Progresso, 1960.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O nascimento do pensamento econômico brasileiro. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário.** v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: *Correio Braziliense*, 2002. p. 323-369. (Edição fac-similar)

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836).** Ibitinga, SP: Humanidades, 1993.

ARMITAGE, João. **História do Brasil:** desde a chegada da real família de Bragança, em 1808 até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. 6. ed. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1977.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996.

BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Liberais e liberais**. 1991. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BARRETO, Vicente. **A ideologia liberal no processo de independência do Brasil (1789-1824)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1973.

BEHRENS, C. B. A. **O acien régime**. Lisboa: Verbo, 1967.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. v. 4. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem; teatro de sombras**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, Rômulo. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CINQUE, Fernanda Regina; PERIOTTO, Marcília Rosa. Educar para a nação: escravidão e desenvolvimento do Brasil no pensamento de Hipólito José da Costa. **Histedbr** – Revista On-line. Campinas. n. 17, p. 43-57, mar. 2005.

CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, João Severiano Maciel da. Memória sobre a necessidade de se abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil... In: _____ et al. **Memória sobre a escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília, DF: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988. p. 13-59.

COSTELLA, Antonio F. Um jogo de espelhos: biógrafos e biografados. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 61-109. (Edição fac-similar).

DARNTON, Robert. Introdução. In: _____; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Edusp, 1996a. p. 15-17.

_____. **O iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção Khronos).

DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil**. v. 344. São Paulo: Brasiliense; Companhia Editora Nacional, 1974.

DINES, Alberto. O patrono e o seu modelo. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2001. p. 25-38. (Edição fac-similar).

_____. Luz e trevas, estrangeirados e inquisição. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 437-465. (Edição fac-similar).

DOURADO, Mecenas **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. t. 1 e 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no século XIX. In: _____; LOPES, Eliane M. Teixeira; VIEIRA, Cynthia Greive Veiga. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

_____; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda. **Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FERREIRA, João Pedro Rosa. Jornalismo e pensamento político. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 371-402. (Edição fac-similar).

FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A maçonaria na independência brasileira**. v.1. 2. ed. São Paulo: Biblos, 1968.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A educação de um ponto de vista histórico. **Intermeio**. Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 11-15, 1995.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção de um público. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 553-604. (Edição fac-similar).

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro-MEC, 1977.

GARRET, Almeida. **Portugal na balança da Europa**. Lisboa: Gleba, 1830. (Coleção Horizonte nº 5).

HESSE, Carla. Transformações econômicas na edição. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução impressa**: a imprensa na França (1775-1800). São Paulo: Edusp, 1996. p. 99-133.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. t. 2, v. 1. 5 ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. _____. t. 2, v. 4. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A ação da imprensa em torno da constituinte**. Brasília, DF: Senado federal, 1973.

_____. (Org.). **Antologia do Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência 1821-1823**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. v. 2. São Paulo: Cultrix, 1977-78.

_____. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MONTEIRO, Rolando. **Hipólito da Costa e a independência**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 269-320. (Edição fac-similar).

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Idéia de revolução no Brasil 1789-1801: estudo das formas de pensamento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária**. São Paulo: Edusp, 1989.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e participação política na época da independência do Brasil. **Cadernos Cedes**, Memória, liberdade e liturgia política na educação do cidadão. São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes, v. 22, n. 58, p. 47-64, 2002.

_____; FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. **Acervo**: Rio de Janeiro. v. 4, n. 1, p. 113-119, jan.-jun. 1989.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história 1500-2000. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro** (1808-1821). v. 363. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

_____. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade D’ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix; Instituto Nacional do Livro, MEC, 1978. (Coleção Brasil através dos textos).

NOVAIS, Fernando A; MOTA, Carlos Guilherme. **A independência política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. (Estudos Históricos).

OLIVEIRA LIMA, Manuel. **Dom João VI no Brasil, 1808-1821**. 2. ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1945. (Coleção Documentos Brasileiros).

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The spectator. O teatro das luzes**: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995

_____. **Nísia Floresta, o Carapuceiro**: e outros ensaios de tradução cultural, São Paulo: Hucitec, 1996.

PAULA, Sérgio Góes de. **Hipólito José da Costa**. São Paulo: 34, 2001.

_____; LIMA, Patrícia de Souza. Os paradoxos da liberdade. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 111-159. (Edição fac-similar).

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa**: a imprensa na França (1775-1800). São Paulo: Edusp, 1996. p. 195-223.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

REIS FILHO, Casemiro dos. Apresentação. In: ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1993. p. 9-10.

RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais: 1808-1850**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 21-48.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

SILBERT, Albert. **Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista**. 3. ed. Lisboa: Horizonte Universitário, 1981.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio 1783-1823**. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp, 1999. (Coleção Tempo e Memória nº 12).

SOARES, Teixeira. **O marquês de Pombal**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1961. (Coleção Temas Brasileiros, v. 36).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Formação histórica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **As razões da independência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

TAWNEY, R. H. **A religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TENGARRINHA, José. O jornalismo da primeira emigração em Londres. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. v. 30, t. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. p. 219-258. (Edição fac-similar).

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**: teoria política do império do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros).

_____. **Interpretação da realidade brasileira**: introdução à história das idéias políticas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro – MEC, 1973.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. t. 5. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VERNEY, Luís Antônio. **Verdadeiro método de estudar**. v. 3. Lisboa: S. da Costa, 1950. (Coleção de Clássicos Sá da Costa).

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. t. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

_____. _____. t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

WRIGHT, Antônia F. P. de Almeida. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850**. São Paulo: Brasiliana, 1978.

LITERATURA DE APOIO

ALMEIDA, Fortunato de. **História das instituições em Portugal**. Coimbra: Imprensa Acadêmica, 1900.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: entre o iluminismo e a revolução francesa. São Paulo: Unesp, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CASTRO, Therezinha de. **Hipólito da Costa: ideais e idéias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 31-53.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DENOYER, Pierre. **A imprensa no mundo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

FERLINI, Vera Lúcia A . **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Braziliense, 1988.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Cartas sobre a revolução do Brasil. Destinadas [a] D. João VI, rei de Portugal e Brasil no ano de 1821. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 239-332, 1888.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei M. Estudo preliminar: o escravismo Colonial. In: BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 7-38.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. t. 1. 14 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

HOBBSBAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. v. 221. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia editora Nacional, 1942.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PEREIRA, José Flávio. **Cairu revistado**: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal. Tese (Doutorado em História Social). – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

PIMPÃO, Altair Carlos. **Vieram em busca de liberdade**: os 150 anos da imigração alemã no Brasil. Rio de Janeiro: gráfica Olímpica, 1974.

QUEIROZ, Eça de. **A emigração como força civilizatória**. Lisboa: Perspectiva e Realidade, 1979.

ROCHA, Manoel Ribeiro. **Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado**: discurso sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758. Petrópolis: Vozes: São Paulo: CEHILA, 1992.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, José Bonifácio de Andrada; DOLHNIKOFF, Mirian (Org.). **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.